

**INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
PARAÍBA**

PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL - PDI

2010 - 2014

João Pessoa, 23 de janeiro de 2010

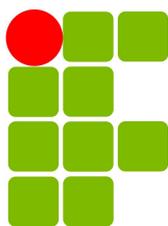
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
PARAÍBA
IFPB

PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL
PDI

(Artigo 16 do Decreto nº 5.773 de 09/05/2006)

2010 - 2014

JOÃO PESSOA - PB



**INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
PARAÍBA**

PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Luís Inácio Lula da Silva

MINISTRO DA EDUCAÇÃO

Fernando Haddad

SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

Eliezer Moreira Pacheco

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
PARAÍBA IFPB**

Reitor

João Batista de Oliveira Silva

Pró-Reitor de Ensino

Paulo de Tarso Costa Henriques

Pró-Reitoria de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação

Nelma Mirian Chagas Araújo

Pró-Reitoria de Extensão

Maria Edelcides Gondim de Vasconcelos

Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional e Interiorização

Antônio Carlos Gomes Varela

Pró-Reitoria de Administração e Planejamento

Carlos Roberto de Almeida

Direção Geral do Campus Cabedelo

José Avenzoar Arruda das Neves

Direção Geral do Campus Cajazeiras

Roscellino Bezerra de Mello Júnior

Direção Geral do Campus Campina Grande

Cícero Nicácio do Nascimento Lopes

Direção Geral do Campus João Pessoa
Joabson Nogueira de Carvalho

Direção Geral do Campus Monteiro
Ricardo Lima e Silva

Direção Geral do Campus Patos
Fernando de Oliveira Gurjão

Direção Geral do Campus Picuí
Verônica Lacerda Arnaud

Direção Geral do Campus Princesa Isabel
Marcos Antonio de Santana Ordonho

Direção Geral do Campus Sousa
Francisco Cicupira de Andrade Filho

APRESENTAÇÃO

O IFPB, cumprindo o que estabelece a Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, apresenta seu Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI - 2010-2014, elaborado com base nos dispositivos legais vigentes.

O Plano de Desenvolvimento Institucional do IFPB está fundamentado no exercício de uma gestão democrática e descentralizada, na autonomia administrativa, financeira e didático-científica, na defesa do ensino de qualidade, público e gratuito, na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão interligados com seu compromisso social, no desenvolvimento sustentável, na igualdade de condições de acesso e permanência do discente na Instituição e no fortalecimento dos convênios, acordos de mútua cooperação, contratos e diálogos com a sociedade urbana e rural. Adota como princípios a valorização do ser humano, do respeito à liberdade intelectual e de opinião na ambiência do trabalho acadêmico, na interdisciplinaridade de ações e na busca dos avanços científicos e tecnológicos, comprometidos institucionalmente com a sociedade e sua qualidade de vida.

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba tem uma missão que envolve uma complexa e ampla gama de atividades, cujo fluxo cresce exponencialmente. Inúmeras são as questões colocadas no objetivo de ofertar cursos técnicos, de graduação e de pós-graduação que atendam as realidades regionais nas quais o *campi* estão inseridos. Exige-se, diante destas questões, que os gestores do instituto, juntamente com os formuladores de políticas públicas da educação, dediquem atenção constante em busca de um equilíbrio entre formação profissional e acadêmica, entre formação básica e multidisciplinar e o desenvolvimento de atividades extracurriculares. O corpo discente deve ser preparado para possuir a visão de uma carreira e não apenas a de um emprego. A complexidade da discussão sobre os princípios filosóficos que devem balizar as atividades do Instituto é diretamente proporcional à complexidade de suas finalidades.

Foi nesta perspectiva que se elaborou o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do IFPB, para o período 2010-2014, tendo como elemento

norteador para sua estrutura o Art. 16 do Decreto nº 5.773 de 09 de maio de 2006, que nomeia as instruções para elaboração do PDI. Deste modo o Plano apresenta a seguinte organização:

- o perfil institucional com a descrição da síntese histórica da Educação Tecnológica e do IFPB;
- a missão, os objetivos e metas planejadas e as áreas de atuação acadêmica;
- os tópicos extraídos do Projeto Político-Pedagógico Institucional (PPI) do IFPB contextualizados aos princípios filosóficos que norteiam a Instituição, a organização didático-pedagógica, as políticas de ensino, a pesquisa, extensão e gestão, e a sua responsabilidade social;
- o cronograma de implantação e desenvolvimento de todos os cursos ofertados pelo IFPB, presenciais e em Ensino a Distância (EaD);
- os perfis dos corpos docente e técnico-administrativo;
- as políticas de atendimento discente envolvendo as formas de acesso, os programas de assistência estudantil e o acompanhamento de egressos;
- a organização administrativa com a caracterização das instâncias colegiadas e as interações com entidades parceiras;
- a auto-avaliação institucional com a descrição da Comissão Própria de Avaliação (CPA);
- a infraestrutura acadêmica e administrativa, atualmente disponível e/ou em planejamento de ampliação e/ou atualização;
- o demonstrativo da capacidade e sustentabilidade financeira, incluindo a previsão orçamentária e o cronograma de execução; e
- os anexos complementares a este Plano.

Este Plano após aprovado no Conselho Superior e protocolizado no Sistema de Acompanhamento de Processos das Instituições de Ensino Superior do MEC (SAPIEnS/MEC) será integrado ao cotidiano deste Instituto, passando a orientar ações, dimensionar recursos, articular pessoas e monitorar indicadores, com vistas ao cumprimento das nossas metas e, por conseguinte, dos princípios, finalidades e objetivos definidos pela Lei nº 11.892/08.

SUMÁRIO

| | | |
|-------|---|-----|
| 1 | PERFIL INSTITUCIONAL..... | 001 |
| 1.1 | Missão, Valores e Objetivos..... | 001 |
| 1.2 | Síntese Histórica | 002 |
| 1.3 | Natureza Institucional | 011 |
| 1.4 | Inserção Regional | 012 |
| 1.5 | Finalidades | 017 |
| 1.6 | Objetivos | 019 |
| 1.7 | Áreas de atuação acadêmica | 020 |
| 2 | PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL | 027 |
| 2.1 | Caracterização sócio-econômica da área de abrangência | 028 |
| 2.2 | Princípios filosóficos e teórico-metodológicos gerais que norteiam as práticas acadêmicas da instituição..... | 044 |
| 2.3 | Políticas de ensino | 047 |
| 2.4 | Políticas de pesquisa | 057 |
| 2.5 | Políticas de extensão | 062 |
| 2.6 | Planejamento e Políticas de gestão | 067 |
| 2.7 | Responsabilidade social a instituição, enfatizando a contribuição à inclusão social e ao desenvolvimento econômico e social da região | 069 |
| 3 | IMPLEMENTAÇÃO DA INSTITUIÇÃO E ORGANIZAÇÃO ACADÊMICA . | 074 |
| 3.1 | Cronograma de implantação e desenvolvimento da instituição para o período de vigência do PDI | 074 |
| 3.1.2 | Programação de abertura de cursos de Graduação (Bacharelado, Literatura e Tecnológico) | 078 |
| 3.1.3 | Programação de abertura de cursos de Pós-graduação (Lato e | |

| | | |
|-------|---|-----|
| | Stricto e Tecnológico) | 081 |
| 3.1.4 | Programação de abertura de cursos Técnicos | 082 |
| 3.1.5 | Programação de abertura de cursos a Distância | 089 |
| 3.1.6 | Programação de aumento de vagas de cursos reconhecidos | 091 |
| 3.2 | Programação do Programa de Pesquisa e Inovação | 093 |
| 3.3 | Desenvolvimento do de programas de Extensão | 100 |
| 3.4 | Plano para atendimento às diretrizes pedagógicas, estabelecendo os critérios gerais para a definição de..... | 104 |
| 3.4.1 | Perfil de egresso..... | 104 |
| 3.4.2 | Seleção de conteúdos | 105 |
| 3.4.3 | Princípios metodológicos | 107 |
| 3.4.4 | Processo de avaliação | 108 |
| 3.4.5 | Atividade prática profissional, complementares e de estágios | 110 |
| 3.4.6 | Inovações consideradas significativas, especialmente quanto à flexibilidade dos Componentes Curriculares..... | 113 |
| 3.4.7 | Oportunidades diferenciadas de integralização dos cursos | 114 |
| 3.4.8 | Avanços tecnológicos | 115 |
| 4 | CORPO DOCENTE | 117 |
| 4.1 | Requisitos de titulação | 117 |
| 4.2 | Experiência no magistério superior e experiência profissional não acadêmica | 118 |
| 4.3 | Os critérios de contratação e seleção | 118 |
| 4.4 | Políticas de qualificação, plano de carreira e regime de Trabalho ... | 118 |
| 4.5 | Procedimentos para substituição eventual dos Professores do Quadro | 119 |
| 4.6 | Cronograma de expansão do corpo docente considerando o período de vigência do PDI | 120 |
| 5 | CORPO TÉCNICO/ADMINISTRATIVO | 126 |

| | | |
|-----|--|-----|
| 5.1 | Os critérios de seleção e contratação | 127 |
| 5.2 | Políticas de qualificação, plano de carreira e regime de trabalho | 126 |
| 5.3 | Cronograma de expansão do corpo técnico/administrativo, considerando o período de vigência do PDI | 127 |
| 6 | CORPO DISCENTE | 135 |
| 6.1 | Formas de acesso | 135 |
| 6.2 | Programas de apoio pedagógico e financeiro | 136 |
| 6.3 | Estímulos à permanência (programa de nivelamento, atendimento psico-pedagógico) | 136 |
| 6.4 | Organização estudantil (espaço para participação e convivência estudantil) | 137 |
| 6.5 | Acompanhamento de egressos | 137 |
| 7 | ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA | 138 |
| 7.1 | Estrutura organizacional com as instâncias de decisão | 138 |
| 7.2 | Organograma institucional e acadêmico | 147 |
| 7.3 | Órgãos colegiados: competências e composição | 147 |
| 7.4 | Órgãos de apoio às atividades acadêmicas | 153 |
| 7.5 | Autonomia da ies em relação à mantenedora | 153 |
| 7.6 | Relações e parcerias com a comunidade, instituições e empresas . | 153 |
| 8 | AUTO-AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL | 156 |
| 8.1 | Metodologia, dimensões e instrumentos a serem utilizados no processo de auto-avaliação | 157 |
| 8.2 | Formas de participação de comunidade acadêmica, técnica e administrativa, incluindo a atuação da Comissão Própria de Avaliação – CPA, em conformidade com o sistema nacional de avaliação da educação superior – SINAES | 160 |
| 8.3 | Formas de utilização dos resultados das avaliações | 161 |
| 9 | INFRA-ESTRUTURA FÍSICA E INSTALAÇÕES ACADÊMICAS | 162 |
| 9.1 | Infra-estrutura física | 162 |

| | | |
|---------|--|-----|
| 9.2 | Infra-estrutura acadêmica | 166 |
| 9.2.1 | Laboratórios de Informática | 166 |
| 9.2.2 | Laboratórios específicos | 169 |
| 9.2.3 | Relação equipamento aluno/curso | 170 |
| 9.2.4 | Inovações tecnológicas significativas | 170 |
| 9.2.5 | Biblioteca | 170 |
| 9.2.5.1 | Sistema de Classificação do acervo | 170 |
| 9.2.5.2 | Sistema de Gerenciamento da Informação | 171 |
| 9.2.5.3 | Quadro de Pessoal | 171 |
| 9.2.5.4 | Política de Acesso | 171 |
| 9.2.5.5 | Política de Empréstimo | 172 |
| 9.2.5.6 | Acervo por área de conhecimento | 172 |
| 9.2.5.7 | Política de atualização e Expansão do acervo..... | 174 |
| 10 | Atendimento às pessoas portadoras de necessidades especiais ou com mobilidade reduzida | 178 |
| 10.1 | Plano de promoção de acessibilidade e atendimento prioritário, imediato e diferenciado para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte, dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, serviços de tradutor e intérprete da língua brasileira de sinais – libras | 178 |
| 11 | DEMONSTRATIVO DE CAPACIDADE E SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA | 178 |
| 11.1 | Planejamento econômico-financeiro | 178 |
| 12 | Anexos | |

LISTA DE TABELAS

| | | |
|------------|--|-----|
| TABELA | | Pg. |
| Tabela I | Produto Interno Bruto per capita do Brasil, Nordeste e Paraíba | 012 |
| Tabela II | Cursos técnicos ofertados pelo Instituto | 024 |
| Tabela III | Cursos superiores ofertados pelo Instituto | 028 |
| Tabela IV | Políticas de ensino | 054 |

| | | |
|---------------|--|-----|
| Tabela V | Políticas de gestão | 070 |
| Tabela VI | Situação da oferta de cursos | 078 |
| Tabela VII | Programação de abertura de cursos de graduação | 082 |
| Tabela VIII | Programação de abertura de cursos superiores | 085 |
| Tabela IX | Programação de abertura de cursos técnicos integrados e subseqüentes. | 086 |
| Tabela X | Programação de abertura de cursos a distância | 093 |
| Tabela XI | Programação de expansão de vagas em cursos reconhecidos | 096 |
| Tabela XII | Política de pós-graduação | 098 |
| Tabela XIII | Programação de expansão da pós-graduação | 101 |
| Tabela XIV | Políticas de pesquisa | 102 |
| Tabela XV | Programação de expansão da pesquisa | 105 |
| Tabela XVI | Programação das atividades de extensão no IFPB | 108 |
| Tabela XVII | Metas das atividades de extensão | 109 |
| Tabela XVIII | Mecanismos de acompanhamento, avaliação e controle das atividades de extensão no IFPB | 109 |
| Tabela XIX | Integração entre o IFPB e a sociedade | 109 |
| Tabela XX | Divulgação e a socialização das atividades de Extensão | 110 |
| Tabela XXI | Acompanhamento de egresso | 110 |
| Tabela XXII | Expansão do corpo docente | 127 |
| Tabela XXIII | Expansão do corpo técnico administrativo | 132 |
| Tabela XXIV | Termos de acordo / ano 2008 | 155 |
| Tabela XXV | Termos de acordo / ano 2007 | 155 |
| Tabela XXVI | Termos de acordo / ano 2006 | 156 |
| Tabela XXVII | Termos de acordo / ano 2005 | 156 |
| Tabela XXVIII | Termos de acordo / ano 2004 | 157 |
| Tabela XXIX | Infraestrutura física | 164 |
| Tabela XXX | Infraestrutura acadêmica | 170 |
| Tabela XXXI | Acervo bibliográfico do campus João Pessoa | 177 |
| Tabela XXXII | Acervo bibliográfico do campus Campina Grande | 179 |
| Tabela XXXIII | Acervo bibliográfico do campus de Cajazeiras | 179 |
| Tabela XXXIV | Demonstrativo orçamentário | 184 |

LISTA DE FIGURAS

| FIGURA | | Pg |
|----------|---|----|
| FIGURA 1 | Meso-regiões econômicas da Paraíba | 13 |
| FIGURA 2 | Área de Abrangência do Instituto na Paraíba | 19 |

1 PERFIL INSTITUCIONAL

1.1 Missão, Valores,. Finalidades e Objetivos

1.1.1 Missão

Preparar profissionais cidadãos com sólida formação humanística e tecnológica para atuarem no mundo do trabalho e na construção de uma sociedade sustentável, justa e solidária, integrando o ensino, a pesquisa e a extensão.

1.1.2 – Valores

No exercício da Gestão o Instituto Federal da Paraíba deve garantir a todos os seus Campi a autonomia da Gestão Institucional democrática a partir de uma administração descentralizada tendo como referencia os seguintes princípios:

- a) Ética** – Requisito básico orientador das ações institucionais;
- b) Desenvolvimento Humano** – Desenvolver o ser humano, buscando sua integração à sociedade através do exercício da cidadania, promovendo o seu bem estar social;
- c) Inovação** – Buscar soluções às demandas apresentadas;
- d) Qualidade e Excelência** – Promover a melhoria continua dos serviços prestados;
- e) Autonomia dos Campi** – Administrar preservando e respeitando a singularidade de cada *campus*;
- f) Transparência** – Disponibilizar mecanismos de acompanhamento e de conhecimento das ações da gestão, aproximando a administração da comunidade;
- g) Respeito** – Atenção com alunos, servidores e público em geral;
- h) Compromisso Social** – Participação efetiva nas ações sociais, cumprindo seu papel social de agente transformador da sociedade.

1.2 Síntese Histórica

1.2.1 História da Rede Federal de Ensino Tecnológico

De um modo geral, a formação para o trabalho nas primeiras décadas do Brasil Republicano foi um expediente largamente usado pela classe dirigente como meio de contenção do que ela considerava “desordem social”. Na verdade, sinais presentes em um cenário social dinâmico e em transição, moldado fortemente pelo processo de urbanização, com notável mobilização popular e classista em busca de melhores condições de vida e de trabalho.

A justificativa do Estado Brasileiro, em 23 de setembro de 1909, para a criação de um conjunto de Escolas de Aprendizes Artífices era a necessidade de prover as classes proletárias de meios que garantissem a sua sobrevivência, isto é, prover os “desfavorecidos da fortuna”, expressão contida no Decreto nº. 7.566, assinado pelo então Presidente Nilo Peçanha no ato de criação dessas escolas, uma em cada capital federativa.

Nesse sentido, não há dúvida de que aos objetivos das Escolas de Aprendizes Artífices se associavam a qualificação de mão-de-obra e o controle social de um segmento em especial: os filhos das classes proletárias, jovens e em situação de risco social.

Na origem dessas instituições, fica claramente identificado o atributo a essas escolas de importante instrumento de governo no exercício de política de caráter moral assistencialista. No que pese o enfoque e os limites impostos diante da hegemonia dos aspectos econômicos, a educação profissional e tecnológica, por meio dessas escolas, desempenha papel relevante no enfrentamento dos desafios surgidos ao longo do processo de desenvolvimento econômico do país. Assim, o surgimento das escolas federais de educação profissional ocorre em um contexto ainda sob o domínio do capital agrário-exportador, porém, em um tempo de industrialização vigejante.

É no período de 1930 a 1945 que a economia brasileira altera definitivamente o seu eixo, deslocando-se da atividade agroexportadora para a industrial. É assim plantada a semente do capitalismo industrial nacional, com pesado apoio estatal.

A existência das escolas públicas profissionalizantes, de forma explícita, vai ao encontro dos interesses do capital industrial, segundo o novo modelo de desenvolvimento. Em decorrência do processo de mudança da sociedade, essas escolas vão se posicionando, de forma mais direta, vinculadas às políticas de desenvolvimento econômico, aspecto esse que consagrou sua mais visível referência: qualificar mão de obra tendo em vista o seu papel estratégico para o país, característica típica de governos no estado capitalista moderno no que concerne a sua relação com o mercado, objetivo que se complementa com a manutenção, sob controle social, dos excluídos dos processos de produção.

A partir de 1942, as Escolas de Aprendizes Artífices são transformadas em Escolas Industriais e Técnicas e, com isso, passam a oferecer a formação profissional em nível equivalente ao do secundário. Desse ano em diante, inicia-se, formalmente, o processo de vinculação do ensino industrial à estrutura do ensino do país como um todo, uma vez que os alunos formados nos cursos técnicos ficavam autorizados a ingressar no ensino superior em área equivalente à da sua formação (Machado, 1982), direito até então não reconhecido.

Os anos de 1956 a 1961 imprimem a marca do aprofundamento da relação entre Estado e Economia. Nesse período, a indústria automobilística surge como o grande ícone da indústria nacional e há investimentos nas áreas de infra-estrutura (especialmente na de produção de energia e na de transporte) e, na educação, os investimentos priorizam a formação de profissionais orientados para as metas de desenvolvimento do país. Foi no ano de 1959 que se iniciou o processo de transformação das Escolas Industriais e Técnicas em autarquias. As instituições ganham autonomia didática e de gestão e passam a ser denominadas Escolas Técnicas Federais. Com isso, intensificam, gradativamente, a formação de técnicos: mão-de-obra indispensável diante da aceleração do processo de industrialização.

O período de 1964 a 1985 é caracterizado pela modernização da estrutura produtiva à custa do endividamento externo. Em 1971, surge o I Plano Nacional de

Desenvolvimento Econômico (PNDE), que traz entre as suas prioridades a manutenção do alto nível do Produto Interno Bruto (PIB), o combate à inflação, o equilíbrio da balança comercial e uma melhor distribuição de renda. O I PNDE contém programas específicos e, entre eles, podemos citar a implantação de Corredores de Transportes, o Programa Petroquímico e o Programa de Comunicações, o que encaminha para a implantação de cursos técnicos em áreas afins.

Apesar da elevação dos preços internacionais do petróleo e da recessão econômica mundial nos anos de 1970, o Brasil faz opção pela aceleração do crescimento econômico consubstanciado no II PNDE, elaborado para o período de 1975/79. Esse período é inegavelmente marcado por profundas mudanças na política de educação profissional, o que também se pode justificar pelo seu projeto de desenvolvimento.

Em 1971, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB) torna, de maneira compulsória, todo currículo do segundo grau em técnico-profissional, reflexo desse momento histórico. Um novo paradigma se estabelece: formar técnicos sob o regime da urgência. Nesse tempo, as Escolas Técnicas Federais aumentam expressivamente o número de matrículas e implantam novos cursos técnicos.

Em 1978, três escolas técnicas federais (Paraná, Minas Gerais e Rio de Janeiro) são transformadas em Centros Federais de Educação Tecnológica. Essa mudança confere àquelas instituições atribuição de atuar em nível mais elevado da formação, exigência já presente em função do padrão de produção; a essas instituições cabe formar engenheiros de operação e tecnólogos. O vínculo com o mundo da produção se reafirmava. Essa prerrogativa só se estenderá às outras instituições anos mais tarde.

Os anos de 1980 caracterizam-se por uma nova configuração da economia mundial, reconhecida como globalização – processo que vem acoplado à intensificação da aplicação das telecomunicações, da microeletrônica e da informática. O cenário é de profundas e polêmicas mudanças: a intensificação da aplicação da tecnologia associa-se a uma nova configuração dos processos de produção. A linha de montagem com a robotização e a automação cede lugar à produção integrada. Há mudanças também nos processos produtivos no que se

refere aos métodos de gestão e de manutenção. Nas relações comerciais, há abertura e desregulamentação dos mercados de praticamente todo o mundo atingido por esse fenômeno. No Brasil, esses anos oitenta e início dos anos noventa são também marcados pela disparada inflacionária, retração do crescimento e grande descontrole da economia, cenário que vem contrariar as expectativas que se projetaram quando da divulgação da meta “formação de técnicos em grande escala”. A promulgação da Lei nº. 7.044/82, que alterou dispositivos da Lei nº. 5.692/82, referentes à obrigatoriedade da profissionalização, de certa maneira, refletiu esse quadro de retração.

As políticas de desenvolvimento nesse período são inteiramente condicionadas às exigências dos organismos financeiros internacionais e, quase exclusivamente, as medidas intervencionistas estatais se direcionaram para o controle da inflação.

Na segunda metade da década de 1990, o movimento das instituições federais de educação profissional e tecnológica também sinalizava para mudanças. Esse processo desencadeou-se, a princípio, em algumas instituições. O objetivo era promover uma reforma curricular que não se limitasse à elaboração apenas de novos currículos técnicos, mas que se construísse uma nova pedagogia institucional. O principal objetivo era alinhar as políticas e ações das instituições ao cenário, com destaque para aquele que demarcava as demandas sociais locais e regionais. As instituições federais de formação profissional e tecnológica revelam um movimento até então inédito, ou seja, o de incluir em seus debates as necessidades e aspirações do território em que estavam inseridas e o delineamento de princípios que pudessem nortear iniciativas comuns, potencializando o surgimento de uma rede, qual seja, a rede federal de educação profissional e tecnológica.

No ano de 1994, a Lei Federal nº. 8.984 instituiu no país o Sistema Nacional de Educação Tecnológica. Essa medida anuncia a transformação das escolas técnicas federais em Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefet), e abre caminho para que as escolas agrotécnicas federais sejam integradas a esse processo. A implantação de novos Cefet só ocorre efetivamente a partir de 1999.

Em 1996, LDB, Lei nº 9.394, é aprovada e, no ano seguinte, o Decreto nº. 2.208 regulamenta os artigos da nova LDB que tratam especificamente da

educação profissional. A chamada “Reforma da Educação Profissional” é implantada dentro do ideário de Estado Mínimo, com fortes reflexos nas escolas federais de educação profissional do país. As mudanças estabelecidas pela nova legislação são profundas e cortam pela raiz o movimento de redirecionamento desenhado pelas instituições federais.

Em 1999, o processo de transformação das Escolas Técnicas e Agrotécnicas Federais em Centros Federais de Educação Tecnológica, iniciado em 1978, é retomado. Na esteira desse mesmo projeto educacional, o governo brasileiro à época assinou convênio com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para a implantação do Programa de Expansão da Educação Profissional (Proep).

No ano de 2003, com o governo federal, são editadas novas medidas para a educação profissional e tecnológica. Há a substituição do Decreto no. 2.208/97 pelo Decreto no. 5.154/04 que elimina as amarras estabelecidas por aquele que se traduziam numa série de restrições na organização curricular e pedagógica e na oferta dos cursos técnicos.

Em 2004, a rede federal de educação tecnológica (Centros Federais de Educação Tecnológica, Escolas Agrotécnicas Federais, Escola Técnica Federal de Palmas/TO e Escolas Técnicas Vinculadas às Universidades Federais) ganha autonomia para a criação e implantação de cursos em todos os níveis da educação profissional e tecnológica. Por sua vez, as escolas agrotécnicas federais recebem autorização excepcional para ofertar cursos superiores de tecnologia, em nível de graduação, fortalecendo a característica dessas instituições: a oferta verticalizada de ensino em todos os níveis de educação.

Cumprir destacar que, a partir do ano 2003, a política do governo federal já apontava em outra direção. Essas instituições federais, situadas por todo o território nacionais, historicamente voltadas para a educação profissional e para o desenvolvimento econômico, criadas e mantidas com verbas públicas federais, defrontam-se com uma política de governo que traz em essência uma responsabilidade social – tradução das forças sociais que representa – como fio condutor de suas ações. A dimensão ideológica do atual governo, na verdade, faz aflorar um descompasso entre a trajetória das instituições federais de educação profissional e tecnológica e da própria educação profissional como um todo e o

novo projeto de nação: se o fator econômico até então era o espectro primordial que movia seu fazer pedagógico, o foco, a partir de agora, desloca-se para a qualidade social.

As instituições federais de educação profissional e tecnológica, em sua forma estruturante, não traziam esse arcabouço como prioritário. Entretanto, o governo federal, reconhecendo a potencialidade estratégica das instituições de ensino técnico e tecnológico federais e sua capacidade e qualidade de trabalho, começa a dialogar intensivamente com essa rede de formação, na perspectiva da inversão da lógica até então presente.

Essas instituições passariam a se ocupar, de forma substantiva, de um trabalho mais contributivo, intrinsecamente voltado para o desenvolvimento local e regional, apreendendo desenvolvimento local e regional como a melhoria do padrão de vida da população de regiões geograficamente delimitadas.

A expansão da educação profissional e tecnológica integra-se à agenda pública que prevê a presença do Estado na consolidação de políticas educacionais no campo da escolarização e da profissionalização. Assume, portanto, o ideário da educação como direito e da afirmação de um projeto societário que corrobore uma inclusão social emancipatória. É evidente a atuação do governo federal no sentido da expansão da oferta pública e da melhoria do padrão de qualidade da educação brasileira, em especial da educação profissional e tecnológica em todo o território nacional, articulando-a com ações de desenvolvimento territorial sustentável e orientando-a para a formação integral de cidadãos-trabalhadores emancipados.

Nesse contexto, toma-se a decisão de ampliar o número de escolas federais de educação profissional e tecnológica, dando início a um processo de crescimento capaz de gerar reflexos mais amplos para a educação brasileira. A primeira fase dessa expansão, iniciada em 2006, teve como objetivo implantar escolas federais de formação profissional e tecnológica em estados ainda desprovidos dessas instituições, além de outras, preferencialmente, em periferias de metrópoles e em municípios interioranos distantes de centros urbanos, em que os cursos estivessem articulados com as potencialidades locais de geração de trabalho.

Na segunda fase da expansão, iniciada em 2007, que veio sob o tema “Uma escola técnica em cada cidade-pólo do país”, está prevista a implantação de

150 novas unidades de ensino, totalizando a criação de 180 mil vagas ofertadas na educação profissional e tecnológica. Com isso, projeta-se uma rede federal de educação tecnológica para 500 mil matrículas até 2010, quando a expansão estiver concluída e na plenitude de seu funcionamento.

Ao estabelecer como um dos critérios na definição das cidades-pólo a distribuição territorial equilibrada das novas unidades, a cobertura do maior número possível de mesorregiões e a sintonia com os arranjos produtivos sociais e culturais locais, reafirma-se o propósito de consolidar o comprometimento da educação profissional e tecnológica com o desenvolvimento local e regional.

Considerando, portanto, o crescimento expressivo do número de instituições federais de educação profissional e tecnológica com a expansão, as novas possibilidades de atuação e as propostas político-pedagógicas que surgem intrinsecamente desse processo em que o caráter social é preponderante, a necessidade de uma nova institucionalidade emerge. Em decorrência, a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia representa a materialização deste novo projeto, reconhecendo-se como referendo do governo no sentido de colocar em maior destaque a educação profissional e tecnológica no seio da sociedade. Enfim, os Institutos Federais fundamentam-se em uma ação integrada e referenciada na ocupação e desenvolvimento do território, entendido como lugar de vida. (1)

(1) *Extraído do PDI do IFSC*

1.2.2 - HISTÓRICO DE IMPLANTAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA INSTITUIÇÃO

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba tem quase cem anos de existência. Ao longo de todo esse período, recebeu diferentes denominações (Escola de Aprendizes Artífices da Paraíba - de 1909 a 1937; Liceu Industrial de João Pessoa - de 1937 a 1961; Escola Industrial “Corioloano de Medeiros” ou Escola Industrial Federal da Paraíba - de 1961 a 1967; Escola Técnica Federal da Paraíba - de 1967 a 1999); Centro Federal de Educação Tecnológica da Paraíba, de 1999 a 2008 e, finalmente, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, com a edição da Lei 11.892 de 29 de dezembro de 2008.

O Instituto Federal da Paraíba, no início de sua história, assemelhava-se a um centro correcional, pelo rigor de sua ordem e disciplina. O decreto do Presidente Nilo Peçanha criou uma Escola de Aprendizes Artífices em cada capital dos estados da federação, mais como uma solução reparadora da conjuntura sócio-econômica que marcava o período, para conter conflitos sociais e qualificar mão-de-obra barata, suprimindo o processo de industrialização incipiente que, experimentando uma fase de implantação, viria a se intensificar a partir de 1930.

A Escola de Artífices, que oferecia os cursos de Alfaiataria, Marcenaria, Serralheria, Encadernação e Sapataria, funcionou inicialmente no Quartel do Batalhão da Polícia Militar do Estado, depois se transferiu para o Edifício construído na Avenida João da Mata, onde funcionou até os primeiros anos da década de 1960. Finalmente, já como Escola Industrial, se instalou no atual prédio localizado na Avenida Primeiro de Maio, bairro de Jaguaribe. Nesta fase o domicílio tinha como único endereço a capital do Estado da Paraíba. Ao final da década de 60 ocorreu a transformação em Escola Técnica Federal da Paraíba e no ano de 1995, a Instituição interiorizou suas atividades, através da instalação da Unidade de Ensino Descentralizada de Cajazeiras – UNED-CJ.

Transformado em 1999 no Centro Federal de Educação Tecnológica da Paraíba, a Instituição experimentou um fértil processo de crescimento e expansão

de suas atividades, passando a contar, além de sua Unidade Sede, com o Núcleo de Extensão e Educação Profissional - NEEP, que funciona na Rua das Trincheiras, e com o Núcleo de Arte, Cultura e Eventos - NACE, localizado no antigo prédio da Escola de Aprendizes Artífices. Foi nesta fase, a partir do ano de 1999, que o atual Instituto Federal da Paraíba, começou o processo de diversificação de suas atividades, oferecendo a sociedade, paraibana e brasileira, todos os níveis de educação – desde a educação básica ensino médio, ensino técnico integrado e pós-médio a educação superior (cursos de graduação na área tecnológica), intensificando também as atividades de pesquisa e extensão. A partir deste período, foram implantados cursos de graduação na Área de Telemática, Design de Interiores, Telecomunicações, Construção de Edifícios, Desenvolvimento de Softwares, Redes de Computadores, Automação Industrial, Geoprocessamento, Gestão Ambiental, Negócios Imobiliários e Licenciatura em Química.

Este processo experimentou grande desenvolvimento com a criação dos Cursos de Bacharelado na área de Administração e em Engenharia Elétrica e a realização de Cursos de pós-graduação em parceria com Faculdades e Universidades locais e regionais, a partir de modelos pedagógicos construídos atendendo as disposições da Constituição Federal e Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB - e normas delas decorrentes.

Ainda como Centro Federal de Educação Tecnológica da Paraíba, ocorreu em 2007, a implantação da Unidade de Ensino Descentralizada de Campina Grande – UNED-CG e a criação do Núcleo de Ensino de Pesca, no município de Cabedelo.

Com o advento da Lei 11.892/2008, o Instituto se consolida como uma instituição de referência da Educação Profissional na Paraíba, e além dos cursos, usualmente chamados de “regulares”, desenvolve também um amplo trabalho de oferta de cursos de formação inicial e continuada e cursos de extensão, de curta e média duração, atendendo a uma expressiva parcela da população, a quem são destinados também cursos técnicos básicos, programas e treinamentos de qualificação, profissionalização e reprofissionalização, para melhoria das habilidades de competência técnica no exercício da profissão.

O Instituto, em consonância com seus objetivos e finalidades previstas na nova Lei, desenvolve estudos com vistas a oferecer programas de treinamento

para formação, habilitação e aperfeiçoamento de docentes da rede pública. Também atua fortemente na educação de jovens e adultos, tendo no PROEJA, PROJOVEM e Projetos Mulheres Mil, além do Projeto Rede Viva, reconhecido nacionalmente ampliado o cumprimento da sua responsabilidade social.

Visando a ampliação de suas fronteiras de atuação, o Instituto desenvolve ações para atuar com competência na modalidade de Educação à Distância (EAD) e tem investido fortemente na capacitação dos seus professores e técnicos administrativos, no desenvolvimento de atividades de pós-graduação *lato sensu*, *stricto sensu* e de pesquisa aplicada, preparando as bases para a oferta de pós-graduação nestes níveis, horizonte aberto com a nova Lei.

Até o ano de 2010, contemplado com o Plano de Expansão da Educacional Profissional, Fase II, do Governo Federal, o Instituto estará implantando mais cinco Campi, no estado da Paraíba, contemplando cidades consideradas pólos de desenvolvimento regionais, como Picuí, Monteiro, Princesa Isabel, Patos e Cabedelo. Associados aos Campi de Cajazeiras, Campina Grande, João Pessoa e Sousa (Escola Agrotécnica, que se incorporou ao antigo CEFET, proporcionando a criação do Instituto), seremos uma Instituição com 09 (nove) Campi e a Reitoria.

As novas unidades educacionais levarão Educação Profissional a estas cidades, na modalidade básica, técnica e tecnológica, em todos os níveis oportunizando o desenvolvimento econômico e social, melhorando a qualidade de vida destas regiões.

1.3 - NATUREZA INSTITUCIONAL

O INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA é uma instituição criada nos termos da Lei nº. 11.892, de 29 de dezembro de 2008, vinculada ao Ministério da Educação, possuindo natureza jurídica de autarquia, sendo detentor de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar e, para efeito da incidência das disposições que regem a regulação, avaliação e supervisão da instituição e dos cursos de educação superior, o Instituto Federal da Paraíba é equiparado às universidades federais.

O Instituto Federal da Paraíba é uma instituição de educação superior, básica e profissional, *pluricurricular* e *multicampi*, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica, contemplando os aspectos humanísticos, nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com sua prática pedagógica. Está instalado na cidade de João Pessoa, capital do Estado da Paraíba, possuindo além da reitoria nove Campi: João Pessoa, Cabedelo, Campina Grande, Patos, Sousa, Picuí, Princesa Isabel, Cajazeiras e Monteiro.

O Instituto Federal da Paraíba tem administração de forma descentralizada, por meio de gestão delegada, em consonância com os termos do art. 9º da Lei nº. 11.892/2008, conforme disposto no Regimento Geral.

1.4 INSERÇÃO REGIONAL

A Paraíba está situada no Nordeste brasileiro, limitada pelos estados de Pernambuco, Rio Grande do Norte e Ceará, além de ter sua costa banhada pelo Oceano Atlântico. Em 2007, contava com uma população estimada em 3.641.395 milhões de habitantes, segundo o Censo de 2007, divulgado pelo IBGE.

Apesar de possuir uma economia pequena, se comparada com aquelas dos estados mais desenvolvidos do país, a Paraíba tem experimentado índices de crescimento bastante expressivos. A variação do produto interno bruto do estado, em comparação aos índices apresentados para o Nordeste e o Brasil, podem ser vistos com o auxílio da Tabela 1.

Tabela 1 - Produto Interno Bruto per capita do Brasil, Nordeste e Paraíba

| Ano Moeda PIB per capita | 2004 | 2005 | 2006 | 2007 |
|--------------------------|---------------|---------------|---------------|---------------|
| Brasil | R\$ 10.692,19 | R\$ 11.658,10 | R\$ 12.686,60 | R\$ 14.465,00 |
| Nordeste | R\$ 4.898,99 | R\$ 5.498,83 | R\$ 6.028,09 | R\$ 6.749,00 |
| Paraíba | R\$ 4.209,90 | R\$ 4.690,00 | R\$ 5.507,00 | R\$ 6.097,00 |

Fonte: IBGE

No tocante aos aspectos econômico, social e político, a Paraíba está dividida em 4 mesorregiões, assim denominadas, de acordo com a classificação estabelecida pelo IBGE: Mata Paraibana, Agreste Paraibano, Borborema e Sertão Paraibano (Figura 1).

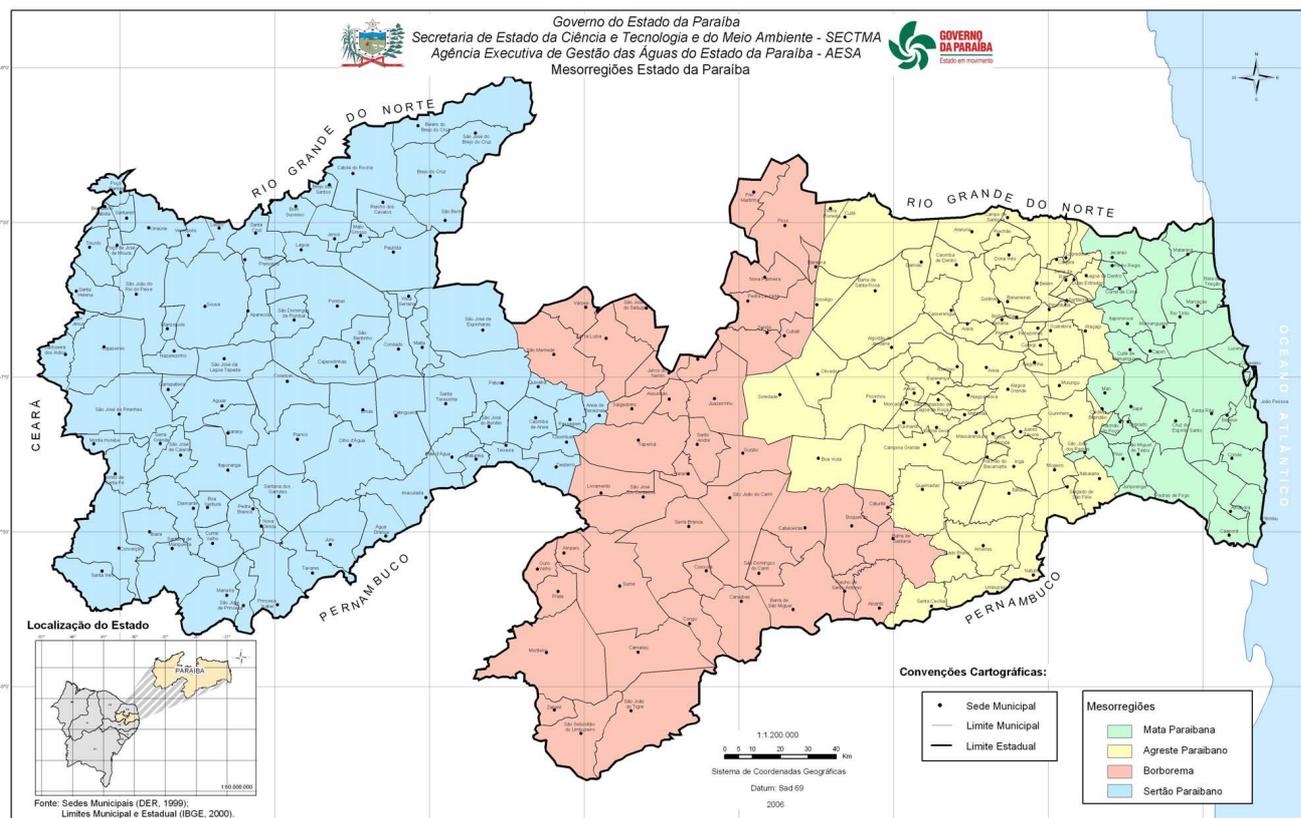


Figura 1 – Meso-regiões econômicas da

Essas mesorregiões estão, por sua vez, desagregadas em 23 microrregiões geográficas. Diante da prevalência dos problemas enfrentados pela população que habita as áreas semi-áridas do Estado e da necessidade de solucionar a crise econômica que afeta a Zona da Mata e a Região do Brejo, optou-se por adotar a divisão clássica do Estado da Paraíba e agregar seus principais espaços econômicos nas seguintes zonas geoeconômicas: Litoral-Mata; Agreste-Brejo; e Semi-Árida.

A Zona Litoral-Mata corresponde à Mesorregião Mata Paraibana, definida pelo IBGE e integrada pelas seguintes Microrregiões Geográficas: Litoral Norte, Sapé, João Pessoa e Litoral Sul, que englobam 30 dos 223 municípios do Estado, ou seja, 13,45% do total. Com uma superfície de 5.242 km² (9,3% do território do Estado), abrigava uma população de 1.196.594 habitantes, em 2000, o que significa uma densidade de 228,3 hab/km². O grande aglomerado urbano da capital do Estado é um dos principais responsáveis por essa concentração populacional.

A Zona do Agreste-Brejo abrange quase que integralmente as Microrregiões constitutivas da Mesorregião do Agreste, tal como definida pelo IBGE: Esperança, Brejo Paraibano, Guarabira, Campina Grande, Itabaiana e Umbuzeiro. Essas seis microrregiões reúnem 48 municípios (21,5% do total). Para os efeitos da classificação aqui adotada, a Zona do Agreste-Brejo deixa de englobar as Microrregiões do Curimataú Ocidental e do Curimataú Oriental, que passam a integrar a Zona Semi-Árida. Com isto, a Zona do Agreste-Brejo passa a ter uma área de 7.684km² (13,6% da superfície total do Estado) e uma população de 950.494 habitantes em 2000 (IDEME, 2001), consistindo em uma zona de grande concentração populacional, pois possuía uma densidade demográfica de 123,7 hab/km² naquele ano, correspondendo a 54% da observada na Zona Litoral-Mata. A densidade demográfica do Agreste-Brejo é 2 vezes superior à média do Estado. O peso populacional do Agreste-Brejo é, em grande parte, devido à cidade de Campina Grande, onde vivem 37,4% dos habitantes dessa zona.

A Zona Semi-Árida é a mais extensa em área, com 43.513,65 km² (77,1% do total do Estado), assim como a dotada de maior número absoluto de habitantes. Sua população, em 2000, era de 1.296.737 pessoas (37,6% do total), o que representava uma densidade demográfica de 29,8 hab/km². Esse indicador espelha as dificuldades enfrentadas pela população que vive naquela zona, pois dada à escassez relativa de recursos naturais que a caracteriza, ela apresenta a menor densidade demográfica entre as zonas geo-econômicas consideradas. Sua população está sujeita a condições de insustentabilidade, tanto econômica quanto social, bem mais difíceis de controlar do que as encontradas nas Zonas Litoral-Mata e Agreste-Brejo. Comparado aos demais espaços semi-áridos do Nordeste, o

da Paraíba é um dos mais afetados pela degradação ambiental. Da categoria semi-árida paraibana aqui considerada, fazem parte os seguintes espaços: Mesorregião do Sertão Paraibano (Microrregiões Geográficas de Catolé do Rocha, Cajazeiras, Sousa, Patos, Piancó, Itaporanga e Serra do Teixeira); Mesorregião da Borborema (Microrregiões do Seridó Ocidental, Seridó Oriental, Cariri Ocidental e Cariri Oriental); e as terras do Planalto da Borborema, conhecidas como Curimataú, representadas pelas Microrregiões do Curimataú Ocidental e do Curimataú Oriental, que integram a Mesorregião do Agreste, tal como classificada pelo IBGE. Para efeito de análise de mercado, podemos dividir a Paraíba em três mesorregiões distintas: a zona da mata, região polarizada pela capital João Pessoa; o agreste, região central do estado, polarizada pela cidade de Campina Grande e o sertão, com suas características próprias, polarizada pela cidade de Patos.

O sertão se caracteriza pelo baixo índice de industrialização, em relação a sua extensão e densidade populacional. Basicamente, observam-se a presença de indústrias de beneficiamento mineral (área na qual o estado apresenta um considerável potencial de exploração), além da indústria de alimentos e bebidas, ambas com baixos índices de automação. A mesorregião conta com três distritos industriais, o de Patos, com aproximadamente 35,0 ha, o de Sousa com 32,5 ha e o de Cajazeiras, com 21,39 ha.

Embora dotadas de razoável infra-estrutura, as indústrias dessa mesorregião não declararam investimentos em melhorias e/ou ampliações da capacidade produtiva no protocolo de intenções industriais entre 1996 e 1998, e apenas uma delas recebeu incentivos do FAIM (Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Industrial da Paraíba) no mesmo período, o que resultou em menos de 100 novas vagas na cidade de Cajazeiras.

Na área educacional o sertão paraibano é atendido pela rede estadual de escolas públicas, responsáveis pelo ensino médio, na maioria das cidades da região. A rede municipal, responsável pelo ensino básico e fundamental é ofertado na zona urbana e rural, maioria dos municípios. A região conta ainda com dois Campus do Instituto, o de Sousa e o de Cajazeiras, servindo boa parte da região do sertão, além de unidades do SENAI, SENAC, SEBRAE e rede privada, além de ser atendida por projetos do SENAR e do SENAT. No ensino superior, além do

Campus de Cajazeiras que oferta dois cursos superiores de tecnologia (Desenvolvimento de Softwares e Automação Industrial), o sertão conta com vários *campi* da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) localizados nas cidades de Patos, Sousa e Cajazeiras, onde são oferecidos cursos como Engenharia Florestal, Veterinária, Direito, Pedagogia e outros. A cidade de Patos conta ainda com a Fundação Francisco Mascarenhas, que leciona cursos de graduação e pós-graduação.

A mesorregião do agreste paraibano apresenta um grau de urbanização e desenvolvimento maior que a do sertão e comparável a da zona da mata. Com três distritos industriais - todos situados na cidade de Campina Grande – ela apresenta indústrias de transformação nas áreas de química, eletro-eletrônicos, mineração, têxtil, metal-mecânica, produtos alimentícios, bebidas, materiais plásticos, papel e papelão, cerâmica, couro calçado, editorial e gráfico e borracha. O índice de automação das indústrias varia de baixo a médio, com algumas indústrias empregando tecnologias de ponta no seu processo produtivo. A cidade pólo da região possui uma grande demanda de serviços técnicos na área de eletrônica, seja para atender o parque industrial, seja na prestação de serviços de manutenção de equipamentos e sistemas, dentre os quais se destacam os de informática. Observando o número de empresas assistidas pelos recursos do FAIM entre os anos de 1996/98, cerca de 34 indústrias de diversos setores da economia foram beneficiadas, gerando cerca de 6500 empregos somente na mesorregião.

No que diz respeito à oferta de educação básica, a região é atendida pelas redes estadual, municipal e privada. Devido a maior renda no município, a cidade de Campina Grande possui ampla rede privada de ensino atuando tanto no ensino fundamental quanto no médio.

A cidade de Campina Grande conta com três instituições de ensino superior. A Universidade Federal de Campina Grande, que oferece cursos de graduação e pós-graduação nas diversas áreas do conhecimento, a Universidade Estadual da Paraíba e a Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas (FACISA). Recentemente foi lançado pelo Sistema FIEP (SESI, SENAI e IEL), a Universidade Corporativa da Indústria da Paraíba, que terá sede na cidade e oferecerá cursos superiores em várias áreas do conhecimento. Destaca-se ainda a vocação da região no desenvolvimento de novas tecnologias no campo da Engenharia Elétrica

e de Informática, devido principalmente a influência da UFCG, com seu Curso de Engenharia Elétrica, classificado entre os cinco melhores do país e a Escola Técnica Redentorista. Como resultado dessa vocação, observa-se o aumento do número de empresas de base tecnológica e empresas incubadas no Parque Tecnológico da Paraíba. A cidade de Campina Grande, por sua vocação econômica, também é sede da Federação das Indústrias do Estado da Paraíba.

Além do mais, o agreste, capitaneado por Campina Grande, conta com a presença de unidades do SENAI, SENAC, SEBRAE, além de outras instituições de educação profissional públicas e privadas, tendo se destacado por sua vocação educacional, ampliando sua área de atendimento aos demais estados da região e do país.

Situação similar a do agreste ocorre na mesorregião da zona da mata. Os seis distritos industriais existentes nas cidades de João Pessoa, Conde, Alhandra, Guarabira, Santa Rita e Cabedelo abrigam indústrias nas mais diversas áreas da atividade econômica. O número de indústrias, volume de produção e taxas de emprego são as maiores do estado, com maior concentração na área de João Pessoa, Bayeux, Santa Rita e Cabedelo.

Embora o número de indústrias, bem como o volume de investimento tenha aumentado, a média de empregos na indústria tem decrescido nos últimos anos no estado, passando de 111,1% no ano de 1995 para 95,3% no ano de 1998. Nota-se que no mesmo período houve um crescimento semelhante em outras áreas como a de serviços e comércio.

Na área educacional, destaca-se o número elevado de oferta de vagas nas instituições de ensino superior bem como na educação básica e profissional. João Pessoa, a principal cidade da região, conta atualmente com onze IESs – o Instituto Federal incluso - centenas de escolas públicas e privadas que atuam na educação básica, além de unidades do SENAI, SENAC, SENAR, SENAT, SEBRAE e instituições privadas de educação profissional. Ela tornou-se um centro educacional de médio porte – em nível nacional – algo que tende cada vez mais a crescer em função da crescente demanda por oportunidades educacionais, tendência esta que tem merecido atenção e ações constantes do Instituto Federal da Paraíba, conta com 3 unidades na região.

O Plano de Desenvolvimento Sustentável do estado, prevê investimentos em diversas áreas, levando em conta os seguintes fatores:

- potencialidades associadas aos complexos produtivos já instalados e consolidados como o: têxtil-vestuário, couro-calçados, eletroeletrônico, metal mecânico e mineração, indústria química e de alimentos, construção civil;
- capacidade científica e tecnológica em segmentos específicos, em especial agropecuária, eletroeletrônica e informática;
- potencialidades representadas pelas pequenas e médias empresas;
- boa dotação de infra-estrutura;
- a presença marcante de entidades voltadas para a formação, especialização e treinamento de recursos humanos, como centro de ensino superior, ao lado de entidades como SENAI, SENAC, IFPB e as ESPEP;
- localização geográfica estratégica do estado da Paraíba;
- Redução das desigualdades sociais;
- Desenvolver programas estruturantes referenciados na sustentabilidade ambiental;
- Programas e de saneamento e urbanização;
- Programa de incentivo ao turismo;
- Programa de recursos hídricos e de pólos de irrigação;
- Programa de incentivo ao desenvolvimento das cidades pólos: João Pessoa, Campina Grande, Guarabira, Monteiro, Patos, Pombal, Sousa e Cajazeiras, e
- Programa de eixos de integração econômica (Rodovias, Ferrovias e Portos).

O Instituto Federal da Paraíba abrange todo o território paraibano, desde João Pessoa e Cabedelo, no litoral; Campina Grande no brejo e agreste; Picuí no Seridó Ocidental; Monteiro no Cariri; Patos, Cajazeiras, Souza e Princesa Isabel na região do sertão, conforme demonstrado na Figura 2.

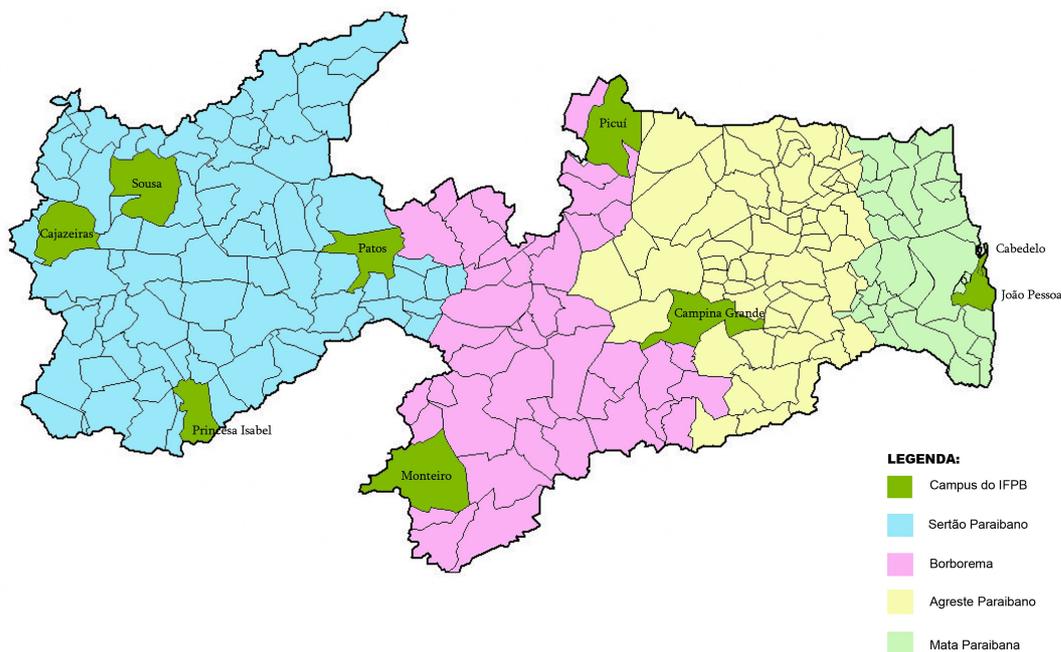


Figura 2 – Área de Abrangência do Instituto na Paraíba

Atuando primordialmente na Paraíba, mas não excluindo atividades nacionais ou internacionais, o Instituto desenvolve atividades de ensino, pesquisa e extensão nas seguintes áreas: comércio, construção civil, educação, geomática, gestão, indústria, informática, letras, meio ambiente, química, recursos pesqueiros, agro-pecuária, saúde, telecomunicações e turismo e hospitalidade.

Desta forma, o Instituto Federal da Paraíba, procura ao interiorizar a educação tecnológica, adequar sua oferta de ensino, extensão e pesquisa primordialmente às necessidades estaduais. Ressalte-se que a localização geográfica da Paraíba, permite que a área de influência do Instituto Federal se

estenda além das divisas do estado. Assim, regiões mais industrializadas como o grande Recife e Natal, têm, historicamente, solicitado profissionais formados pelo Instituto para suprir a demanda em áreas diversas.

Portanto, além de desempenhar o seu próprio papel no desenvolvimento de pessoas, nos mais diversos níveis educacionais, o Instituto Federal da Paraíba atua em parceria com diversas instituições de ensino, pesquisa e extensão, no apoio às necessidades tecnológicas empresariais. Essa atuação não se restringe ao estado da Paraíba, mas gradualmente vem se consolidando dentro do contexto macro regional, delimitado pelos estados de Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte.

1.5 FINALIDADES

Segundo a Lei 11.892/08, o Instituto Federal da Paraíba é uma Instituição de educação superior, básica e profissional, pluricurricular e multicampi, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica, contemplando os aspectos humanísticos, nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com sua prática pedagógica.

O Instituto Federal da Paraíba atuará em observância com a legislação vigente com as seguintes finalidades:

- I. ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional;
- II. desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais;
- III. promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, otimizando a infra-estrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão;
- IV. orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de

desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal da Paraíba;

- V. constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino de ciências, em geral, e de ciências aplicadas, em particular, estimulando o desenvolvimento de espírito crítico e criativo.
- VI. qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas instituições públicas de ensino, oferecendo capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino;
- VII. desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica;
- VIII. realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico; e
- IX. promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais, notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente e a melhoria da qualidade de vida.

X – promover a integração e correlação com instituições congêneres, nacionais e internacionais, com vista ao desenvolvimento e aperfeiçoamento dos processos de ensino-aprendizagem, pesquisa e extensão.

1.6- OBJETIVOS

Observadas suas finalidades e características são objetivos do Instituto Federal da Paraíba:

- I. ministrar educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos;
- II. ministrar cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica;
- III. realizar pesquisas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade;

- IV. desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos, e tecnológicos, culturais e ambientais;
- V. estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional; e
- VI. ministrar em nível de educação superior:
 - a) cursos superiores de tecnologia visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia;
 - b) cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas na formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional;
 - c) cursos de bacharelado e engenharia, visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia e áreas do conhecimento;
 - d) cursos de pós-graduação *lato sensu* de aperfeiçoamento e especialização, visando à formação de especialistas nas diferentes áreas do conhecimento;
 - e) cursos de pós-graduação *stricto sensu* de mestrado e doutorado, que contribuam para promover o estabelecimento de bases sólidas em educação, ciência e tecnologia, com vistas no processo de geração e inovação tecnológica.

1.7 - ÁREA (S) DE ATUAÇÃO ACADÊMICA

O Instituto Federal da Paraíba, considerando as definições decorrentes da Lei 11.892/2009 e observando o contexto das mudanças estruturais que tem ocorrido na sociedade e na educação brasileira, adota um Projeto Acadêmico baseado na sua responsabilidade social advinda da referida Lei, a partir da construção de um projeto pedagógico flexível, em consonância com o proposto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, buscando produzir e reproduzir

os conhecimentos humanísticos, científicos e tecnológicos, de modo a proporcionar a formação plena da cidadania, que será traduzida na consolidação de uma sociedade mais justa e igual.

O IFPB atua nas áreas profissionais das Ciências Agrárias, Ciências Biológicas, Ciências da Saúde, Ciências Exatas e da Terra, Ciências Humanas, Ciências Sociais Aplicadas, Engenharias, Linguística, Letras e Artes.

São ofertados cursos nos eixos tecnológicos de Recursos Naturais, Produção Cultural e Design, Gestão e Negócios, Infra-Estrutura, Produção Alimentícia, Controle e Processos Industriais, Produção Industrial, Hospitalidade e Lazer, Informação e Comunicação, Ambiente, Saúde e Segurança.

Nessa perspectiva, a organização do ensino no Instituto Federal da Paraíba oferece oportunidades em todos os níveis da aprendizagem, permitindo o processo de verticalização do ensino. São ofertados desde Programas de Formação Continuada (FIC), PROEJA, Mulheres Mil, propiciando o prosseguimento de estudos através do Ensino Técnico de Nível Médio, Ensino Tecnológico de Nível Superior, as Licenciaturas, os Bacharelados e os estudos de Pós-Graduação *Lato Sensu* e *Stricto Sensu*.

• Educação Profissional de nível Técnico

A educação profissional de nível técnico no IFPB é ofertada nas modalidades integrado e subsequente, nas áreas profissionais da construção civil, da indústria, da informática, do meio ambiente, do turismo e hospitalidade e da saúde, considerando a carga horária mínima e as competências exigidas para cada área, de acordo com o Decreto n. 5.154/2004 e Resoluções CNE/CEB n. 04/1999 e n. 01/2005 do Conselho Nacional de Educação - CNE.

O IFPB oferece Cursos Técnicos em diversos segmentos da economia e áreas profissionais, em todos os seus Campi.

TABELA II – CURSOS TÉCNICOS OFERTADOS PELO INSTITUTO

| Campus | Cursos Técnicos |
|------------------------|---|
| João Pessoa | <ul style="list-style-type: none"> • <i>Edificações</i> • <i>Recursos Naturais</i> • <i>Manutenção de Equipamentos Mecânicos</i> • <i>Eletrônica</i> • <i>Manutenção de Equipamentos Hospitalares</i> • <i>Eletrotécnica</i> • <i>Instrumento Musical</i> • <i>Controle Ambiental e Eventos</i> |
| Campina Grande | <ul style="list-style-type: none"> • <i>Mineração</i> • <i>Manutenção e Suporte de Informática</i> |
| Cajazeiras | <ul style="list-style-type: none"> • <i>Edificações</i> • <i>Eletromecânica</i> • <i>Informática</i> |
| Sousa | <ul style="list-style-type: none"> • <i>Agropecuária</i> • <i>Informática</i> • <i>Agroindústria</i> |
| Cabedelo | <ul style="list-style-type: none"> • <i>Pesca</i> • <i>Meio Ambiente</i> |
| Patos | <ul style="list-style-type: none"> • <i>Manutenção e Suporte de Informática</i> |
| Monteiro | <ul style="list-style-type: none"> • <i>Manutenção e Suporte de Informática</i> • <i>Secretariado Escolar</i> |
| Picuí | <ul style="list-style-type: none"> • <i>Mineração</i> • <i>Manutenção e Suporte de Informática</i> |
| Princesa Isabel | <ul style="list-style-type: none"> • <i>Edificações</i> • <i>Manutenção e Suporte de Informática</i> |

A Educação Profissional Técnica Integrada ao Ensino Médio, cuja organização do curso conduz o aluno a uma habilitação profissional técnica de nível médio que também lhe dará o direito à continuidade de estudos na educação superior, será oferecida para estudantes que tenham concluído o ensino fundamental.

A educação profissional de nível técnico no IFPB corresponde à oferta de cursos técnicos, considerando a carga horária mínima e o perfil profissional exigido para cada eixo tecnológico, de acordo com o Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos- Resolução do CNE/CEB nº 03 de 09 de julho de 2008.

O currículo dos Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio está estruturado em regime anual com duração de 04(quatro) anos, integrando a formação geral com uma carga horária mínima de 2.400 horas e a formação técnica conforme a carga horária mínima exigida no Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos – CNCT – para a respectiva habilitação profissional, acrescida da carga horária destinada ao estágio

curricular e/ou Trabalho de Conclusão de Curso - TCC. E stá definido por disciplinas orientadas pelos perfis de conclusão e distribuídas na matriz curricular com as respectivas cargas horárias, propiciando a visualização do curso como um todo.

A matriz curricular dos Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio está constituída por disciplinas:

- I. Da formação geral, englobando as áreas de conhecimentos do Ensino Médio (Linguagens e Códigos e suas Tecnologias; _Ciências Humanas e suas Tecnologias; e Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias) fundamentadas nas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (Parecer nº 15/98);
- II. Da preparação básica para o trabalho, nos cursos profissionais; consideradas necessárias como interfaces integradoras do currículo;
- III. Da formação profissional específica em determinada área profissional descrita nos Referenciais Curriculares Nacionais e demais normas vigentes.

A Educação Profissional no modelo subseqüente tem sua organização curricular estruturada em módulos e aulas com duração de cinquenta minutos, atendendo a legislação vigente e as necessidades pedagógicas características dos alunos participantes desta modalidade.

Os currículos dos cursos técnicos subseqüentes estão definidos por competências e habilidades, apresentando estrutura modular, oferecendo oportunidade de certificações profissionais intermediárias. Os módulos são estruturados no regime semestral.

Os módulos são definidos com terminalidade referente a uma qualificação profissional, ou sem terminalidade, visando à preparação para o ingresso em módulos subseqüentes.

Os módulos sem terminalidade profissional englobam competências específicas da habilitação profissional e são obrigatórios, representando o percurso inicial do curso técnico.

- **EJA – Educação de Jovens e Adultos**

A Educação Profissional ofertada para a Educação de Jovens, respeitando suas especificidades definidas na legislação, é ofertada com as mesmas características do Ensino Técnico Integrado.

Nesse sentido, o atendimento a essa clientela pressupõe ações voltadas para o seu projeto de vida e para as necessidades, urgentes, de (re)inserção e de (re)qualificação visando à complementação da renda familiar ou para o provimento de seu sustento. Desta forma o ensino deverá apontar para um projeto capaz de vislumbrar o trabalho como princípio educativo. Desta forma estaremos, enquanto instituição de ensino, resgatando a nossa função social e promovendo dignidade e cidadania. Atualmente o IFPB oferta esta modalidade de ensino contemplando:

1 – Curso de Ensino Técnico Integrado com Qualificação em Informática para Serviços Administrativos, com uma turma de 40 alunos que concluirão em 2010;

2 - Curso de Ensino Técnico Integrado em Eventos, com uma Turma de 40 alunos que ingressaram em 2009.

A projeção de oferta de cursos prevê para 2010 a oferta de mais uma turma de 40 alunos para o curso Técnico de Eventos. Em 2011 o Curso Técnico Integrado em Secretariado e permanecer com estas ofertas até 2022.

- **Mulheres Mil**

A Educação Profissional ofertada no Projeto Mulheres Mil guarda também as mesmas características do Ensino Técnico Integrado, respeitando as características do Programa.

O atendimento a esta clientela tem como objetivos e pressupostos a inserção de pelo menos 1000 mulheres no mundo do trabalho, desenvolvendo ações de profissionalização e de exercício da cidadania. Neste sentido o IFPB desenvolve o projeto em uma comunidade carente constituída de marisqueiras/artesãs –, do município de Bayeux (PB), permitindo-lhes a oportunidade de elevação profissional de qualidade, objetivando sua inclusão e promoção social a partir de Cursos de Qualificação Profissional Básica em Meio Ambiente e também no Desenvolvimento da Capacidade Linguística da Alfabetização, Leitura e Produção Textual.

- **Educação Superior** – Cursos Superiores de Tecnologia, Licenciatura, Bacharelados e Engenharias.

Os Cursos Superiores de Tecnologia integram às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia e visam segundo suas diretrizes curriculares, “garantir aos cidadãos o direito à aquisição de competências profissionais que os tornem aptos para a inserção em setores profissionais nos quais haja utilização de tecnologias.

Com a Educação Profissional Tecnológica de Graduação, a instituição tem galgado seu espaço, construindo uma educação gratuita e de qualidade assentada nos mais modernos fundamentos científicos e tecnológicos, potencializando-se em opção de qualidade para as diversas gerações.

- **Licenciaturas**

A oferta dos Cursos de Licenciatura visa ao atendimento a Lei 11.892/2008 e foi criada com o objetivo de minimizar a falta de profissionais de educação para exercer a docência nas Escolas de Educação Básica. As Licenciaturas são ofertadas a portadores de diplomas de cursos Superiores e tem por objetivo a habilitação do profissional de diversas áreas do conhecimento para atuar no magistério. Os programas de formação pedagógica foram regulamentados pela Resolução nº 2 de 07 de julho de 1997, que alterou a Portaria 432, de 19 de julho de 1971, que regulamentava a formação de docentes para as disciplinas do currículo da educação profissional.

O IFPB mesmo antes da edição da referida Lei, atuando com uma visão de futuro já ofertava o Curso de Licenciatura em Química e programa para 2010 a criação da Licenciatura em Matemática e em Letras.

O Quadro abaixo resume a oferta atual do Instituto de Cursos Superiores de Tecnologia.

TABELA III – CURSOS SUPERIORES OFERTADOS PELO INSTITUTO

| Campus | Cursos | | |
|-----------------|---|---|--|
| | CST | Licenciatura | Bacharelados |
| João Pessoa | <ul style="list-style-type: none"> • Redes de computadores • Sistemas de Telecomunicações • Construção de Edifícios • Design de Interiores • Geoprocessamento • Sistemas para Internet • Automação Industrial • Negócios Imobiliários • Gestão Ambiental | <ul style="list-style-type: none"> • Química | <ul style="list-style-type: none"> • Administração • Engenharia Elétrica |
| Cajazeiras | <ul style="list-style-type: none"> • Automação Industrial • Análise e Desenvolvimento de Sistemas | | |
| Sousa | <ul style="list-style-type: none"> • Agroecologia | | |
| Cabedelo | <ul style="list-style-type: none"> • Design Gráfico | | |
| Patos | <ul style="list-style-type: none"> • Segurança do Trabalho | | |
| Picuí | <ul style="list-style-type: none"> • Agroecologia | | |
| Monteiro | <ul style="list-style-type: none"> • Construção de Edifícios | | |
| Princesa Isabel | <ul style="list-style-type: none"> • Gestão Ambiental | | |
| Campina Grande | <ul style="list-style-type: none"> • Telemática | | |

- **Bacharelados**

O IFPB oferece atualmente o Bacharelado em Administração e Engenharia Elétrica. A duração, carga horária e tempo de integralização dos cursos de bacharelado presenciais no âmbito do IFPB atendem o Parecer CNE/CES nº 08/2007 e Resolução CNE/CES Nº 02/2007. Os estágios e atividades

complementares dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial, não deverão exceder a 20% (vinte por cento) da carga horária total do curso, salvo nos casos de determinações legais em contrário, tomando por base as seguintes orientações (Resolução CNE/CES Nº 02/2007).

Em relação aos Cursos de engenharia o IFPB adota como referencial o Parecer nº 1.362/2001 que estabelece Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Engenharia.

- **Pós-Graduação *Lato Sensu e Stricto Sensu*.**

Após a consolidação do ensino superior em nível de graduação, o IFPB iniciou a oferta de cursos de pós-graduação, nas suas diversas áreas, com a finalidade de atender a demanda social por especialistas. Os cursos de especialização *lato sensu* em Segurança da Informação, Educação Profissional e Gestão Pública iniciaram uma série de cursos de pós-graduação a serem ofertados pelo IFPB.

Para o ano de 2010, O IFPB programa o lançamento, de cursos de pós-graduação *stricto sensu* no nível de mestrado, na área de Tecnologia Industrial.

2. PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN nº 9.394/96, Art.12, inciso I, prevê que “os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino terão a incumbência de elaborar e executar sua proposta pedagógica”. Assim posto, a Instituição deve assumir como uma de suas principais tarefas o trabalho de refletir sobre sua intencionalidade educativa, de forma que o conjunto de inter-relações e responsabilidades se materialize.

O Projeto Pedagógico Institucional – PPI, é um documento orientador da ação institucional onde se registram os alvos a atingir, as opções estratégicas a seguir, em função do diagnóstico realizado, dos valores definidos e das concepções teóricas escolhidas.

Nesse sentido, o PPI deve traduzir a história da instituição; constar como parte integrante do PDI; orientar os documentos normativos da instituição; ser elaborado a partir dos princípios norteadores, explicitar as convicções ideológicas, enunciação dos propósitos gerais que orientam a prática da escola e justificam sua estrutura organizacional, em que são estabelecidas as relações entre os membros da comunidade acadêmica, formas de participação e mecanismos de tomada de decisão.

Trata-se de uma projeção dos valores originados da identidade da instituição, materializados no seu fazer específico, cuja natureza consiste em lidar com o conhecimento, e que deve delinear o horizonte de longo prazo, não se limitando, portanto, a um período de gestão.

“A construção do projeto pedagógico é um ato deliberado dos sujeitos envolvidos com o processo educativo da Escola. Portanto, é indispensável a participação de todos nessa construção que deve ter como motivação a utopia de uma sociedade democrática e solidária”. (Ilma Veiga, 1998)

Nesse sentido o PPI representa a oportunidade de a direção juntamente com a comunidade acadêmica definirem seu papel social e estratégico na educação e organizarem suas ações para atingir os objetivos a que se propõem, ordenando e norteando o cotidiano institucional.

Político, porque diz respeito à arte e à ciência de governar – O PPI prevê e dá uma direção à gestão da escola. Pedagógico, no que se oportuniza à reflexão sistemática, dando sentido e rumo às práticas educativas, contextualizadas cultural e socialmente. Portanto as trajetórias e decisões referendadas pela instituição é político-pedagógica, pois refletem as orientações assumidas pelos seus profissionais.

2.1 - Caracterização Sócio-econômica da área de abrangência

a) Campus de João Pessoa

A cidade de João Pessoa, capital do estado da Paraíba, está localizada na região Nordeste, Mesorregião da Mata Paraibana, Microrregião de João Pessoa a

uma altitude de 47,5 metros acima do nível do mar (Oceano Atlântico). Está a 1.716,6 km em linha reta da Capital Federal (Brasília).

O município de João Pessoa tem uma superfície geográfica de 211 km² para uma população indicada no IBGE/2007 na ordem de 674.762 habitantes, sendo 38% deles formados por jovens. A capital paraibana é 26^a maior cidade do País em número de habitantes. Em média, os pessoenses vivem 68 anos, as mulheres vivem mais do que os homens e há um excedente de 38,9 mil mulheres a mais. Ao todo são 87 homens para cada grupo de 100 mulheres.

A capital da Paraíba apresenta os seguintes indicadores: Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0,783 e taxa de alfabetização de 86% da população (IBGE, 2007). Segundo o IBGE, o PIB de João Pessoa em 2005 era de R\$ 5.024.603.980,00 reais e o PIB per capita chega a R\$ 7.603,84.

A Área de Serviços domina a atividade econômica em João Pessoa e têm na administração pública, educação e serviços domésticos seus maiores contingentes populacionais. Os principais ramos da atividade econômica do município são: Setor de serviços, com mais 61% da geração de emprego e renda; a atividade industrial, com 17%; a atividade de comércio de mercadoria, com 19%.

A cidade localiza-se na porção mais oriental das Américas e do Brasil, com longitude oeste de 34°47'30" e latitude sul de 7°09'28". Sua população é de 674.762 habitantes (Contagem da População 2007 – IBGE). A Lei Complementar Estadual no. 59, de 2003, criou o *Condiám* e a Região Metropolitana de João Pessoa, constituída pelos municípios de Bayeux, Cabedelo, Conde, Cruz do Espírito Santo, João Pessoa, Lucena, Alhandra, Pitimbu, Caaporã, Mamanguape, Rio Tinto e Santa Rita. A região abriga atualmente uma população de 1.146.461 habitantes. IBGE/2009.

Segundo o IBGE, João Pessoa possui uma taxa de analfabetismo em torno de 14%. O município possui atualmente 03 Instituições públicas de ensino superior: Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) e Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB). Conta também, com 18 Instituições privadas de ensino superior. As Escolas de Educação Básica são 132 estaduais, 114 municipais e 210 da rede privada de ensino, o que demonstra o potencial de demanda bastante significativo para o ingresso na Educação Profissional, principalmente pelo fato de que a

Universidade Pública não consegue atender a todos, instalando-se uma demanda reprimida que certamente ocupará os bancos escolares do Instituto.

De acordo com os Resultados Preliminares do Censo Escolar 2009 – Educacenso, o número de matrículas para o Ensino Médio na rede estadual foi de 21.831, nas instituições federais de ensino foram efetuadas 718 e na Rede privada de ensino 9.150 matrículas.

Para o ensino fundamental o número de matrícula inicial para rede estadual de ensino foi de 13.806, 18.982 nas escolas municipais e 10.948 nas escolas particulares. Na Educação Profissional (Nível Técnico) foram registradas 771 matrículas nas instituições federais de ensino e 701 matrículas nas escolas particulares.

O Campus de João Pessoa é o mais antigo da rede e foi inaugurado em como Escola Técnica Federal da Paraíba e atualmente oferta cursos de educação profissional e tecnológica, além de cursos de bacharelados e engenharias.

b) **Campus de Cabedelo**

O município de **Cabedelo** faz parte da Região Metropolitana de João Pessoa e está localizado na Microrregião Cabedelo e na Mesorregião Mata Paraibana do Estado da Paraíba. Cabedelo é uma cidade portuária e fica numa península entre o Oceano Atlântico e o Rio Paraíba. O Porto de Cabedelo é a grande entrada e saída comercial do Estado.

Ocupa um área de **31,27** km² representando 0.0554% do Estado, 0.002% da Região e 0.0004% de todo o território Brasileiro, e com uma população de **49.728** (Contagem da População 2007 – IBGE) habitantes. A sede do município tem uma altitude aproximada de 03 metros distando 15,2297 km da capital. O acesso é feito, a partir de João Pessoa, pela rodovia BR 230 Está inserido nas Folhas SUDENE de João Pessoa e Cabedelo.

Possui Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0.757, segundo o Atlas de Desenvolvimento Humano/PNUD (2000). O Ensino Fundamental tem 9.779 Matrículas e o Ensino Médio 1.177.

Nas Articulações entre as Instituições encontra-se o Convênio de Cooperação com Entidades Públicas nas áreas de saúde, assistência e

desenvolvimento social, direito de crianças e adolescentes, emprego/trabalho, turismo, cultura, habitação, meio ambiente, desenvolvimento urbano e desenvolvimento econômico.

O município desenvolve Programas ou Ações na Área de Geração de Trabalho e Renda através de Incentivos para atração de atividades econômicas, cessão de terras com atendimento na infra-estrutura e um programa de geração de trabalho e renda e capacitação profissional.

O Município de Cabedelo possui Escolas de Educação Básica pertencentes ao Estado e ao Município e segundo o Censo o ano de 2008 apresentou o seguinte Quadro de Matrículas:

Ensino fundamental - 8694 matrículas

Ensino médio - 954 matrículas

A economia do município de Cabedelo é movimentada pelas atividades portuárias e pesqueiras possuindo 04 indústrias extrativas e 144 Indústrias de transformação cadastradas.

O Campus de Cabedelo funciona atualmente em sede provisória cedida pela Prefeitura do Município e a partir de 2011 se instalará definitivamente em sede própria.

c) Campus de Campina Grande

Campina Grande é o maior e mais populoso município do interior do estado da Paraíba. Considerada um dos principais polos industriais e tecnológicos da Região Nordeste, Campina Grande foi fundada em 1º de dezembro de 1697, tendo sido elevada à categoria de cidade em 11 de outubro de 1864.

Destaca-se nas áreas de informática, serviços (saúde e educação), no comércio e na indústria, principalmente indústria de calçados e têxtil, que são suas principais atividades econômicas. Sedia empresas de porte nacional e internacional. Campina Grande também é conhecida como cidade universitária, pois conta com três universidades públicas e onze privadas. É comum estudantes do Nordeste e de todo o Brasil virem morar no município para estudar nas

universidades locais. Além de ensino superior, o município oferece capacitação para o nível médio e técnico.

A urbanização do município tem um forte vínculo com suas atividades comerciais desde as primórdias até hoje. Primeiramente o município foi lugar de repouso para tropeiros, em seguida se formou uma feira de gado e uma grande feira geral (grande destaque no Nordeste). Posteriormente, o município deu um grande salto de desenvolvimento devido às atividades tropeiras e ao crescimento da cultura do algodão, quando Campina Grande chegou a ser a segunda maior produtora de algodão do mundo. Atualmente, o município tem grande destaque no setor de informática e desenvolvimento de softwares.

A cidade localiza-se no interior do estado da Paraíba, no agreste paraibano, na parte oriental do Planalto da Borborema, na serra do Boturité/Bacamarte, que estende-se do Piauí até a Bahia. Está a uma altitude média de 555 metros acima do nível do mar. A área do município abrange 599,6 km².

Fazem parte do município de Campina Grande os seguintes distritos: Catolé de Boa Vista, Catolé de Zé Ferreira, São José da Mata, Santa Terezinha e Galante.

Campina Grande possui 381 422 habitantes (densidade demográfica de 597,9 hab/km²), segundo estimativas do IBGE em 2008. Em 1991 o Índice de Desenvolvimento Humano era de 0,647, subindo para 0,749 em 2009.

Campina Grande exerce grande influência política e econômica sobre o "Compartimento da Borborema", que é composto de mais de 60 municípios (1 milhão de habitantes) do estado da Paraíba. O Compartimento da Borborema engloba 5 microrregiões conhecidas como Agreste da Borborema, Brejo Paraibano, Cariri, Seridó Paraibano e Curimataú.

As principais atividades econômicas do município de Campina Grande são: extração mineral; culturas agrícolas; pecuária; indústrias de transformação, de beneficiamento e de desenvolvimento de software; comércio varejista, atacadista e serviços. O município é grande produtor de software para exportação.

A posição privilegiada de Campina Grande contribui para que seja um centro distribuidor e receptor de matéria-prima e mão-de-obra de vários estados. Campina Grande tem grande proximidade com três capitais brasileiras: Natal, João Pessoa e Recife. Além disso, dentro do próprio estado, situa-se no cruzamento entre a BR-230 e a BR-104.

Atualmente, Campina Grande possui aproximadamente 2.881 fábricas (atividade industrial), 567 casas de comércio atacadista e 5.088 unidades de comércio varejista. No setor de prestação de serviços, Campina Grande é um importante centro econômico, especialmente para as dezenas de cidades que fazem parte do Compartimento da Borborema. Na agricultura, destaca-se o algodão herbáceo, feijão, mandioca, milho, sisal, além de outros produtos de natureza hortifrutigranjeira que representam 6000 toneladas mensalmente comercializadas. A pecuária atua em função da bacia leiteira. Já em 1934, era inaugurada a primeira usina de pasteurização do município.

A área de informática movimenta anualmente cerca de 30 milhões de dólares (o que ainda é bem pouco perto do grande potencial dos softwares), com cerca de 87 empresas de pequenas, médio e grande porte.

Campina Grande dispõe de uma ampla rede escolar e universitária que se destaca não só pela quantidade dos estabelecimentos públicos e privados existentes, mas pela extensão, desde o ensino fundamental até a pós-graduação, abrangendo várias áreas do conhecimento humano.

Campina Grande possui o maior colégio estadual de ensino médio da região, o Colégio Estadual da Prata (Colégio Estadual Dr. Elpídio de Almeida) , fundado em 1954, com capacidade de mais de 3500 alunos, que beneficia não somente estudantes campinenses, mas de diversas cidades.

Existem instituições de ensino profissionalizante em nível médio, tanto públicas quanto privadas, capacitando ou treinando mão-de-obra especializada em atendimento às demandas dos diversos setores econômicos. Instituições como Sesi e Senai oferecem curso técnico em Eletroeletrônica e profissionalizante . Na parte técnica, uma escola bastante tradicional é a Escola Técnica Redentorista com cursos nas áreas de [Segurança do Trabalho](#), Informática, [Eletrônica](#) e Telecomunicações. O IFPB - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba oferece cursos técnicos nas áreas de Informática e Mineração.

Em 2003, de acordo com o IBGE, existiam 80.427 alunos matriculados para o ensino fundamental para 3688 professores e 19 764 alunos de ensino médio para 1108 professores.

Possui duas universidades públicas e um instituto federal: O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba - IFPB - Campus Campina Grande,

que é uma [instituição](#) de ensino superior e [técnico](#), pública e federal, que possui um Campus em Campina Grande. O início das atividades do IFPB em Campina Grande ocorreu no final de 2006, suas turmas pioneiras iniciaram suas atividades no início de 2007, oferecendo o Curso superior de Tecnologia em Telemática,. O campus do IFPB - Campina Grande, está localizado no bairro dinâmica nas proximidades do ginásio de esportes "O Meninão".

A Universidade Federal de Campina Grande (**UFCG**) é uma instituição de ensino superior, pública e federal, fundada 2002 como um desmembramento da UFPB. É considerada um dos pólos de desenvolvimento científico e tecnológico do Nordeste, onde realizam-se diversos cursos de pós-graduação, nos níveis de especialização de mestrado e doutorado. A UFCG possui cinco campi, localizados nas cidades de *Campina Grande*, Patos, Sousa, Cajazeiras e, o mais novo, Cuité, no sertão do estado. A Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) possui sede em Campina Grande com outros campos em Lagoa Seca, Guarabira e Catolé do Rocha. Em 2006 foram inaugurados campi da universidade estadual em Monteiro, Patos e João Pessoa. Foi fundada em 11 de outubro de 1987 pelo então Governador da Paraíba, Tarcísio de Miranda Buriti, deixou de ser chamada de Universidade Regional do Nordeste para se transformar em Universidade Pública Estadual, reconhecida pelo Conselho Federal de Educação em 1996. A UEPB hoje conta com cerca de 30 cursos de graduação com mais de 10 mil alunos.

Campina Grande tem também instituições de ensino superior particulares como:

- [Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas](#) - FACISA
- [Faculdade de Ciências Médicas de Campina Grande](#) - FCM
- [Escola Superior de Aviação Civil](#) - ESAC
- [Centro de Educação Superior Reinaldo Ramos](#) - CESREI
- [Faculdade Anglo-Americano](#)
- [Faculdade de Teologia e Filosofia da Católica](#) - CATÓLICA
- [Universidade Corporativa da Indústria da Paraíba](#) - UCIP
- [Instituto Campinense de Ensino Superior](#) - ICES
- [União do Ensino Superior de Campina Grande](#) - UNESC
- [Universidade Estadual Vale do Acaraú UVA](#) - UVA
- [Faculdade Maurício de Nassau](#)

- [Centro de Educação Profissional de Campina Grande](#)/SENAC

O Campus de Campina Grande foi inaugurado em 2007 como Unidade de Ensino Descentralizada do Centro Federal de Educação Tecnológica da Paraíba e transformado em Campus do IFPB com a edição da Lei 11.892/08. Oferta atualmente Cursos de educação profissional e tecnológica.

d) Campus de Picuí

O município de Picuí fica localizado na Mesorregião Geográfica da Borborema e Microrregião do Seridó Oriental Paraibano, fazendo divisa com a Microrregião do Curimataú Ocidental. o município possui 18.987 habitantes e uma taxa de urbanização de 60,0%.

De acordo com dados do IBGE (2007), a área territorial do município é de 665,570km², limitando-se ao **NORTE** com o estado do Rio Grande do Norte, ao **SUL**, com os municípios de Nova Palmeira, Pedra Lavrada e Baraúna; ao **LESTE**, com os municípios de Cuité e Nova Floresta; e ao **OESTE**, com o município de Frei Martinho e, novamente com o estado do Rio Grande do Norte.

Com relação às coordenadas geográficas, o município está localizado a uma altitude de 440 m acima do nível do mar, com LATITUDE – S 6° 33' 19" e LONGITUDE – (W.Gr.) 36° 20' 56". Segundo a estimativa populacional (IBGE, 2006),

Interligando os estados da Paraíba e o Rio Grande do Norte, através da BR151, a cidade de Picuí é caracterizada como pólo de desenvolvimento das microrregiões do Seridó Oriental Paraibano e Curimataú Ocidental, por dar suporte a 16 municípios dessas microrregiões, que compreendem uma área de 5.196,020km² e uma população de 135.149 habitantes.

De acordo o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), sua população é de 18.716 (Contagem da População 2007) habitantes. Área territorial de 666 km².

O município está incluído na área geográfica de abrangência do semiárido brasileiro, definida pelo Ministério da Integração Nacional em 2005. Esta

delimitação tem como critérios o índice pluviométrico, o índice de aridez e o risco de seca.

A economia do Município está concentrada em três grandes atividades: o trabalho rural (produção familiar-36,8%), trabalho doméstico – 19,8%) e trabalho no setor público municipal- 6,7%). Há ainda a atividade de mineração ainda em estágio incipiente necessitando de tecnologia industrial para se firmar economicamente como um vetor de desenvolvimento do município. A instalação do Campus de Picuí do Instituto Federal da Paraíba surge como uma auspiciosa e promissora oportunidade de alavancar a exploração, produção e beneficiamento dos minérios encontrados nesta região como: cassiterita, sheelita, tantalita, berilo, quartzo, turmalina, entre outros.

O município de Picuí possui atualmente atuando em sua jurisdição 01 Instituição pública de ensino superior: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB – Campus Picuí). Conta também, com 03 escolas estaduais, 34 escolas municipais e 05 escolas da rede privada de ensino.

De acordo com os Resultados Preliminares do Censo Escolar 2009 – Educacenso, o número de matrículas para o Ensino Médio na rede estadual foi de 786 e na rede privada de ensino 94 matrículas.

Para o ensino fundamental o número de matrícula inicial para rede estadual de ensino foi de 1786, sendo 1.571 nas escolas municipais e 215 nas escolas particulares.

O Campus de Picuí funciona atualmente em sede provisória cedida pela Prefeitura do Município e a partir do segundo semestre de 2010 se instalará definitivamente em sede própria.

e) Campus de Patos

Patos é um município brasileiro do estado da Paraíba, localizado na microrregião de Patos, na mesorregião do Sertão Paraibano. A área do município é de 513 km². A sede do município situa-se à uma altitude de 242 metros e possui coordenadas geográficas de 689.994EW e 9.223.246NS. Distante 301 km de João Pessoa, sua sede localiza-se no centro do estado com vetores viários interligando-o com toda a Paraíba e viabilizando o acesso aos Estados do Rio Grande do Norte,

Pernambuco e Ceará. De acordo com o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), no ano de 2007 sua população era estimada em 97.276 habitantes.

A cidade surgiu no século XVIII, com a formação de um povoado em torno da capela de Nossa Senhora da Guia, doada em 1752 pelo fazendeiro Paulo Mendes de Figueiredo. Segundo a tradição, o nome originou-se da lagoa dos Patos, hoje aterrada, às margens do Rio Espinharas. Sua emancipação política deu-se a 13 de dezembro de 1832. Foi elevado de vila a categoria de cidade, através da lei n.º 200, de 24 de outubro de 1903, sendo, portanto seu aniversário comemorado nessa data. Major Miguel foi o fundador da cidade.

O município está incluído na área geográfica de abrangência do semiárido brasileiro, definida pelo Ministério da Integração Nacional em 2005. Esta delimitação tem como critérios o índice pluviométrico, o índice de aridez e o risco de seca.

Tem seu ponto forte o comércio, o qual deixa sua população flutuante em torno de 130 mil pessoas. Em épocas festivas como o São João, o fluxo de turistas eleva a população para 200 mil pessoas aproximadamente. É também considerada a cidade de melhor distribuição de renda e estrutura urbana, com baixíssimos índices de violência urbana.

Cidade rica em minério e centro de comercialização da agricultura regional, Patos destaca-se como um dos municípios de mais rápido desenvolvimento industrial do sertão paraibano. Patos é um município do estado da Paraíba, localizado à margem esquerda do Rio Espinharas. Tem clima semi-árido e quente. A economia baseia-se na cultura do algodão e do feijão. As principais indústrias são as de calçado, extração de óleos vegetais e beneficiamento de algodão e cereais. Tem grande riqueza mineral, com jazidas de mármore cor-de-rosa e ocorrências de ouro, ferro, calcários e cristal de rocha. Patos liga-se a todo o Nordeste e ao Sul por ferrovia e rodovias.

O município de Patos possui atualmente atuando em sua jurisdição 03 Instituições públicas de ensino superior: Universidade Federal de Campina Grande (UFCG – Campus Patos), Universidade Estadual da Paraíba (UEPB – Campus VII – Patos) e Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB – Campus Patos). Conta também, com 01 Instituição privada de ensino superior, 17 escolas estaduais, 84 escolas municipais e 30 escolas da rede privada de ensino.

De acordo com os Resultados Preliminares do Censo Escolar 2009 – Educacenso, o número de matrículas para o Ensino Médio na rede estadual foi de 3.256 e na rede privada de ensino 964 matrículas.

Para o ensino fundamental o número de matrícula inicial para rede estadual de ensino foi de 1.210, 5.428 nas escolas municipais e 2.470 nas escolas particulares.

Na Educação Profissional (Nível Técnico) foram registradas 135 matrículas nas escolas particulares.

O Campus de Patos funciona atualmente em sede provisória cedida pela Prefeitura do Município e a partir de 2011 se instalará definitivamente em sede própria.

f) **Campus de Princesa Isabel**

O município de **Princesa Isabel**, está localizado na região Oeste do Estado da Paraíba, limitando-se a Oeste com São José da Princesa e Manaíra, a Norte Nova Olinda, Pedra Branca e Boa Ventura, a Leste Tavares e ao Sul com Flores em Pernambuco. Ocupa uma área de 368 km². A sede municipal apresenta uma altitude de 680m e coordenadas geográficas de 37º 59' 34" longitude oeste e 07º 44' 13" de latitude sul.

O município está incluído na área geográfica de abrangência do semiárido brasileiro, definida pelo Ministério da Integração Nacional em 2005. Esta delimitação tem como critérios o índice pluviométrico, o índice de aridez e o risco de seca.

O município foi criado pela lei nº 705 de 03 de Novembro de 1880 e instalado em 27 de Novembro de 1883. De acordo com último censo do IBGE, a comunidade possui uma população de 18.231 habitantes, dos quais 8.791 são homens e 9.440 mulheres. O número total de alfabetizados com idade igual ou superior a 10 anos é de 10.162 o que corresponde a uma taxa de alfabetização de 70,8%. A cidade contém cerca de 4.358 domicílios particulares, destes 3.135 possuem esgotamento sanitário, outros 2.914 são atendidos pelo sistema estadual de abastecimento de água e 2.509 com coleta de lixo. No setor de saúde o serviço é prestado por 02 hospitais e 10 unidades ambulatoriais.

A agricultura juntamente com a pecuária e o comércio constitui as principais atividades econômicas da comunidade.

O município de Princesa Isabel possui atualmente atuando em sua jurisdição 01 Instituição pública de ensino superior: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB – Campus Picuí). Conta também, com 09 escolas estaduais, 32 escolas municipais e 03 escolas da rede privada de ensino.

De acordo com os Resultados Preliminares do Censo Escolar 2009 – Educacenso, o número de matrículas para o Ensino Médio na rede estadual foi de 684 e na rede privada de ensino 11 matrículas.

Para o ensino fundamental o número de matrícula inicial efetuadas na rede estadual de ensino foi de 726, nas escolas municipais 993 e 215 nas escolas particulares.

O Campus de Princesa Isabel funciona atualmente em sede provisória cedida pela Prefeitura do Município e a partir do segundo semestre de 2010 se instalará definitivamente em sede própria.

g) Campus de Monteiro

Monteiro é um município no estado da Paraíba (Brasil) localizado na microrregião do Cariri Ocidental.

O Município de Monteiro, que fica a 319 quilômetros de João Pessoa, está localizado na Microrregião do Cariri Ocidental Paraibano, da qual é a parte mais característica. Limita-se ao Norte com o município de Prata (PB); Oeste, com Sertânia, Iguaraci e Tuparetama (PE); ao Sul, com São Sebastião do Umbuzeiro e Zabelê (PB); e, ao Leste, com Camalaú e Sumé (PB).

Com uma área de 986 km², Monteiro é o maior município do Estado. Segundo o IBGE (**Contagem da População 2007**), tem uma população de **29.980** habitantes e possui uma bacia hidrográfica formada por um rio temporário, o Paraíba, e quatro açudes: Pocinhos, com capacidade para armazenar 5.900.00m³ de água; Poções, 29.106.000m³; São José, 3.000.000m³; e Serrote, 3.000.000m³.

O município está incluído na área geográfica de abrangência do semiárido brasileiro, definida pelo Ministério da Integração Nacional em 2005. Esta

delimitação tem como critérios o índice pluviométrico, o índice de aridez e o risco de seca.

Monteiro destaca-se também pela caprinocultura e ovinocultura, cujo grau de desenvolvimento esta entre um dos mais altos do nordeste e seus rebanhos também são considerados um dos maiores do nordeste, além de ter animais com alta qualidade Genética e criadores renomados nacionalmente.

O município de Monteiro possui atualmente atuando em sua jurisdição 02 Instituições públicas de ensino superior: Universidade Estadual da Paraíba (UEPB – Campus VI – Monteiro) e Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB – Campus Patos). Conta também, com 10 escolas estaduais, 32 escolas municipais e 03 escolas da rede privada de ensino.

De acordo com os Resultados Preliminares do Censo Escolar 2009 – Educacenso, o número de matrículas para o Ensino Médio na rede estadual foi de 879 e na rede privada de ensino 121 matrículas.

Para o ensino fundamental o número de matrícula inicial para rede estadual de ensino foi de 668, sendo 1.688 nas escolas municipais e 467 nas escolas particulares.

O Campus de Monteiro funciona atualmente em sede provisória cedida pela Prefeitura do Município e a partir do segundo semestre de 2010 se instalará definitivamente em sede própria.

h) Campus de Cajazeiras

Cajazeiras é um dos maiores municípios da Paraíba. Situado na extremidade ocidental do estado. Cajazeiras é atualmente a cidade que mais cresce na Paraíba segundo o IBGE.

O município está incluído na área geográfica de abrangência do semiárido brasileiro, definida pelo Ministério da Integração Nacional em 2005. Esta delimitação tem como critérios o índice pluviométrico, o índice de aridez e o risco de seca.

Situada no oeste paraibano, a Cidade de Cajazeiras é considerada a 6ª maior cidade do estado da Paraíba. Segundo os dados relativos ao censo realizado em 2007 pelo IBGE, em Cajazeiras há 56.051 habitantes distribuídos em sua área territorial que mede 586 km². Distante 477 km da Capital João Pessoa, a cidade é um dos principais pólos da região sertaneja.

A cidade de Cajazeiras apresenta os seguintes índices indicadores: IDH de 0,685 (PNUD/2000), PIB de R\$ 154.997.412,00 e um PIB per capita R\$ 2.763,27 (IBGE/2003).

O município comanda o desenvolvimento progressista na região do alto piranhas, cidade com grandes potencialidades, Cajazeiras abrange um mercado consumidor de aproximadamente 160.000 habitantes correspondentes a 15 municípios circunvizinhos. A economia da cidade dividida nos setores, **primário** destacando as atividades agrárias, pecuária, pesqueira e avícola, no setor **secundário** (transformação) destacam-se a indústria têxtil, indústria de alimentos, indústria da construção e por fim o setor **terciários** (Serviços) o comércio, informática, bancos, educacional, turismo e imobiliário.

A cidade é um polo regional no setor educacional contando com vários cursos de graduação oferecidos pela UFCG e de Cursos Superiores de Tecnologia pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba - IFPB.

Cajazeiras possui atualmente 02 Instituições públicas de ensino superior: Universidade Federal de Campina Grande (UFCG – Campus Cajazeiras), e o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB). Conta também, com 05 Instituições privadas de ensino superior (Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Cajazeiras – FAFIC, Faculdade Evilásio Formiga – FEF, Faculdade Santa Maria - FSM, Faculdade São Francisco da Paraíba - Fasp, Instituto Superior de Educação de Cajazeiras – ISEC), 20 escolas estaduais, 36 escolas municipais e 26 escolas da rede privada de ensino.

De acordo com os Resultados Preliminares do Censo Escolar 2009 – Educacenso, o número de matrículas para o Ensino Médio na rede estadual foi de 2.289, nas instituições federais de ensino foram efetuadas 405 e na Rede privada de ensino 640 matrículas.

Para o ensino fundamental o número de matrícula inicial para rede estadual de ensino foi de 1.498, 2.819 nas escolas municipais e 1.057 nas escolas particulares.

Na Educação Profissional (Nível Técnico) foram registradas 426 matrículas nas instituições federais de ensino.

O Campus de Cajazeiras foi inaugurado como Unidade de Ensino Descentralizada da Escola Técnica Federal da Paraíba em dezembro de 1994 e hoje oferta cursos de Educação Profissional e Tecnológica.

i) Campus de Sousa

O município está incluído na área geográfica de abrangência do semiárido brasileiro, definida pelo Ministério da Integração Nacional em 2005. Esta delimitação tem como critérios o índice pluviométrico, o índice de aridez e o risco de seca.

Sousa está situada na zona fisiográfica do Sertão Paraibano a 220 metros de altitude, de coordenadas geográficas latitude 6°45'33" Sul e longitude 38°13'41" Oeste. Fundada em 1730, Sousa passou a categoria de cidade em 1854. O município tem uma área territorial de 842 Km² e limita-se ao Sul com os municípios de Nazarezinho e São José de Lagoa Tapada, ao Norte com Vieirópolis, Santa Cruz e Lastro, a Leste com São Francisco e Aparecida e a Oeste com São João do Rio do Peixe e Marizópolis. Essa região é entrecortada pelos rios do Peixe, Piancó e Piranhas, possibilitando a irrigação de algo em torno de 5.000 ha. É na agricultura irrigada e na ovinocaprinocultura que a economia da cidade e região se baseia e é nesse contexto que o município de Sousa tem se destacado como grande produtor de coco e uma das áreas de maior potencial de desenvolvimento da irrigação e do complexo agroindustrial processador de frutas, hortaliças, matéria prima para a indústria, tanto para o abastecimento interno como para exportação.

É hoje uma cidade de porte médio com uma população estimada em 63.622 habitantes (IBGESousa2006), com a maioria do sexo feminino (52%) e apenas 26% morando na zona rural, tendo o privilégio de possuir no seu território

dois perímetros irrigados: o de São Gonçalo (DNOCS) e o OrgânicoVárzeas de Sousa (Governo do Estado).

A economia da cidade é bastante diversificada, embora tenha o setor de serviços o maior responsável pela arrecadação de impostos no município. A cidade se destaca também na produção de coco, No entanto, a produção de coco da cidade contribui apenas em 1% da produção nacional gerando uma receita bruta de R\$ 5.700.000,00 reais, o que situa Sousa na 15ª posição entre as regiões produtoras de coco do Brasil. No Ramo industrial Sousa se destaca como uma das cidades mais industrializadas da Paraíba, com pouco mais de 164 indústrias.

Atualmente atua no município de Sousa 02 Instituições públicas de ensino superior: Universidade Federal de Campina Grande (UFC – Campus Sousa) e Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB – Campus Sousa). Conta também, com 20 escolas estaduais, 44 escolas municipais e 09 escolas da rede privada de ensino.

De acordo com os Resultados Preliminares do Censo Escolar 2009 – Educacenso, o número de matrículas para o Ensino Médio na rede estadual foi de 1.909 , nas instituições federais de ensino foram efetuadas 246 matrículas, nas escolas municipais foram realizadas 266 e na Rede privada de ensino 305 matrículas.

Para o ensino fundamental o número de matrícula inicial para rede estadual de ensino foi de 2.608 , 2.549 matrículas nas escolas municipais e 595 nas escolas particulares.

Na Educação Profissional (Nível Técnico) foram registradas 265 matrículas nas instituições federais de ensino.

O Campus de Sousa foi inaugurado como Escola Agrotécnica Federal de Sousa em 09 de agosto de 1955, pela Portaria n.º 552 de 04 de julho de 1955 baseada no Decreto - Lei n.º 9.613, de 20 de agosto de 1946, com a denominação de Colégio de Economia Doméstica Rural de Sousa, com o objetivo de formar professores para o magistério do Curso de Extensão de Economia Rural Doméstica. Com a Lei 11.892/2008 foi incorporado ao IFPB e a tualmente oferta os cursos de educação profissional e tecnológica.

2.2 PRINCÍPIOS FILOSÓFICOS E TEÓRICO-METODOLÓGICOS GERAIS QUE NORTEIAM AS PRÁTICAS ACADÊMICAS DA INSTITUIÇÃO

A educação é entendida enquanto uma prática sócio-política realizada no âmbito das relações sócio-histórico-culturais promotora da formação de pessoas tecnicamente competentes, mais humanizadas, éticas, críticas e comprometidas com a qualidade de vida dos cidadãos. Preparar pessoas que pensem e reflitam sobre o mundo, visualizando o contexto social e assumindo o seu papel de protagonistas na emergência de uma sociedade nova.

Neste cenário de aceleradas transformações culturais, sociais e científicas da sociedade contemporânea, marcada pela avassaladora onda das relações globais, a educação no IFPB tem o papel de formar profissionais que pensem e ajam de forma solidária e engajada socialmente, vivenciando o que CHAUI (2001, p.193) chama de uma formação que desperte a “visão compreensiva de totalidades, sínteses abertas que suscitam a interrogação e a busca”.

Formar nesta sociedade sem fronteiras, assolada pela competitividade e individualismo requer o reconhecimento de valores e princípios que contribuem para práticas integradoras, emancipatórias e inclusivas, formando pessoas com visões abertas e rigorosamente críticas.

2.2.1 - Princípios Filosóficos e Teóricos da Educação Profissional e Tecnológica: uma perspectiva de educação tecnológica para o IFPB.

O Instituto Federal da Paraíba em sua proposta pedagógica procura desmistificar o difuso conceito de educação tecnológica associada a dicotomia entre a formação geral e a profissionalizante, desenvolvida numa visão restrita e pragmática do trabalho humano, dimensionado como ocupação, para que ultrapasse a preparação para o trabalho ou apenas para o desenvolvimento tecnológico.

Desta forma, a educação tecnológica deve ser compreendida como a conjugação interativa entre a educação geral e a tecnologia, valorizando e contextualizando os indivíduos no processo, nas tendências e limites da realidade produtiva e social.

Sua abordagem é dirigida para a formação do educando no sentido do pensar, saber, saber fazer e saber ser nas várias dimensões frente ao desenvolvimento tecnológico e suas repercussões sociais.

A Educação Tecnológica está para formar um indivíduo mais crítico e consciente na construção da história do seu tempo com possibilidade de construir novas tecnologias, fazendo uso da crítica e da reflexão sobre a sua utilização de forma mais precisa e humana, conhecendo a tecnologia, sua relação com a ciência, o binômio tecnologia e progresso e suas repercussões nas relações sociais.

2.2.2 - Princípios Filosóficos e Teóricos do Desenvolvimento da Ciência

Em sua prática educativa o Instituto Federal da Paraíba adotará o rompimento com a ruptura epistemológica da ciência moderna que simboliza o salto qualitativo do conhecimento do senso comum para o conhecimento científico e considerará os preceitos da ciência pós-moderna onde o salto mais importante é o que é dado do conhecimento científico para o conhecimento do senso comum.

A ciência pós-moderna não despreza o conhecimento que produz tecnologia, mas entende que, tal como o conhecimento se deve traduzir em autoconhecimento, o desenvolvimento tecnológico deve traduzir-se em sabedoria de vida.

Afinal, se todo o conhecimento é auto-conhecimento, também todo o desconhecimento é auto-desconhecimento. E a ciência vai muito mais além do que tudo que nos envolve. O conhecimento científico ensina a viver e traduz-se num saber prático. Todo o conhecimento científico visa constituir-se em senso comum, que é o conhecimento vulgar e prático com que no cotidiano orientamos as nossas ações e damos sentido à nossa vida. A ciência moderna construiu-se contra o senso comum que considerou superficial, ilusório e falso.

A ciência pós-moderna resgata estes valores e o IFPB terá em sua prática a busca desta realidade, reconhecendo no senso comum o caminho para a produção do conhecimento prático e pragmático, reproduzido a partir das trajetórias e das experiências de vida de um grupo social. O senso comum é transparente e evidente; desconfia dos objetivos tecnológicos em nome do princípio da igualdade do acesso ao discurso, à competência cognitiva e à competência lingüística.

2.2.3 - Princípios Filosóficos e Teóricos da Formação de Professores

Historicamente, o IFPB tem se destacado no cenário paraibano como uma instituição de referência educativa ministrando cursos na área técnica e tecnológica. Em dezembro de 2008, a Lei Nº 11.892, que criou os Institutos Federais, estabelece o mínimo de 20% (vinte por cento) de suas vagas para atender aos cursos de licenciatura, bem como a programas especiais de formação pedagógica, objetivando formar professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional.

Ampliando o seu leque de possibilidades educacionais o IFPB adentra a seara da formação de professores, em observância aos princípios e objetivos da Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica, estabelecidos no Decreto Nº 6.755 de 29 de janeiro de 2009.

Em consonância com os princípios e objetivos do Decreto Nº 6.755/2009 a organização curricular dos cursos de licenciatura do IFPB, nas formas presencial e a distância, deverão orientar-se pelas seguintes diretrizes:

- a formação para o humano, ou seja, a consolidação da educação omnilateral;
- a docência como base da formação profissional de todos aqueles que se dedicam ao estudo do trabalho pedagógico;
- o trabalho pedagógico como foco formativo;
- a sólida formação teórica em todas as atividades curriculares - nos conteúdos específicos a serem ensinados pela escola básica e nos conteúdos especificamente pedagógicos;
- a ampla formação cultural;
- a criação de experiências curriculares que permitam o contato dos alunos com a realidade da escola básica, desde o início do curso;
- incorporação da pesquisa como princípio de formação;
- a possibilidade de vivência, pelos alunos, de formas de gestão democrática;
- desenvolvimento do compromisso social e político da docência;
- a reflexão sobre a formação do professor e sobre suas condições de trabalho.

2.2.4 - PRINCÍPIOS FILOSÓFICOS E TEÓRICOS METODOLÓGICOS GERAIS DA PRÁTICA ACADÊMICA DA INSTITUIÇÃO

A prática acadêmica no Instituto contempla a interdisciplinaridade e a contextualização dos conhecimentos, dirigindo o ensino para a construção do conhecimento e o desenvolvimento das competências necessárias para uma atuação no mundo de forma reflexiva, cooperativa e solidária.

Para isto, as práticas pedagógicas devem estar vinculadas também a um processo reflexivo constante por parte do professor, bem como a uma perspectiva que considere a aprendizagem como um processo dinâmico, resultado das múltiplas relações que se estabelecem entre aquele que aprende (e também ensina) e aquele que ensina ou pretende ensinar (e que igualmente aprende). E que, deste modo, contribua para que os alunos compreendam a interdependência dos diversos fatores que constituem o ambiente e a realidade na qual estão inseridos.

O IFPB adota esses pressupostos pedagógicos em seus Projetos de Curso, com vistas a formar profissionais conscientes de sua cidadania, preocupados em transformar a realidade para se alcançar uma sociedade mais democrática, solidária e humanista.

2.3 - POLÍTICAS DE ENSINO

As políticas de Ensino do Instituto Federal de Ciência e Tecnologia da Paraíba – IFPB, para o quinquênio 2010-2014, pautam-se pela busca da excelência do ensino, melhoria das condições do processo de ensino e de aprendizagem e garantia do ensino público e gratuito, numa gestão democrática.

A concepção dessas políticas busca sempre responder aos anseios dos mais diversos segmentos da Instituição e também da sociedade, encontrando-se articulada e integrada ao PPI. Sendo este, o documento que traduz a filosofia e a identidade pedagógica institucional, norteador da prática pedagógica nos aspectos técnicos e políticos, tendo em vista a qualidade institucional, no ensino, na pesquisa e na extensão.

A demanda crescente por formação impõe desafios à educação dos cidadãos e à prática acadêmica das instituições de ensino exigindo que a ciência e a tecnologia estejam a serviço do atendimento dessas necessidades.

O IFPB, enquanto instituição formadora, é “convocado” a participar ativamente desse processo e é nesse contexto que se situam seus cursos técnicos e de graduação e, a partir destes, seus formandos criam expectativas de possibilidades tanto de ascensão social, quanto de inserção no mundo de trabalho.

Assim, as ações referentes às Políticas de Ensino no IFPB têm, prioritariamente, como princípios básicos:

- a. a busca de ampliação do acesso e permanência à Escola Pública;
- b. constituir-se como um centro de referência para a irradiação dos conhecimentos científicos e tecnológicos no âmbito de sua abrangência;
- c. a implementação de novas concepções pedagógicas e metodologias de ensino, no sentido de promover a Educação Continuada e a Educação à Distância;
- d. a preocupação freqüente com a capacitação de seus servidores docentes e técnico-administrativos;
- e. a garantia da indissociabilidade entre Pesquisa, Ensino e Extensão;
- f. uma constante avaliação e acompanhamento das atividades de ensino;
- g. a integração entre os *campi* e com outras Instituições de Ensino;
- h. estabelecimento de parcerias com o mundo produtivo e com setores da sociedade;
- i. a articulação permanente com os egressos dos cursos;
- j. o atendimento às políticas de ações afirmativas;
- k. o respeito à diversidade cultural e o atendimento aos princípios de inclusão social e educativa;
- l. a formação do ser humano em todas as suas dimensões.

As Políticas de Ensino no IFPB estão baseadas na relevância da educação com ênfase na qualidade, na construção dos conhecimentos técnico-científicos, no respeito às culturas e proteção ao meio ambiente e nas necessidades sociais do estado e da região. Devem almejar a criação de uma sociedade não-violenta e não-opressiva constituída de indivíduos motivados e íntegros, críticos e éticos,

inspirados nos princípios humanitários, buscando desenvolver-se plenamente no campo dos conhecimentos científicos e tecnológicos e, sobretudo, no campo das relações sociais.

Desta forma o IFPB assume o compromisso com a formulação de uma prática de acesso e permanência na instituição educativa de sujeitos em situação de exclusão; política que se traduz numa diretriz pedagógica, cujo foco é o atendimento às necessidades e características desta população excluída.

Portanto, o IFPB, direcionando o trabalho para a democratização institucional, em que os sujeitos, coletivamente, assumem posturas transformadoras do fazer pedagógico, estabelece as seguintes Diretrizes Gerais do marco operacional do seu Projeto Pedagógico Institucional, enquanto políticas de ensino.

2.3.1 - Diretrizes Gerais do Ensino

- Contribuir na construção de uma sociedade democrática e equitativa, universalizando o ensino, garantindo a inclusão social e assegurando a permanência com oportunidades educacionais aliadas à diversidade e heterogeneidade de seu alunado;
- Consolidar o processo de gestão democrática na instituição, conforme postula os princípios da educação nacional postos na Constituição Federal, na LDBEN 9394/96 e nas legislações correlatas;
- Instituir uma política de formação continuada para os profissionais da Instituição;
- Instituir políticas de parceria, cooperação técnica científica e intercâmbio com instituições de ensino superior nacional e internacional, em programas de pesquisa e pós-graduação, ampliando iniciativas e convênios desencadeados nesse âmbito;
- Articular educação básica, educação profissional de nível médio e educação superior, observando os princípios democráticos de qualidade e equidade, em conformidade com o que preceitua o artigo 205 da Constituição Federal e os artigos 2º e 3º da LDBEN 9.394/96;

- Melhorar a conceituação dos cursos perante os órgãos regulamentadores do ensino superior do país;
- Consolidar as políticas afirmativas de inclusão social;
- Implementar Programas de Formação Pedagógica;
- Consolidar os Cursos de Educação a Distância considerando esta modalidade como uma possibilidade de democratização e expansão do ensino;
- Ampliar a oferta da Educação de Jovens e Adultos;
- Adotar mecanismos de planejamento e desenvolvimento de atividades que favoreçam uma prática pedagógica compatível com o avanço científico-tecnológico e cultural;
- Revisar, periodicamente, as propostas pedagógicas dos cursos, mantendo a sintonia com o projeto pedagógico institucional, com as diretrizes curriculares e com a realidade social de forma a atender às exigências regionais, mediante uma política articulada com o mundo do trabalho e com as demandas da sociedade.
- Estimular a comunidade docente para a criação de grupos de pesquisa na Instituição, em articulação com a pesquisa e a extensão;
- Aperfeiçoar as estratégias de acompanhamento de egressos como elemento importante da avaliação institucional;
- Ampliar e diversificar a oferta de cursos e vagas da Instituição;
- Construir, reestruturar e cuidar da manutenção de laboratórios e ambientes de ensino;
- Desenvolver políticas de estágio e de atividades complementares articuladas com a pesquisa e a extensão;
- Ofertar novos cursos relacionados ao desenvolvimento local e regional observando os arranjos produtivos locais (APLs) e as demandas educacionais, sociais e econômicas de cada região onde os campi estão instalados, em todos os níveis de ensino;
- Identificar e intervir nas causas da evasão escolar visando aumentar o percentual de concluintes dos cursos em patamares mais condizentes com o volume de recursos disponibilizados;
- Assegurar mecanismos de permanência com sucesso do aluno na Instituição.

2.3.2 - Quantificação das metas

Para tanto, visando à consecução dos princípios educacionais estabelecidos, em sua Missão Institucional, o IFPB define os objetivos de suas políticas de ensino e respectivas estratégias de ação:

TABELA IV – POLÍTICAS DE ENSINO

| OBJETIVOS | ESTRATÉGIAS | ANO |
|---|--|-----------|
| 1. Melhorar a conceituação dos cursos perante aos órgãos regulamentadores do ensino superior do país. | 1. Elevação do conceito dos cursos em relação ao Instituto de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP); 2. Incentivo à participação de alunos e docentes em congressos e eventos acadêmicos e profissionais da área. | 2010/2014 |
| 2. Construção, reestruturação e manutenção de laboratórios e ambientes de ensino. | 1. Previsão no plano orçamentário 2. Recursos extra orçamentários | 2011 |
| 3. Incentivar a formação de grupos de aprofundamento de conteúdos curriculares e extracurriculares. | 1. Apoio institucional à criação de grupos de estudos com os professores de áreas comuns; 2. Ampliação da infra-estrutura física e o acervo da Biblioteca; 3. Criação de infra-estrutura física para os ambientes dos grupos de estudos; 4. Aquisição de equipamentos, softwares e materiais para o desenvolvimento das atividades dos grupos de estudos. | 2010/2012 |
| 4. Diminuir a evasão de alunos e aumentar o número de egressos e concorrência dos cursos. | 1. Ampliação das políticas de assistência estudantil no tocante ao atendimento no restaurante estudantil, nos programas sociais e no número de bolsas de apoio; 2. Desenvolvimento de uma política de divulgação dos cursos, das atividades profissionais e mercado de trabalho; | 2010/2014 |

| | | |
|---|--|------------------|
| | <ol style="list-style-type: none"> 3. Criação de boletins informativos dos <i>campi</i>; 4. Desenvolvimento de política de divulgação externa dos cursos através de exposição na mídia local e regional; 5. Reunião com representantes de escolas de ensinos fundamental e médio da rede pública para divulgação do Processo Seletivo Unificado (PSU) do IFPB; 6. Desenvolvimento de programas de acompanhamento de egressos; 7. Instituição de programas de nivelamento dos <i>campi</i> para auxiliar os alunos nas disciplinas com maior índice de reprovação; 8. Oferta de maior número possível de bolsas de monitoria e de demanda social; 9. Desenvolver estudos para detectar as causas da evasão e definir estratégias no sentido de combatê-la. | |
| <p>5. Ofertar novos cursos relacionados ao atendimento às políticas educacionais e ao desenvolvimento local e regional observando os cenários produtivos (APLs), educacionais, sociais e econômicos de cada região onde os <i>campi</i> estão instalados, seja nos níveis básico, técnico, tecnológico, nas licenciaturas e nos bacharelados.</p> | <ol style="list-style-type: none"> 1. Estabelecimento de estudos de demanda e de mercado de trabalho; 2. Consultas a anuários estatísticos (IDEME) e outros documentos que apontem os cenários econômicos locais e regionais; 3. Implantação de ações comprometidas com a realidade local, ocupando uma posição fundamental e estratégica no desenvolvimento tecnológico e sócio-econômico da Paraíba e região; 4. Desenvolvimento de Projetos Pedagógicos de Cursos coerentes com as demandas e necessidades dos <i>campi</i>. | <p>2011/2014</p> |
| <p>6. Consolidar as políticas de inclusão social para:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Deficientes Físicos • PROEJA; • Educação para as Relações Étnico-Raciais – ERER; | <p>1. Oferta de condições físicas e estruturais ao atendimento dos portadores de necessidades especiais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Contratação de professores e interpretes em LIBRAS para o atendimento a alunos com deficiência auditiva; • Observância à Lei de Acessibilidade para o atendimento a alunos cadeirantes e/ou com dificuldades de locomoção. | <p>2010/2014</p> |

| | | |
|---|--|------------------|
| <ul style="list-style-type: none"> Educação Indígena | <ul style="list-style-type: none"> Aquisição de materiais, literatura e equipamentos de BRAILE para o atendimento a alunos com deficiência visual; <ol style="list-style-type: none"> Criação do Núcleo de Apoio aos PNEs – NAPNE; Inserção da temática “Historia e Cultura Afro-Brasileira” no currículo oficial da Instituição; Criação do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros – NEAB; Promoção de cursos de capacitação para docentes e equipes inseridas nos projetos de inclusão adotados pelo IFPB. | |
| <p>7. Implementar Programas Especiais de Formação Pedagógica.</p> | <ol style="list-style-type: none"> Implantar o Programa Especial de Formação Pedagógica graduados em cursos superiores, visando a habilitação para o magistério, com atuação nas disciplinas integrantes dos currículos da educação profissional a partir de 2009. | <p>2011/2014</p> |
| <p>8. Consolidar os Cursos de Educação a Distância.</p> | <ol style="list-style-type: none"> Implantar a Coordenação de Educação à Distância Criar cursos de Educação à Distância | <p>2011/2014</p> |
| <p>9. Desenvolver políticas de estágio, prática profissional e atividades complementares:</p> <ul style="list-style-type: none"> definidas em cada curso; representadas por seminários, atividades de extensão e de iniciação científica; participação em congressos e outros eventos que busquem a interdisciplinaridade e articulação do ambiente teórico e prático. | <ol style="list-style-type: none"> Articulação entre ensino, pesquisa e extensão, em diferentes níveis, produzindo o conhecimento para contribuir com as mudanças sociais responsáveis pela melhoria da qualidade de vida; Reuniões periódicas com os representantes discentes e corpo docente para identificar e propor atividades de ensino, pesquisa e extensão, em conformidade com os interesses da comunidade interna e externa a partir de 2010 Realização de, pelo menos, um evento semestral, por curso de graduação, envolvendo discentes, docentes e a comunidade externa, a partir de 2011 Criação de calendário de eventos das atividades a serem promovidas pelos cursos de graduação, a partir 2011 | <p>2010/2014</p> |
| <p>10. Adotar mecanismos de planejamento e desenvolvimento de atividades que favoreçam uma prática pedagógica compatível com o avanço científico-tecnológico e cultural.</p> | <ol style="list-style-type: none"> Atualização permanente; Organização e sistematização da produção de conhecimento dos discentes e docentes, socializando-os através de seminários, simpósios, cursos e publicações. | <p>2011/2014</p> |

| | | |
|--|---|-----------|
| 11. Consolidar estratégias de capacitação para os servidores docentes e administrativos ligados as atividades de ensino. | 1. Promoção de cursos inerentes às necessidades dos processos de ensino e de aprendizagem. | 2010/2014 |
| 12. Aperfeiçoar as estratégias de acompanhamento de egressos como elemento importante da avaliação institucional. | 1.Elaboração de projeto de acompanhamento de egressos, com as devidas estratégias; 2.Organização e sistematização de uma base de dados com informações dos ex-alunos da Instituição, até o final de 2010. | 2011/2014 |
| 13. Ampliar e diversificar a oferta de Cursos e Vagas na Instituição. | 1.Implantação de novos Cursos Superiores conforme previsto no termo de metas 2.Implantação de novos Cursos Técnicos Integrados conforme previsto no termo de metas 3.Implantação de novos Cursos Técnicos Subsequentes 4.Oferta sistematizada de cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores 5.Oferta do Curso Técnico em Hospedagem na modalidade de jovens e adultos – PROEJA, a partir de 2009 6.Criação de Comissão para a discussão e elaboração de propostas para a oferta de novos cursos. | 2010/2014 |
| 14.Implementar o novo projeto pedagógico institucional (PPI). | 1.Implantação do novo projeto pedagógico institucional | 2011 |
| 15. Sensibilizar a comunidade docente para a criação de grupos de pesquisa na Instituição, em articulação com a pesquisa e a extensão. | 1. Criação de grupos de pesquisa. | 2010/2014 |
| 16. Revisar, periodicamente, as propostas pedagógicas dos cursos, mantendo a sintonia com a proposta pedagógica institucional, com as diretrizes curriculares e com a realidade social da região a qual está inserida. | 1. Revisão dos projetos pedagógicos dos cursos, a partir das novas diretrizes e políticas definidas no PPI da instituição; 2. Atualização dos projetos pedagógicos dos cursos a partir das mudanças nas diretrizes curriculares nacionais e das necessidades institucionais. | 2010/2014 |
| 17. Elevar a qualidade do ensino em todos os níveis e modalidades. | 1. Estabelecimento de práticas investigativas, contextualizadas, interdisciplinares e transdisciplinares visando à promoção de conhecimentos articulados das diferentes Ciências | 2010/2014 |

| | | |
|--|---|--|
| | e, conseqüentemente, uma educação de qualidade que possibilite a inserção do ser humano na sociedade globalizada. | |
|--|---|--|

2.3.3 - POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba tomou a decisão política e estratégica de implantar a modalidade de Educação a Distância visando à formação daqueles que vêm sendo excluídos do processo educacional por questões de localização ou por indisponibilidade de tempo para frequentar cursos presenciais.

Dois fatores foram determinantes nessa decisão: em primeiro lugar, a percepção e constatação de que as organizações educacionais no mundo e no Brasil, em particular, tendem cada vez mais a ampliar a oferta de cursos na modalidade a distância; e em segundo lugar, o conhecimento dos altos índices de exclusão econômica e educacional no Estado da Paraíba (A taxa de pobreza relativa é da ordem de 71,4%, o percentual da população na faixa etária de 15 a 17 anos matriculada no ensino médio é 17,4% e da população de 18 a 24 anos de ensino superior é de 4,9%).

Objetivando contribuir para reverter esse quadro de exclusão, as atividades de educação a distância no IFPB, tem como diretriz central a ampliação de oportunidades educativas para os cidadãos paraibanos do interior do Estado, através da oferta de cursos de extensão, cursos técnicos, cursos de tecnologia, cursos de licenciaturas, cursos de especialização e cursos de formação continuada de curta duração. O IFPB desenvolverá suas atividades de educação a distância em parceria com a CAPES, com a Secretaria de Estado e Educação da Paraíba, com a Universidade Aberta do Brasil e com a Escola Técnica Aberta do Brasil.

O processo de ensino aprendizagem dos cursos na modalidade a distância ofertados pelo IFPB serão estruturados com base nos seguintes elementos: quadro docente de excelência acadêmica, material didático impresso, material didático adequado para ambiente virtual, interação com os alunos através de tutoria presencial e tutoria a distância, avaliação predominantemente presencial e seminários desenvolvidos em pólos com infra-estrutura de laboratórios, com

computadores conectados a internet, ambiente de estudo, biblioteca e sala de tutoria presencial.

2.4 - POLÍTICA DE PESQUISA, INOVAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO DO IFPB

O desenvolvimento de pesquisas científicas e tecnológicas e a inovação tecnológica são de fundamental importância para uma instituição de ensino profissionalizante. Construir e difundir conhecimentos, apoiar tecnologicamente o setor produtivo, propiciar a iniciação científica aos discentes, fazer a realimentação curricular dos cursos, obter recursos para a instituição e incentivar a formação em pós-graduação dos servidores são algumas das razões que justificam tal importância.

Para uma instituição de ensino profissionalizante que prima pela qualidade e busca a todo tempo incrementá-la é estratégico para o seu dinamismo ter um programa de incentivo e difusão da cultura da pesquisa científica e tecnológica. Assim, a Pró-reitoria de Pesquisa, Inovação e Pós-graduação, setor tático responsável pelas ações para o desenvolvimento da pesquisa científica e tecnológica, pela inovação tecnológica e pela pós-graduação no IFPB, apresenta uma proposta de Política de Pesquisa, Inovação e Pós-graduação, tendo como diretriz primeira que essa política seja o instrumento norteador de ações nesses campos.

2.4.1 - OBJETIVOS

A Política de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação para o IFPB, ora proposta, estrutura-se em dois níveis: a definição de objetivos a serem perseguidos e a identificação de diretrizes estratégicas que direcionarão seu alcance.

Nessa ótica, os objetivos propostos para a efetiva implantação, consolidação e expansão da pesquisa científica e tecnológica, da inovação tecnológica e da pós-graduação no IFPB são:

- a) Criar um ambiente favorável para o desenvolvimento de pesquisas científicas e tecnológicas e inovações tecnológicas no IFPB;
- b) Expandir o número de grupos de pesquisa do IFPB;

- c) Envolver todas as áreas acadêmicas do IFPB no esforço de ampliar a pesquisa científica e tecnológica, a inovação tecnológica e a pós-graduação na instituição;
- d) Mobilizar a comunidade interna do IFPB para o permanente debate sobre pesquisa científica e tecnológica, inovação tecnológica e pós-graduação para o melhor entendimento, conscientização e mobilização em relação importância das mesmas;
- e) Ter a pesquisa científica e tecnológica e a inovação tecnológica como elementos estratégicos para a melhoria qualitativa da instituição.

Para ter uma efetiva ampliação da pesquisa científica e tecnológica e a implementação da inovação tecnológica no IFPB, necessita-se da criação de uma estrutura física de trabalho que favoreça os pesquisadores. Essa estrutura deve ser composta de local reservado de estudos, com disponibilidade de tecnologia da informação e acesso ao Portal de Periódicos da Capes, além da infra-estrutura específica de laboratórios. Aliada à estrutura física, necessita-se, também, de mecanismos de incentivo, fomento e incremento à pesquisa e à inovação, através de programas internos de bolsas para docentes e discentes pesquisadores. Um plano de capacitação e formação para os servidores também deve ser elaborado, haja vista ser pertinente para tal.

Os grupos ou núcleos de pesquisa constituem-se na célula *mater* do desenvolvimento da pesquisa científica e tecnológica e da inovação na instituição. Buscar formas de incentivar a sua criação/consolidação e apoiar o seu desenvolvimento torna-se crucial para o sucesso de qualquer plano institucional de pesquisa científica e tecnológica, inovação e pós-graduação.

Toda a instituição deve ser envolvida para o pleno desenvolvimento da pesquisa científica e tecnológica, da inovação e da pós-graduação. Naturalmente, associa-se pesquisa aos cursos superiores ou aos programas de pós-graduação. Porém, a pesquisa científica e tecnológica pode ser desenvolvida em todas as modalidades de ensino do IFPB, como já é realizada: Ensino Médio, Ensino Técnico, Ensino de Graduação (Tecnológico, Bacharelado e Licenciatura) e Ensino de Pós-graduação (*lato sensu*). Deve-se buscar, então, o foco da pesquisa e da inovação para cada uma dessas modalidades de ensino. Mas, o envolvimento

conjunto delas no esforço da pesquisa e da inovação é fundamental para a efetiva expansão e integração desse eixo no cotidiano da instituição.

Os temas pesquisa científica e tecnológica e inovação tecnológica devem sempre estar na pauta da discussão acadêmica do IFPB. Ressaltar os seus benefícios para a instituição e para a região, conscientizar a todos do seu viés estratégico e mobilizar a comunidade interna quanto a realização dos mesmos são pontos a serem permanentemente comentados para a difusão institucional da cultura da pesquisa científica e tecnológica e da inovação no IFPB.

A busca pela integração das políticas de ensino e extensão com a de pesquisa caracteriza-se em elemento estratégico para o crescimento qualitativo da instituição. Desenvolver mecanismos que promovam essa integração fortalecerá ainda mais as bases qualitativas do IFPB.

2.4.2 - BASES PARA A FORMULAÇÃO DAS DIRETRIZES

A partir da premissa de que a pesquisa científica e tecnológica e a inovação tecnológica podem contribuir de maneira efetiva para o desenvolvimento institucional e regional, é necessário ter presente o patamar já alcançado nesta área pelo IFPB, de modo a estabelecer diretrizes estratégicas compatíveis com as prioridades e necessidades de seu atual estágio de evolução e que propiciem condições para os avanços pretendidos. Tais diretrizes precisam ser informadas tanto por condicionantes locais e regionais, quanto pelas carências, especificidades e potencialidades da própria instituição.

A economia global cada vez mais é intensiva em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) e a demanda por pessoal adequadamente qualificado/treinado será sempre crescente. Para atender a essa demanda, as instituições de ensino devem desenvolver os seus sistemas de pesquisa científica e tecnológica e de inovação tecnológica.

O esforço de pesquisa das universidades brasileiras, mesmo das mais avançadas, está associado predominantemente à formação de recursos humanos e tem, em geral, pequena vinculação com as necessidades da atividade produtiva. Os sistemas de pesquisa dos Institutos Federais devem procurar reverter essa

tendência histórica, dando prioridade ao desenvolvimento da pesquisa aplicada e à inovação tecnológica.

Os projetos de cooperação, quando bem focados, apresentam maior potencial para o avanço tecnológico e para o desenvolvimento regional.

O IFPB há muito tem demonstrado o seu potencial no campo da pesquisa científica e tecnológica. Possui uma infra-estrutura física de laboratórios de razoável a boa e um quadro efetivo de recursos humanos bem qualificado: dos 373 docentes, 53 são doutores e 154 são mestres; dos 387 técnico-administrativos, 12 são mestres e 70 são especialistas.

Atualmente a instituição possui 28 grupos de pesquisa cadastrados no CNPq e certificados pela instituição, nas seguintes áreas:

- Ciências Agrárias – 1;
- Ciências Exatas e da Terra – 10;
- Ciências Humanas – 4;
- Ciências Sociais Aplicadas – 2;
- Engenharias – 7;
- Lingüística, Letras e Artes – 4.

Esses grupos têm apresentado produção acadêmica constante e consistente, inclusive proporcionando aos discentes a iniciação científica e servindo de incentivo para a formação de novos grupos.

A instituição conta, ainda, com um veículo impresso para divulgação de trabalhos científicos e tecnológicos, que é a Revista Principia.

É sobre esta base de ciência e tecnologia, construída nos últimos anos, que o IFPB deve trabalhar para reforçar a sua capacidade de produção de pesquisas científicas e tecnológicas e de inovação tecnológica, voltadas ao desenvolvimento educacional, econômico e social da nossa região de abrangência.

2.4.3 - DIRETRIZES ESTRATÉGICAS

As diretrizes estratégicas formam o segundo nível da Política de Pesquisa, Inovação e Pós-graduação, visando identificar as vias prioritárias para atingir os objetivos propostos. Elas partem da base construída anteriormente e orientam-se

para proporcionar a institucionalidade necessária ao desenvolvimento dos eixos pesquisa científica e tecnológica, inovação tecnológica e pós-graduação no IFPB.

As diretrizes estratégicas identificadas e propostas são as seguintes:

- a) ter a pesquisa aplicada e a inovação tecnológica como linha prioritária de ação do IFPB;
- b) implantar uma efetiva infra-estrutura de pesquisa científica e tecnológica, de inovação tecnológica e de pós-graduação no IFPB;
- c) ampliar os investimentos em pesquisa, inovação e pós-graduação, tanto na infra-estrutura física quanto nos mecanismos internos de fomento às mesmas;
- d) ampliar, diversificar e consolidar a capacidade de desenvolvimento de pesquisa científica e tecnológica no IFPB;
- e) promover a inovação tecnológica no IFPB;
- f) expandir a formação de servidores ao nível de pós-graduação;
- g) modernizar e consolidar procedimentos de gestão da política de pesquisa, inovação e pós-graduação, e os mecanismos de articulação entre as políticas de ensino, pesquisa e extensão;
- h) educar para a sociedade do conhecimento;
- i) intensificar e explorar novas oportunidades de cooperação institucional;
- j) ampliar a dimensão estratégica das atividades de pesquisa no IFPB.

A vocação do IFPB está em consonância com os propósitos da pesquisa aplicada. O ensino tecnológico/profissionalizante, a proximidade com o meio produtivo e a função social da instituição levam-nos a eleger como prioridade esta modalidade de pesquisa.

A existência de uma moderna e eficiente infra-estrutura de pesquisa, que envolve estrutura física de informação, de laboratório e de estudos, deve ser considerada elemento meio para o efetivo desenvolvimento da pesquisa científica e tecnológica e da inovação tecnológica no IFPB.

Deve-se intensificar o apoio: à criação de núcleos/grupos de pesquisa; à modernização da infra-estrutura física para a pesquisa e inovação; aos mecanismos internos de incentivos ou de fomentos, na forma de programas de

bolsas para servidores e discentes pesquisadores, como também aos recém-doutores do IFPB, potenciais formadores de novos núcleos/grupos de pesquisa, concedendo-lhes um “enxoval de recém-doutor”, ou seja, um conjunto básico de equipamentos de informática.

Apoiar a incubação de empresas de conteúdo tecnológico. Essa incubação transforma idéias nascidas em projetos de pesquisa em produtos e serviços inovadores.

Sendo a pós-graduação uma vertente para o desenvolvimento de pesquisa científica e tecnológica e uma inestimável contribuinte à formação de pesquisadores, a pós-graduação deverá ser incentivada no IFPB, através da elaboração do Plano de Qualificação Institucional (PQI).

A ampliação, a diversificação e a consolidação da capacidade de desenvolvimento de pesquisas científicas e tecnológicas, bem como o desenvolvimento da inovação tecnológica, no IFPB, passam pelo estímulo à criação de núcleos/grupos de pesquisa, pela intensificação da formação de pesquisadores, pela estruturação e valorização das ações de fomento à pesquisa e à inovação e da exploração de oportunidades de pesquisa no âmbito das cadeias produtivas locais e regionais.

É preciso considerar que pela pesquisa científica e tecnológica perpassam todas as atividades humanas e que ela incide fortemente sobre um amplo espectro das políticas de ensino e extensão. Assim, as políticas de ensino e de extensão do IFPB devem levar em conta as oportunidades de ações conjuntas e definir mecanismos de integração.

Na sociedade do conhecimento necessita-se induzir o aprendizado permanente, desenvolver o espírito investigativo, difundir a cultura científica e tecnológica, ampliar as condições de acesso e uso das tecnologias da informação, incentivar o envolvimento do setor de comunicação social na cobertura de assuntos em ciência e tecnologia. Isto é educar para a sociedade do conhecimento.

O IFPB deve ampliar e melhorar a qualidade da cooperação, fortalecer sua dimensão institucional e diversificar o leque de parceiros.

Para a ampliação da dimensão estratégica das atividades de pesquisa científica e tecnológica e de inovação tecnológica, o IFPB deve desenvolver massa crítica nas suas áreas de atuação, formular programas de pesquisa que

contemplem as diversidades regionais e que agreguem competências individuais e institucionais para a busca de soluções de problemas regionais, promover a aproximação entre os pesquisadores das áreas das Ciências Sociais e da Tecnológica, articular e agregar competências científicas e tecnológicas em torno de projetos mobilizadores de interesse social e de políticas públicas, entre outras ações.

2.5 - POLÍTICAS DE EXTENSÃO

A implementação de uma Política de Extensão no Instituto Federal da Paraíba propicia à difusão, à socialização e à democratização do conhecimento produzido ao estabelecer uma relação dialógica entre os saberes acadêmicos e os saberes populares.

A Extensão é compreendida como o espaço que promove a articulação entre o *saber fazer* e a realidade socioeconômica, cultural e ambiental da região, articulando Educação, Ciência e Tecnologia na perspectiva do desenvolvimento local e regional.

Entendida como prática acadêmica que interliga as atividades de ensino e de pesquisa com as demandas dos diversos segmentos da sociedade, o Instituto Federal da Paraíba consolida, através da Extensão, a formação de um profissional cidadão e se credencia junto à sociedade como um espaço privilegiado de produção e difusão do conhecimento na busca da superação das desigualdades sociais.

Tendo em vista que o processo educativo funda-se sobre os três pilares, ensino, pesquisa e extensão, como dimensões formativas e libertadoras indissociáveis e sem hierarquização, a relação que a Extensão estabelece com o ensino e a pesquisa é dinâmica e potencializadora.

A Extensão ora intensifica sua relação com o ensino, oferecendo elementos para transformações no processo pedagógico, onde professores e alunos constituem-se como sujeitos do ato de ensinar e aprender, propiciando a socialização e a aplicação do saber acadêmico. Ora a Extensão intensifica sua relação com a pesquisa, utilizando-se de metodologias específicas, compartilhando

conhecimentos produzidos pela instituição, e, assim, contribuindo para a melhoria das condições de vida da sociedade.

A Extensão tem um grande leque de atuação, que favorece o estabelecimento de princípios e diretrizes que subsidiarão o desenvolvimento das ações do Instituto Federal da Paraíba.

2.5.1 - Princípios

1. A Extensão fundamenta-se numa concepção compreendida pela indissociabilidade do Ensino, da Pesquisa e da Extensão;

2. Na sua interface com o Ensino, a Extensão deve contribuir para o desenvolvimento de um processo pedagógico participativo, possibilitando um envolvimento social com a prática profissional e, na sua interface com a Pesquisa, responder cientificamente às demandas da sociedade;

3. A Extensão deve reforçar o compromisso social do Instituto Federal da Paraíba em promover o acesso da sociedade ao mundo do trabalho e da cidadania;

4. As ações de Extensão serão desenvolvidas por meio de programas, projetos, cursos, eventos, serviços tecnológicos, difusão cultural, ação comunitária e outras atividades que tenham o objetivo de apoiar o desenvolvimento socioeconômico local e regional.

5. A Extensão deve privilegiar projetos de ensino e pesquisa que impliquem relações multi, inter e transdisciplinares na produção e na disseminação do conhecimento;

6. Constitui-se como função privilegiada da Extensão, o desenvolvimento integral da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o mundo trabalho, apontando para práticas coletivas que sejam integrais na sua relação pessoal, mobilizadoras nas suas opções ética e cidadã e comprometidas com suas ações políticas e sociais;

7. As ações de Extensão valorizam as potencialidades e as peculiaridades de cada universo social em que se inserem, compartilhando o desenvolvimento cultural, tecnológico, biopsicossocial, ecológico e histórico de cada contexto que pretendem alcançar;

8. A Extensão favorece o exercício da cidadania e a participação crítica, fortalecendo as políticas que assegurem os direitos do cidadão, bem como a construção de processos democráticos geradores de equidade social e equilíbrio ambiental;

9. A Extensão constitui-se como lugar privilegiado da relação de reciprocidade entre o Instituto Federal da Paraíba e a sociedade, caracterizando-se pela transparência de projetos pedagógicos com base em princípios éticos e nos ideais de solidariedade.

2.5.2 - Diretrizes

1. Efetivar a Extensão como prática acadêmica dialógica, que se realiza na relação com o Ensino e a Pesquisa, para dar respostas eficazes às demandas da sociedade;

2. Estabelecer instrumentos, estrutura e mecanismos que expressem a política e a gestão da Extensão no âmbito do Instituto Federal da Paraíba;

3. Desenvolver ações de acordo com as Dimensões da Extensão estabelecidas pelo Fórum de Pró-reitores da Rede de Educação Profissional e Tecnológica;

4. Integrar o ensino e a pesquisa com as demandas da sociedade, seus interesses e necessidades, estabelecendo mecanismos que inter-relacione o saber acadêmico e o saber popular;

5. Criar no Instituto Federal da Paraíba um Fundo de Apoio à Extensão para o desenvolvimento de programas de bolsas e incentivos para que os servidores e o corpo discente possam desenvolver suas atividades de Extensão;

6. Regulamentar as atividades de Extensão nos projetos pedagógicos dos cursos regulares do Instituto Federal da Paraíba;

7. Buscar incentivos junto aos órgãos de fomento para as atividades de extensão do Instituto Federal da Paraíba;

8. Consolidar o processo de registro e avaliação da Extensão no âmbito do Instituto Federal da Paraíba;

9. Desenvolver atividades de Extensão em parceria com entidades governamentais e não-governamentais, consolidando as políticas de educação profissional e tecnológica;

10. Apoiar programas e ações, contemplando as demandas dos diversos segmentos da sociedade.

11. Criar o Comitê de Extensão, órgão de assessoramento da Pró-Reitoria de Extensão;

12. Regulamentar a relação da Extensão com a Fundação de Apoio do IFPB, de acordo com legislação específica.

2.6 - PLANEJAMENTO E POLÍTICA DE GESTÃO

TABELA V – POLÍTICAS DE GESTÃO

| OBJETIVOS | ESTRATÉGIAS | ANO |
|---|--|------------------|
| <p>I - Implantar e consolidar o Instituto Federal da Paraíba</p> | <p>a) Instituir toda a documentação jurídica para o funcionamento pleno do Instituto, incluindo os Campi e a Reitoria.</p> <p>b) Concluir toda a implantação física e infra-estrutura de equipamentos, e prover quadro de pessoal de todos os campi e da Reitoria.</p> <p>c) Criar políticas e ações de difusão e fortalecimento da marca</p> <p>d) Criar políticas e ações de difusão e integração do Instituto Federal com as comunidades internas e externas</p> <p>e) Criar uma política de informação e comunicação para o Instituto.</p> <p>f) Criar as condições necessárias ao estímulo e ao desenvolvimento do Ensino, da Pesquisa e da Extensão e a criação de cursos de graduação, licenciatura, bacharelado e de pós-graduação stricto sensu, além de estimular a formação de grupos de pesquisa e inovação tecnológica.</p> | <p>2010/2014</p> |
| <p>II - Desenvolver gestão</p> | <p>a) Preservar a autonomia pedagógica e administrativa em cada <i>campus</i>,</p> | <p>2010/2014</p> |

| | | |
|---|---|------------------|
| <p>descentralizada e multicampi</p> | <p>respeitando as suas especificidades.</p> <p>b) Promover a descentralização orçamentária e financeira</p> <p>c) Criar a Unidade Gestora para cada <i>campus</i>.</p> <p>d) Definir, articular e organizar as rotinas administrativas e acadêmicas</p> <p>e) Promover políticas de articulação entre os <i>campi</i>.</p> <p>f) Implantar políticas de capacitação e valorização de pessoal</p> <p>g) Utilizar a metodologia de projetos para viabilizar as metas administrativas e acadêmicas</p> | |
| <p>III - Responsabilidade social</p> | <p>a) Contribuir para o desenvolvimento sócio-cultural, econômico, ambiental, ético e do senso crítico, promovendo à melhoria da qualidade de vida e integração social.</p> <p>b) Adotar políticas de assistência estudantil que garantam a permanência do aluno na Instituição.</p> <p>c) Identificar e atender as necessidades e expectativas da comunidade local e regional para com ações de ensino, pesquisa e extensão, promover o desenvolvimento de programas sociais e comunitários para atendimento aos grupos sociais carentes.</p> <p>d) Criar mecanismos que viabilizem ações de integração e cooperação com a comunidade.</p> <p>e) Fomentar o desenvolvimento empreendedor através de projetos aplicados</p> | <p>2010/2014</p> |
| <p>IV - Realizar convênios nacionais e internacionais com instituições</p> | <p>a) Firmar convênios, acordos e cooperações, observando as finalidades e objetivos do Instituto Federal, promovendo o ensino, a pesquisa e a</p> | <p>2010/2014</p> |

| | | |
|-------------------------------|--|--|
| publicas e/ou privadas | extensão. b) Criar mecanismos permanentes de registro e controle de acordos, cooperações e convênios. | |
|-------------------------------|--|--|

2.6.1 PRINCÍPIOS DE GESTÃO

O modelo de política de Gestão do Instituto Federal da Paraíba contemplará em suas ações a gestão por competências, a racionalidade, a alocação de recursos orçamentários de forma participativa e democrática, a humanização das relações e a transparência e democratização dos processos administrativos e acadêmicos, tendo como princípios basilares:

- I - compromisso com a prática da justiça social, equidade, cidadania, ética, conservação e preservação do meio ambiente, transparência e gestão democrática;
- II - verticalização do ensino e sua integração com a pesquisa e a extensão;
- III - eficácia nas respostas de formação profissional, difusão do conhecimento humanístico, científico e tecnológico e suporte aos arranjos produtivos locais, sociais e culturais;
- IV - compromisso com a Educação inclusiva e emancipatória, em especial de pessoas com necessidades educacionais e deficiências específicas;
- V - natureza laica, pública e gratuita do ensino, sob a responsabilidade da União;
- VI - o respeito à ética e à diversidade étnica, cultural e biológica;
- VII. o pluralismo de pensamento;
- VIII. a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão;
- IX. a flexibilidade de métodos, critérios e procedimentos de ensino;
- X. a excelência educacional; e
- XI. a defesa dos direitos humanos.

2.7 - RESPONSABILIDADE SOCIAL A INSTITUIÇÃO, ENFATIZANDO A CONTRIBUIÇÃO À INCLUSÃO SOCIAL E AO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL DA REGIÃO

A Instituição deve estar sensível aos anseios e necessidades da comunidade, devendo participar dos movimentos sociais e priorizar ações que

visem à transformação das atuais condições de desigualdade e exclusão nela existentes.

A ação cidadã da escola não pode prescindir da efetiva difusão e troca de saberes nela produzidos, de tal forma que a sociedade, seja também considerada sujeito desse conhecimento, tendo, inclusive, pleno direito de acesso às informações resultantes dessas transformações. As atividades de ensino desenvolvidas na Instituição devem ser produtos de interesse social e acadêmico.

Sendo assim, o Instituto Federal da Paraíba, tem como uma das componentes da sua função social o desenvolvimento pleno dos seus alunos, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho dentro do contexto da Educação Profissional e Tecnológica, ofertada com qualidade, preparando-o para ser um agente transformador da realidade do município, do estado, país e do mundo, visando a eliminação das desigualdades regionais e locais, dentro de um contexto de desenvolvimento sustentável, promovendo a igualdade social.

Outra componente da função social do Instituto é a geração, disseminação, transferência e aplicação de ciência e inovação tecnológica, visando o desenvolvimento ambientalmente equilibrado, economicamente viável, socialmente justo e culturalmente aceito, amplificando assim sua contribuição para a melhoria da qualidade de vida de todos.

Nessa perspectiva o IFPB vem desenvolvendo algumas ações que demonstram sua preocupação com a questão social e econômica da região, gerando, disseminando, transferindo e aplicando ciência e tecnologia visando o desenvolvimento do estado que seja ambientalmente equilibrado, economicamente viável e sustentável, socialmente justo e culturalmente aceito, amplificando, assim, sua contribuição para a melhoria da qualidade de vida de todos.

Mais recentemente, o IFPB vem debatendo o tema da Educação Inclusiva com vários segmentos da comunidade interna e externa no sentido de:

- **Inserir e atender alunos com necessidades educacionais especiais .**

Este processo visa à criação, na Instituição, em cada Campus, de um Núcleo de Atendimento às Pessoas Portadoras de Necessidades Educacionais Especiais – NAPNE, que visa definir alternativas diferenciadas

de atendimento e delineamento de projetos de adequação da estrutura física da Instituição e de capacitação de seus servidores.

- **Inserir a temática “História e Cultura Afro-Brasileira”** no currículo oficial do IFPB. A Instituição tem promovido cursos e eventos para a capacitação dos docentes e equipe pedagógica instigando-os a refletirem sobre suas posturas no sentido de disseminarem, em seus contextos acadêmicos e sociais, a cultura do respeito e da tolerância à diversidade. Com isso, será criado o Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros – NEAB para que docentes e especialistas aprofundem conhecimentos, concebam e desenvolvam unidades de estudos, projetos e programas, abrangendo diferentes componentes curriculares, ou seja, ações culturais e educativas que tornem visíveis o patrimônio e a memória construídos pelos africanos e seus descendentes no Brasil e que valorizem a riqueza cultural do negro, de suas experiências, nas discussões do dia-a-dia da comunidade escolar e na sociedade. Essas ações deverão nortear, também, a decisão sobre a adoção da política de cotas na Instituição.

- **Mulheres Mil**

O Projeto Mulheres Mil desenvolvido em parceria com o Governo do Canadá tem o objetivo de promover o desenvolvimento comunitário através de mecanismos educacionais que causem impacto na qualidade de vida e ambiental.

No IFPB o projeto é desenvolvido nas áreas de Pesca, Artesanato e Meio Ambiente atendendo as mulheres carentes do município de Bayeux, integrante da região metropolitana e João Pessoa, que atuam na pesca de mariscos e caranguejos e ainda grupos de mulheres que atuam na produção de peças artesanais.

O Projeto foi iniciado no ano de 2008 e os resultados alcançados são bastante promissores no sentido da integração social destas mulheres. Em torno de 300 mulheres já foram treinadas pelo projeto e preparadas para o desenvolvimento das suas atividades agregando novos valores que vão

contribuir substancialmente para melhorar a sua produção e conseqüentemente sua qualidade de vida.

- **PROEJA (Programa de Educação de Jovens e Adultos)**

Integrando a política educacional o Governo Federal criou em 2005, através do Decreto 5.478/2005 (revogado, em 13 de julho de 2006, pelo Decreto nº 5.840/2006) o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Jovens e Adultos – PROEJA, visando não só resgatar e reinserir no sistema educacional brasileiro, jovens e adultos que tiveram seus percursos escolares interrompidos, possibilitando-lhes a elevação da escolaridade, como também a profissionalização.

O IFPB em cumprimento às exigências legais do referido Decreto, assumiu a responsabilidade e implantou o PROEJA no ano de 2007, no então Centro Federal de Educação Tecnológica da Paraíba - CEFET-PB tanto em sua unidade sede, na capital, como na Unidade de Ensino Descentralizada em Cajazeiras. Hoje o PROEJA é ofertado nos Campi de João Pessoa, Campina Grande, Sousa e Cajazeiras.

Vale destacar que o PROEJA tem como objetivo a formação de profissionais habilitados em bases científicas, tecnológicas e humanísticas para o exercício da profissão, numa perspectiva crítica, proativa, ética e global, considerando o mundo do trabalho, a contextualização sócio-político-econômica e o desenvolvimento sustentável, agregando-lhes valores artístico-culturais.

O ingresso nos cursos técnicos do PROEJA é realizado, anualmente, por meio de processo seletivo de natureza pública ou qualquer outra forma que o IFPB venha a adotar, podendo, inclusive, ocorrer através de convênios com outras instituições ou sistemas de ensino.

- **Rede Viva**

O SISNAD instituído pela Lei nº. 11.343 prescreve medidas para prevenção, tratamento e reinserção social de usuários e dependentes de drogas e regulamenta o compartilhamento de responsabilidades sociais nessa área. Atendendo aos termos da lei, o IFPB, em 2005, implantou um Programa de Extensão intitulado REDE VIVA com o objetivo de proporcionar a articulação e a comunicação entre instituições, entidades, profissionais e voluntários interessados na informação e formação sobre prevenção ao uso de drogas. A iniciativa também possibilitou a integração da Instituição à rede de prevenção do estado e da região, interligando unidades de ensino a unidades comunitárias de serviço. Além de possibilitar a inserção da temática nos currículos dos cursos regulares e cursos de capacitação promovidos pela extensão no IFPB.

Nos três anos consecutivos (2006-2008), a REDE VIVA realizou a formação continuada de 1420 pessoas em cursos, oficinas e seminários; desenvolveu 07 projetos de iniciação científica nas diferentes modalidades de curso; atendeu 04 escolas públicas e uma particular com formação de 100 jovens multiplicadores e 60 professores; produziu mais de 50 programas de TV com exibição semanal neste período em rede municipal. Esses programas resultaram de uma parceria com a TV Cidade João Pessoa e TV Assembléia, da rede pública, e TV Miramar, da rede privada. E mais: publicou 02 livros, uma cartilha e de 01 capítulo de livro organizado pela UFPB; produziu duas (02) monografias, tendo uma delas participado de concurso nacional com a classificação de 3º lugar; estabeleceu parcerias para formação de multiplicadores com duas (02) instituições religiosas, 01 associação de moradores (Forte Velho/Santa Rita-PB) e o Programa Nacional de Inclusão Digital *CASA BRASIL*.

Todo este trabalho resultou no recebimento de 01 COMENDA da SENAD de *Mérito pela Valorização da Vida* e possibilitou a formação de um Núcleo de Estudos Transdisciplinares em Dependência Química (NETDEQ), na Pró-Reitoria de Extensão do IFPB. Este Núcleo, atualmente, coordena a realização de um curso de Pós-Graduação *Lato-sensu* em *Promoção da Saúde e Prevenção ao Uso de Substâncias Psicoativas* com a capacitação de 50 profissionais da 'Rede de Atendimento a Criança e Adolescente', contribuindo para a consolidação do IFPB como um centro de referência regional de formação na prevenção ao uso de drogas.

Tudo isto se integra com a obrigação de estimular e apoiar a geração de trabalho e renda, especialmente a partir de processos de autogestão, identificados com os potenciais de desenvolvimento local e regional, bem como a ação de promover a integração com a comunidade, contribuindo para o seu desenvolvimento e melhoria da qualidade de vida, mediante ações interativas que concorram para a transferência e aprimoramento dos benefícios e conquistas auferidos na atividade acadêmica e na pesquisa aplicada.

Além das ações de ensino regulares e das atividades de pesquisa que tem seu impacto no aumento da inclusão social, o IFPB, na perspectiva de ampliar sua contribuição para reduzir o índice de exclusão social, hoje, por meio da Extensão, que vem atuando nas comunidades de pescadores, nas áreas indígenas, bairros da periferia da nossa cidade, no intuito de oportunizar a disseminação do conhecimento Técnico e Tecnológico, nas camadas sociais menos favorecidas.

Outra forma de efetivar seu compromisso social com a sociedade, é a disponibilização do conhecimento gerado nas suas dependências, por meio da articulação com instituições públicas e entidades organizadas da sociedade civil.

As parcerias, com finalidades diversas, têm sido um compromisso social da instituição, mediante convênio firmados com setores públicos e privados da nossa região, tendo consolidado ações, que contribuem para ampliar e valorizar o exercício da cidadania do público envolvido.

3 IMPLEMENTAÇÃO DA INSTITUIÇÃO E ORGANIZAÇÃO ACADÊMICA

3.1 CRONOGRAMA DE IMPLANTAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA INSTITUIÇÃO PARA O PERÍODO DE VIGÊNCIA DO PDI

3.1.1 - Situação da oferta de cursos em 2010

TABELA VI – SITUAÇÃO DA OFERTA DE CURSOS

| Campus | Curso | Modalidade | Vagas Anuais | Turno | Regime de Matrícula |
|--------------------|--------------------------------|------------------------------|---------------------|--------------|----------------------------|
| João Pessoa | • <i>Redes de computadores</i> | <i>Graduação Tecnológica</i> | Matutino | 40 | <i>Seriado semestral</i> |

| | | | | | |
|------------------------|--|------------------------------|------------|----|--------------------------|
| | • <i>Sistemas de Telecomunicações</i> | <i>Graduação Tecnológica</i> | Noturno | 35 | <i>Seriado semestral</i> |
| | • <i>Construção de Edifícios</i> | <i>Graduação Tecnológica</i> | Noturno | 40 | <i>Seriado semestral</i> |
| | • <i>Design de Interiores</i> | <i>Graduação Tecnológica</i> | Matutino | 30 | <i>Seriado semestral</i> |
| | • <i>Geoprocessamento</i> | <i>Graduação Tecnológica</i> | Matutino | 25 | <i>Seriado semestral</i> |
| | • <i>Sistemas para Internet</i> | <i>Graduação Tecnológica</i> | Vespertino | 40 | <i>Seriado semestral</i> |
| | • <i>Automação Industrial</i> | <i>Graduação Tecnológica</i> | Matutino | 30 | <i>Seriado semestral</i> |
| | • <i>Negócios Imobiliários</i> | <i>Graduação Tecnológica</i> | Noturno | 30 | <i>Seriado semestral</i> |
| | • <i>Gestão Ambiental</i> | <i>Graduação Tecnológica</i> | Matutino | 30 | <i>Seriado semestral</i> |
| | • <i>Química</i> | <i>Licenciatura</i> | Vespertino | 30 | <i>Seriado semestral</i> |
| | • <i>Administração</i> | <i>Bacharelado</i> | Integral | 40 | <i>Seriado semestral</i> |
| | • <i>Engenharia Elétrica</i> | <i>Bacharelado</i> | Integral | 40 | <i>Seriado semestral</i> |
| Cajazeiras | • <i>Automação Industrial</i> | <i>Graduação Tecnológica</i> | Integral | 20 | <i>Seriado semestral</i> |
| | • <i>Análise e Desenvolvimento de Sistemas</i> | <i>Graduação Tecnológica</i> | Integral | 20 | <i>Seriado semestral</i> |
| Campina Grande | <i>Telemática</i> | <i>Graduação Tecnológica</i> | Noturno | 40 | <i>Seriado semestral</i> |
| Cabedelo | <i>Design Gráfico</i> | <i>Graduação Tecnológica</i> | Noturno | 40 | <i>Seriado semestral</i> |
| Patos | <i>Segurança no Trabalho</i> | <i>Graduação Tecnológica</i> | Noturno | 40 | <i>Seriado semestral</i> |
| Picuí | <i>Agroecologia</i> | <i>Graduação Tecnológica</i> | Integral | 40 | <i>Seriado semestral</i> |
| Princesa Isabel | <i>Gestão Ambiental</i> | <i>Graduação Tecnológica</i> | Noturno | 40 | <i>Seriado semestral</i> |
| Sousa | <i>Agroecologia</i> | <i>Graduação Tecnológica</i> | Integral | 30 | <i>Seriado semestral</i> |
| | <i>Tecnologia em</i> | <i>Graduação</i> | | | <i>Seriado</i> |

| | | | | | |
|-----------------------------|---|------------------------------|------------|----------------------|--|
| | <i>Alimentos</i> | <i>Tecnológica</i> | Integral | 30 | <i>semestral</i> |
| | <i>Licenciatura em Química</i> | <i>Graduação Tecnológica</i> | Integral | 30 | <i>Seriado semestral</i> |
| Monteiro | <i>Construção de Edifícios</i> | <i>Graduação Tecnológica</i> | Noturno | 40 | <i>Seriado semestral</i> |
| CURSOS TÉCNICOS | | | | | |
| João Pessoa | • <i>Edificações</i> | <i>Subsequente</i> | Noturno | 64 | <i>Semestral</i> |
| | • <i>Edificações</i> | <i>Integrado</i> | Vespertino | 36 | <i>Seriado Anual</i> |
| | • <i>Instrumento Musical</i> | <i>Subsequente</i> | Vespertino | 40 | <i>Semestral</i> <i>Seriado Anual</i> |
| | • <i>Instrumento Musical</i> | | Matutino | 30 | |
| | • <i>Mecânica</i> | <i>Subsequente</i> | Noturno | 15 | <i>Semestral</i> |
| | • <i>Mecânica</i> | <i>Integrado</i> | Vespertino | 30 | <i>Seriado Anual</i> |
| | • <i>Eletrônica</i> | <i>Subsequente</i> | Noturno | 20 | <i>Semestral</i> |
| | • <i>Eletrônica</i> | <i>Integrado</i> | Matutino | 30 | <i>Seriado Anual</i> |
| | • <i>Equipamentos Bio-Médicos</i> | <i>Subsequente</i> | Noturno | 30 | <i>Semestral</i> |
| | • <i>Eletrotécnica</i> | <i>Subsequente</i> | Noturno | 60 | <i>Semestral</i> |
| | • <i>Eletrotécnica</i> | <i>Integrado</i> | Matutino | 30 | <i>Seriado Anual</i> |
| | • <i>Eletrotécnica</i> | <i>Integrado</i> | Vespertino | 30 | <i>Seriado Anual</i> |
| • <i>Controle Ambiental</i> | <i>Integrado</i> | Vespertino | 30 | <i>Seriado Anual</i> | |
| Campina Grande | • <i>Mineração</i> | <i>Subsequente</i> | Matutino | 25 | <i>Semestral</i> |
| | • <i>Mineração</i> | <i>Subsequente</i> | Vespertino | 25 | <i>Semestral</i> |
| | • <i>Mineração</i> | <i>Integrado</i> | Matutino | 40 | <i>Seriado Anual</i> |
| | • <i>Mineração</i> | <i>Integrado</i> | Vespertino | 80 | <i>Seriado Anual</i> |
| | • <i>Manutenção e Suporte à Informática</i> | <i>Subsequente</i> | Matutino | 25 | <i>Semestral</i> |
| | | <i>Subsequente</i> | Vespertino | 25 | <i>Semestral</i> |
| | | <i>Integrado</i> | Matutino | 80 | <i>Seriado Anual</i> |
| | | <i>Integrado</i> | Vespertino | 40 | <i>Seriado Anual</i> |
| Cajazeiras | • <i>Edificações</i> | <i>Subsequente</i> | Noturno | 80 | <i>Semestral</i> |
| | • <i>Edificações</i> | <i>Integrado</i> | Matutino | 40 | <i>Seriado Anual</i> |
| | • <i>Eletromecânica</i> | <i>Subsequente</i> | Noturno | 40 | <i>Semestral</i> |
| | • <i>Eletromecânica</i> | <i>Integrado</i> | Matutino | 40 | <i>Seriado Anual</i> |

| | | | | | |
|------------------------|--|--------------------------------|------------------------|------------------------|--|
| | • <i>Manutenção e Suporte à Informática</i> | <i>Integrado</i> | Matutino | 40 | <i>Seriado Anual</i> |
| Cabedelo | • <i>Pesca</i> | <i>Subsequente Integrado</i> | Matutino Matutino | 80 40 | <i>Semestral</i> <i>Seriado Anual</i> |
| | • <i>Meio Ambiente</i> | <i>Subsequente Subsequente</i> | Matutino Noturno | 80 80 | <i>Semestral</i> <i>Semestral</i> |
| Patos | • <i>Edificações</i> | <i>Subsequente Integrado</i> | Noturno Matutino | 80 40 | <i>Semestral</i> <i>Seriado Anual</i> |
| | • <i>Manutenção e Suporte à Informática</i> | <i>Subsequente Integrado</i> | Noturno Matutino | 80 40 | <i>Semestral</i> <i>Seriado Anual</i> |
| Picuí | • <i>Mineração</i> | <i>Subsequente</i> | Vespertino | 80 | <i>Semestral</i> |
| | • <i>Suporte à Informática</i> | <i>Subsequente Integrado</i> | Noturno Matutino | 80 40 | <i>Semestral</i> <i>Seriado Anual</i> |
| | • <i>Edificações</i> | <i>Integrado</i> | Matutino | 40 | <i>Seriado Anual</i> |
| Princesa Isabel | • <i>Edificações</i> | <i>Subsequente Integrado</i> | Noturno Matutino | 80 40 | <i>Semestral</i> <i>Seriado Anual</i> |
| | • <i>Manutenção e Suporte à Informática</i> | <i>Subsequente</i> | Noturno | 80 | <i>Semestral</i> |
| | • <i>Controle Ambiental</i> | <i>Integrado</i> | Matutino | 40 | <i>Seriado Anual</i> |
| | <i>Manutenção e Suporte à Informática</i> | <i>Subsequente Integrado</i> | Noturno Vespertino | 80 40 | <i>Semestral</i> <i>Seriado Anual</i> |
| Sousa | <i>Técnico em Agropecuária</i> | <i>Subsequente Integrado</i> | Vespertino Integral | 30 42 | <i>Semestral</i> <i>Seriado Anual</i> |
| | <i>Manutenção e Suporte à Informática</i> | <i>Subsequente</i> | Vespertino | 30 | <i>Semestral</i> |
| | <i>Técnico em Agropecuária(In ternato)</i> | <i>Subsequente Integrado</i> | Integral Integral | 10 78 | <i>Semestral</i> <i>Seriado Anual</i> |
| | <i>Técnico em Agropecuária (concomitância externa)</i> | <i>Subsequente</i> | Integral | 10 | <i>Semestral</i> |
| | <i>Técnico em Agropecuária</i> | <i>Subsequente</i> | Integral | 10 | <i>Semestral</i> |

| | | | | | |
|--|--------------------------|-----------|----------|----|---------------|
| | (concomitância interna) | | | | |
| | Técnico em Agroindústria | Integrado | Integral | 11 | Seriado anual |
| | Técnico em Agroindústria | Integrado | Integral | 11 | Seriado anual |

3.1.2 - Programação de abertura de cursos de Graduação (Bacharelado, Licenciatura e Tecnológico)

TABELA VII – PROGRAMAÇÃO DE ABERTURA DE CURSOS DE GRADUAÇÃO

| Nome do curso | Habilitação | Modalidade | Nº de alunos por turma | Nº turmas | Turno(s) de Funcionamento | Local de Funcionamento | Ano previsto para a solicitação |
|------------------------------------|-----------------------|------------|------------------------|-----------|---------------------------|------------------------|---------------------------------|
| Campus João Pessoa | | | | | | | |
| Engenharia de Automação e Controle | Graduação | Presencial | 40 | 02 | Matutino | Campus João Pessoa | 2011 |
| Segurança no Trabalho | Graduação Tecnológica | Presencial | 40 | 02 | Vespertino | Campus João Pessoa | 2014 |
| Licenciatura em Matemática | Licenciatura | Presencial | 40 | 02 | Matutino | Campus João Pessoa | 2011 |
| Licenciatura em Física | Licenciatura | Presencial | 40 | 02 | Vespertino | Campus João Pessoa | 2012 |
| Tecnologia em Automação Industrial | Graduação Tecnológica | Presencial | 30 | 02 | Noturno | Campus João Pessoa | 2012 |
| Licenciatura em Letras | Licenciatura | EAD | 50 | 02 | Noturno | Campus João Pessoa | 2010 |
| Segurança no Trânsito | Graduação Tecnológica | Presencial | 40 | 02 | Noturno | Campus João Pessoa | 2012 |
| Campus Cabedelo | | | | | | | |
| Gestão Ambiental | Graduação Tecnológica | Presencial | 40 | 01 | Noturno | Campus Cabedelo | 2013 |
| Biologia | Licenciatura | Presencial | 40 | 01 | Noturno | Campus Cabedelo | 2013 |
| Letras | Licenciatura | Presencial | 40 | 01 | Noturno | Campus Cabedelo | 2012 |
| Campus Campina Grande | | | | | | | |

| | | | | | | | |
|-------------------------------------|-----------------------|------------|----|----|------------|------------------------|------|
| Construção de Edifícios | Graduação Tecnológica | Presencial | 40 | 01 | Matutino | Campus Campina Grande | 2012 |
| Matemática | Licenciatura | Presencial | 40 | 02 | Noturno | Campus Campina Grande | 2013 |
| Negócios Imobiliários | Graduação Tecnológica | Presencial | 40 | 01 | Noturno | Campus Campina Grande | 2012 |
| Campus Patos | | | | | | | |
| Construção de Edifícios | Graduação Tecnológica | Presencial | 40 | 01 | Noturno | Campus Patos | 2011 |
| Química | Licenciatura | Presencial | 40 | 01 | Noturno | Campus Patos | 2012 |
| Sistemas para Internet | Graduação Tecnológica | Presencial | 40 | 02 | Noturno | Campus Patos | 2013 |
| Construção de Edifícios | Graduação Tecnológica | Presencial | 40 | 02 | Noturno | Campus Patos | 2011 |
| Química | Licenciatura | Presencial | 40 | 02 | Noturno | Campus Patos | 2012 |
| Matemática | Licenciatura | Presencial | 50 | 01 | Noturno | Campus Patos | 2014 |
| Campus Picuí | | | | | | | |
| Manutenção e Suporte em Informática | Graduação Tecnológica | Presencial | 40 | 01 | Noturno | Campus Picuí | 2011 |
| Agrosistemas Rochas Ornamentais | Especialização | Presencial | 40 | 01 | Vespertino | Campus Picuí | 2014 |
| Inglês | Graduação Tecnológica | Presencial | 40 | 02 | Vespertino | Campus Picuí | 2014 |
| | Licenciatura | Presencial | 50 | 01 | Matutino | Campus Picuí | 2014 |
| Campus Princesa Isabel | | | | | | | |
| Turismo Rural | Graduação Tecnológica | Presencial | 40 | 02 | Noturno | Campus Princesa Isabel | 2011 |
| Matemática | Licenciatura | EAD | 25 | 02 | Diurno | Campus Princesa Isabel | 2014 |
| Campus Monteiro | | | | | | | |
| Computação | Licenciatura | EAD | 20 | 04 | Noturno | Campus Monteiro | 2011 |
| Análise e Desenvolvimento de | Graduação Tecnológica | Presencial | 40 | 02 | Noturno | Campus Monteiro | 2014 |

| Sistemas | | | | | | | |
|----------------------------|-----------------------|------------|----|----|----------|--------------|------|
| Campus Cajazeiras | | | | | | | |
| Matemática | Licenciatura | Presencial | 40 | 2 | Noturno | Cajazeiras | 2010 |
| Construção de Edifícios | Graduação Tecnológica | Presencial | 40 | 2 | Diurno | Cajazeiras | 2011 |
| Automação Industrial | Graduação Tecnológica | Presencial | 30 | 2 | Matutino | Cajazeiras | 2011 |
| Construção de Edifícios | Graduação Tecnológica | Presencial | 30 | 2 | Noturno | Cajazeiras | 2011 |
| Licenciatura em Matemática | Licenciatura | EAD | 40 | 1 | Noturno | Cajazeiras | 2011 |
| Licenciatura em Matemática | Licenciatura | EAD | 40 | 2 | Noturno | Cajazeiras | 2012 |
| Campus Sousa | | | | | | | |
| Licenciatura em Química | Licenciatura | Presencial | 30 | 01 | Noturno | Campus Sousa | 2010 |
| Alimentos | Graduação Tecnológica | Presencial | 30 | 01 | Matutino | Campus Sousa | 2010 |
| Medicina Veterinária | Graduação Tecnológica | Presencial | 30 | 02 | Matutino | Campus Sousa | 2010 |
| Medicina Veterinária | Graduação Tecnológica | Presencial | 30 | 01 | Matutino | Campus Sousa | 2011 |
| Educação Física | Licenciatura | Presencial | 30 | 01 | Matutino | Campus Sousa | 2012 |
| Química | Licenciatura | EAD | 40 | 01 | Matutino | Campus Sousa | 2013 |
| Letras | Licenciatura | EAD | 40 | 01 | Matutino | Campus Sousa | 2011 |
| Agro-Indústria | Especialização | EAD | 40 | 01 | Matutino | Campus Sousa | 2012 |
| Agro-Indústria | Especialização | EAD | 40 | 01 | Matutino | Campus Sousa | 2011 |

3.1.3 - Programação de abertura de cursos de Pós-graduação (Lato e Stricto Sensu)

TABELA VIII – PROGRAMAÇÃO DE ABERTURA DE CURSOS SUPERIORES

| Nome do curso | Modalidade | Nº de alunos por turma | Nº turmas | Turno(s) de Funcionamento | Local de Funcionamento | Ano previsto para a solicitação |
|---------------|------------|------------------------|-----------|---------------------------|------------------------|---------------------------------|
|---------------|------------|------------------------|-----------|---------------------------|------------------------|---------------------------------|

| Campus João Pessoa | | | | | | |
|--|------------|----|----|------------|--------------------|------|
| Especialização em Educação Profissional | EAD | 30 | 01 | Noturno | Campus João Pessoa | 2010 |
| Especialização em Formação de Professores | EAD | 30 | 01 | Noturno | Campus João Pessoa | 2011 |
| Especialização em Gestão Estratégica da Informação Tecnológica | EAD | 30 | 01 | Noturno | Campus João Pessoa | 2011 |
| Especialização em Construções Sustentáveis | Presencial | 30 | 01 | Noturno | Campus João Pessoa | 2011 |
| Mestrado Profissional Tecnologia Industrial | Presencial | 20 | 01 | Matutino | Campus João Pessoa | 2011 |
| Mestrado Profissional em Informática | Presencial | 20 | 01 | Vespertino | Campus João Pessoa | 2012 |
| Especialização em Segurança no Trânsito | Presencial | 30 | 01 | Noturno | Campus João Pessoa | 2011 |
| Campus Cabedelo | | | | | | |
| Especialização Multimeio Didático | Presencial | 40 | 01 | Noturno | Campus Cabedelo | 2010 |

3.1.4 - Programação de abertura de cursos técnicos integrados e Subsequentes

TABELA IX – PROGRAMAÇÃO DE ABERTURA DE CURSOS TÉCNICOS INTEGRADOS E SUBSEQUENTES

| Nome do curso | Modalidade | Nº de alunos/turma | Nº turmas | Turno(s) de Funcionamento | Local de Funcionamento | Ano previsto para a solicitação |
|-------------------------|--------------------------|--------------------|-----------|---------------------------|------------------------|---------------------------------|
| Campus João Pessoa | | | | | | |
| Secretariado | Técnico Integrado-PROEJA | 40 | 01 | Noturno | Campus João Pessoa | 2012 |
| Manutenção e Suporte em | Técnico Integrado | 40 | 01 | Matutino | Campus João Pessoa | 2010 |

| | | | | | | |
|-------------------------------------|------------------------------------|----|----|------------|-----------------------|------|
| Informática | | | | | | |
| Agenciamento de Viagens | Técnico Subsequente | 40 | 02 | Vespertino | Campus João Pessoa | 2011 |
| Edificações | Técnico Integrado | 40 | 01 | Vespertino | Campus João Pessoa | 2010 |
| Eletrotécnica | Técnico Integrado | 40 | 01 | Matutino | Campus João Pessoa | 2010 |
| Mecânica | Técnico Integrado | 40 | 01 | Vespertino | Campus João Pessoa | 2010 |
| Eletrônica | Técnico Integrado | 40 | 01 | Matutino | Campus João Pessoa | 2010 |
| Controle Ambiental | Técnico Integrado | 40 | 01 | Vespertino | Campus João Pessoa | 2010 |
| Edificações | Técnico Subsequente | 40 | 02 | Noturno | Campus João Pessoa | 2010 |
| Eletrotécnica | Técnico Subsequente | 40 | 02 | Noturno | Campus João Pessoa | 2010 |
| Mecânica | Técnico Subsequente | 30 | 01 | Noturno | Campus João Pessoa | 2010 |
| Eletrônica | Técnico Subsequente | 20 | 01 | Noturno | Campus João Pessoa | 2010 |
| Equipamentos Biomédicos | Técnico Subsequente | 15 | 02 | Noturno | Campus João Pessoa | 2010 |
| Instrumento Musical | Técnico Subsequente | 40 | 01 | Noturno | Campus João Pessoa | 2010 |
| Eventos | Técnico-PROEJA | 40 | 01 | Noturno | Campus João Pessoa | 2010 |
| Mecânica | Técnico Subsequente | 30 | 01 | Noturno | Campus João Pessoa | 2010 |
| Eletrônica | Técnico Subsequente | 20 | 01 | Noturno | Campus João Pessoa | 2010 |
| Instrumento Musical | Técnico Subsequente | 40 | 01 | Matutino | Campus João Pessoa | 2010 |
| Construção Civil | Formação Inicial e Continuada(FIC) | 50 | 02 | Noturno | Campus João Pessoa | 2010 |
| Eletrotécnica | Formação Inicial e Continuada(FIC) | 50 | 02 | Noturno | Campus João Pessoa | 2010 |
| Informática | Formação Inicial e Continuada(FIC) | 50 | 02 | Noturno | Campus João Pessoa | 2010 |
| Campus Campina Grande | | | | | | |
| Petróleo e Gás | Técnico Integrado | 40 | 02 | Diurno | Campus Campina Grande | 2010 |
| Manutenção e Suporte em Informática | Técnico Integrado | 40 | 03 | Diurno | Campus Campina Grande | 2010 |
| Mineração | Técnico Integrado | 40 | 01 | Matutino | Campus Campina | 2010 |

| | | | | | | |
|-------------------------------|----------------------------|----|----|------------|-----------------------|------|
| | | | | | Grande | |
| Mineração | Técnico Integrado | 40 | 02 | Noturno | Campus Campina Grande | 2010 |
| Mineração | Técnico Subsequente | 25 | 01 | Matutino | Campus Campina Grande | 2010 |
| Mineração | Técnico Subsequente | 25 | 01 | Vespertino | Campus Campina Grande | 2010 |
| Eletrotécnica | Técnico Integrado | 40 | 02 | Diurno | Campus Campina Grande | 2011 |
| Eletrotécnica | Técnico Integrado | 40 | 02 | Diurno | Campus Campina Grande | 2011 |
| Edificações | Técnico Integrado | 40 | 02 | Diurno | Campus Campina Grande | 2012 |
| Controle Ambiental | Técnico Integrado | 40 | 02 | Diurno | Campus Campina Grande | 2013 |
| Operação de Microcomputadores | Técnico Integrado – Proeja | 45 | 01 | Noturno | Campus Campina Grande | 2010 |
| Controle Ambiental | Técnico Subsequente | 40 | 01 | Diurno | Campus Campina Grande | 2013 |
| Campus Cabedelo | | | | | | |
| Pesca | Técnico Integrado | 40 | 01 | Matutino | Campus Cabedelo | 2010 |
| Pesca | Técnico Subsequente | 40 | 01 | Noturno | Campus Cabedelo | 2010 |
| Pesca | Técnico Subsequente | 27 | 01 | Noturno | Campus Cabedelo | 2010 |
| Meio Ambiente | Técnico Subsequente | 62 | 01 | Noturno | Campus Cabedelo | 2010 |
| Meio Ambiente | Técnico Subsequente | 40 | 01 | Matutino/ | Campus Cabedelo | 2010 |
| Meio Ambiente | Técnico Integrado | 40 | 01 | Matutino | Campus Cabedelo | 2012 |
| Impressão Gráfica | Técnico | 40 | 01 | Noturno | Campus | 2012 |

| | | | | | | |
|---|----------------------------------|----|----|-------------|--------------------|-----------|
| | Integrado – Proeja | | | | Cabedelo | |
| Informática para serviços administrativos | Formação Inicial e Continuada | 30 | 02 | Noturno | Campus Cabedelo | 2010/2011 |
| Campus Patos | | | | | | |
| Eletrotécnica | Subsequente | 40 | 01 | Noturno | Campus Patos | 2011 |
| Eletrotécnica | Integrado | 40 | 02 | Manhã/Tarde | Campus Patos | 2012 |
| Química | Integrado | 40 | 02 | Manhã/Tarde | Campus Patos | 2013 |
| Edificações | PROEJA | 30 | 01 | Noturno | Campus Patos | 2012 |
| Edificações | Técnico Integrado | 40 | 01 | Matutino | Campus Patos | 2010 |
| Manutenção e Suporte em Informática | Técnico Integrado | 40 | 01 | Matutino | Campus Patos | 2010 |
| Edificações | Técnico Subsequente | 20 | 01 | Matutino | Campus Patos | 2010 |
| Edificações | Técnico Subsequente | 40 | 02 | Noturno | Campus Patos | 2010 |
| Manutenção e Suporte em Informática | Técnico Subsequente | 40 | 02 | Noturno | Campus Patos | 2010 |
| Eletrotécnica | Técnico subsequente | 40 | 02 | Noturno | Campus Patos | 2011 |
| Eletrotécnica | Técnico Integrado | 40 | 02 | Diurno | Campus Patos | 2013 |
| Química | Técnico Integrado | 40 | 02 | Diurno | Campus Patos | 2014 |
| Edificações | Técnico Integrado – Proeja | 30 | 01 | Noturno | Campus Patos | 2012 |
| Campus Picuí | | | | | | |
| Manutenção e Suporte em Informática | Técnico Subsequente | 40 | 01 | Matutino | Campus Picuí | 2010 |
| Manutenção e Suporte em Informática | Técnico Subsequente | 40 | 02 | Noturno | Campus Picuí | 2010 |
| Agroecologia | Técnico Subsequente | 28 | 01 | Noturno | Campus Picuí | 2010 |
| Mineração | Técnico Subsequente | 28 | 01 | Noturno | Campus Picuí | 2010 |
| Mineração | Técnico Subsequente | 28 | 01 | Vespertino | Campus Picuí | 2010 |

| | | | | | | |
|---|-------------------------------|----|----|------------|------------------------|------|
| Edificações | Técnico Subsequente | 40 | 01 | Matutino | Campus Picuí | 2010 |
| Agente Comunitário de Saúde | Técnico Integrado – Proeja | 40 | 01 | Noturno | Campus Picuí | 2011 |
| Serviços de Bar e Restaurante | Formação Inicial e Continuada | 30 | 01 | Noturno | Campus Picuí | 2011 |
| Mineração | Técnico Integrado | 40 | 01 | Matutino | Campus Picuí | 2010 |
| Gestão Ambiental | Técnico Integrado – Proeja | 30 | 01 | Matutino | Campus Picuí | 2012 |
| Geologia | Técnico Integrado | 40 | 01 | Matutino | Campus Picuí | 2013 |
| Informática para serviços administrativos | Formação Inicial e Continuada | 30 | 01 | Noturno | Campus Picuí | 2013 |
| Campus Princesa Isabel | | | | | | |
| Edificações | Técnico Integrado | 40 | 01 | Matutino | Campus Princesa Isabel | 2010 |
| Controle Ambiental | Técnico Integrado | 40 | 01 | Matutino | Campus Princesa Isabel | 2010 |
| Edificações | Técnico Subsequente | 40 | 02 | Noturno | Campus Princesa Isabel | 2010 |
| Edificações | Técnico Subsequente | 12 | 01 | Noturno | Campus Princesa Isabel | 2010 |
| Manutenção e Suporte em Informática | Técnico Subsequente | 40 | 02 | Noturno | Campus Princesa Isabel | 2010 |
| Manutenção e Suporte em Informática | Técnico Subsequente | 31 | 01 | Noturno | Campus Princesa Isabel | 2010 |
| Manutenção e Suporte em Informática | Técnico Subsequente | 19 | 01 | Matutino | Campus Princesa Isabel | 2010 |
| Edificações | Técnico Integrado – Proeja | 30 | 01 | Noturno | Campus Princesa Isabel | 2012 |
| Campus Monteiro | | | | | | |
| Manutenção e Suporte em | Técnico Integrado | 40 | 01 | Vespertino | Campus Monteiro | 2010 |

| | | | | | | |
|-------------------------------------|----------------------------|----|----|------------|-------------------|------|
| Informática | | | | | | |
| Instrumento Musical | Técnico Integrado | 40 | 01 | Vespertino | Campus Monteiro | 2011 |
| Manutenção e Suporte em Informática | Técnico Subsequente | 30 | 02 | Noturno | Campus Monteiro | 2010 |
| Manutenção e Suporte em Informática | Técnico Subsequente | 30 | 02 | Vespertino | Campus Monteiro | 2010 |
| Manutenção e Suporte em Informática | Técnico Subsequente | 40 | 02 | Noturno | Campus Monteiro | 2010 |
| Secretaria Escolar | Técnico Subsequente | 30 | 02 | Vespertino | Campus Monteiro | 2010 |
| Secretaria Escolar | Técnico Subsequente | 30 | 02 | Noturno | Campus Monteiro | 2010 |
| Carpintaria | Técnico Integrado – Proeja | 40 | 01 | Noturno | Campus Monteiro | 2012 |
| Campus Cajazeiras | | | | | | |
| Mecânica | Integrado | 40 | 1 | Diurno | Campus Cajazeiras | 2011 |
| Eletrotécnica | Integrado | 40 | 1 | Diurno | Campus Cajazeiras | 2011 |
| Mecânica | Subsequente | 40 | 2 | Noturno | Campus Cajazeiras | 2011 |
| Eletrotécnica | Subsequente | 40 | 2 | Noturno | Campus Cajazeiras | 2011 |
| Redes de Computadores | Subsequente | 40 | 2 | Noturno | Campus Cajazeiras | 2013 |
| Segurança no Trabalho | Subsequente | 40 | 2 | Noturno | Campus Cajazeiras | 2014 |
| Eletromecânica | Integrado | 40 | 1 | Matutino | Campus Cajazeiras | 2010 |
| Edificações | Integrado | 40 | 1 | Matutino | Campus Cajazeiras | 2010 |
| Manutenção Suporte Informática | Integrado à | 40 | 1 | Matutino | Campus Cajazeiras | 2010 |
| Edificações | Técnico | 40 | 1 | Matutino | Campus | 2010 |

| | | | | | | |
|-----------------------------|---------------------------|----|----|------------|-------------------|------|
| | Subsequente | | | | Cajazeiras | |
| Eletromecânica | Técnico Subsequente | 40 | 1 | Matutino | Campus Cajazeiras | 2010 |
| Desenho de Construção Civil | Técnico Integrado-Pro-Eja | 40 | 1 | Noturno | Campus Cajazeiras | 2010 |
| Campus Sousa | | | | | | |
| Informática | Técnico Integrado | 30 | 01 | Noturno | Campus Sousa | 2011 |
| Meio Ambiente | Técnico Integrado | 30 | 01 | Matutino | Campus Sousa | 2011 |
| Bio-Combustíveis | Técnico Subsequente | 30 | 01 | Matutino | Campus Sousa | 2011 |
| Petróleo e Gás | Técnico Subsequente | 30 | 01 | Vespertino | Campus Sousa | 2012 |
| Agropecuária EAD | Técnico Subsequente | 30 | 01 | Matutino | Campus Sousa | 2012 |
| Agropecuária EAD | Técnico Subsequente | 30 | 01 | Matutino | Campus Sousa | 2012 |

3.1.5 - Programação de abertura de cursos a Distância

TABELA X – PROGRAMAÇÃO DE ABERTURA DE CURSOS A DISTÂNCIA

| Nome do curso | Habilitação | Modalidade | Abrangência geográfica | Pólos de apoio presencial | Ano previsto para a solicitação |
|---------------------------|----------------|------------|------------------------|---|---------------------------------|
| Campus João Pessoa | | | | | |
| Letras | Licenciatura | EAD | Estado da Paraíba | Cuite, Princesa Isabel e Alagoa Grande | 2010 |
| Gestão Pública | Especialização | EAD | Estado da Paraíba | Cuite, Princesa Isabel e Alagoa Grande, João Pessoa Campina Grande e Sousa | 2010 |
| Gestão Escolar | Especialização | EAD | Estado da Paraíba | Cuité, Princesa Isabel e Alagoa Grande, João Pessoa, Campina Grande e Sousa | 2010 |

| | | | | | |
|--|-----------------------|-----|-------------------|--|------|
| Gestão estratégica da informação tecnológica | Especialização | EAD | Estado da Paraíba | Cuité, Princesa Isabel, Alagoa Grande, João Pessoa, Campina Grande e Sousa | 2011 |
| Mídias na Educação | Especialização | EAD | Estado da Paraíba | Cuité, Princesa Isabel, Alagoa Grande, João Pessoa, Campina Grande e Sousa | 2011 |
| Mídias na Educação | Extensão | EAD | Estado da Paraíba | Cuité, Princesa Isabel, Alagoa Grande, João Pessoa, Campina Grande e Sousa | 2010 |
| Informática | Técnico Subseqüente | EAD | Estado da Paraíba | A definir pelo Estado ou Município | 2011 |
| Meio Ambiente | Técnico Subseqüente | | Estado da Paraíba | A definir pelo Estado ou Município | 2011 |
| Educação Profissional | Especialização | EAD | Estado da Paraíba | João Pessoa | 2010 |
| Formação de Professores | Especialização | EAD | Estado da Paraíba | João Pessoa | 2011 |
| Gestão Estratégica da Informação Tecnológica | Especialização | EAD | Estado da Paraíba | João Pessoa | 2011 |
| Negócios Imobiliários | Graduação Tecnológica | EAD | Estado da Paraíba | João Pessoa | 2011 |
| Campus Campina Grande | | | | | |
| Matemática | Licenciatura | EAD | Estado da Paraíba | Campus Campina Grande | 2013 |
| Campus de Patos | | | | | |
| Matemática | Licenciatura | EAD | Estado da Paraíba | Campus de Patos | 2014 |
| Campus de Picuí | | | | | |
| Geografia | Licenciatura | EAD | Estado da Paraíba | Campus Picuí | 2012 |
| Campus de Princesa Isabel | | | | | |
| Matemática | Licenciatura | EAD | Estado da Paraíba | Campus Princesa Isabel | 2014 |

| Campus de Monteiro | | | | | |
|----------------------------|---------------------|-----|-------------------|-----------------|------|
| Computação | Licenciatura | EAD | Estado da Paraíba | Campus Monteiro | 2011 |
| Campus de Cajazeiras | | | | | |
| Licenciatura em Matemática | Licenciatura | EAD | Estado da Paraíba | Cajazeiras | 2011 |
| Licenciatura em Matemática | Licenciatura | EAD | Estado da Paraíba | Cajazeiras | 2012 |
| Campus de Sousa | | | | | |
| Agropecuária | Técnico Subsequente | EAD | Estado da Paraíba | Campus Sousa | 2012 |
| Agropecuária | Técnico Subsequente | EAD | Estado da Paraíba | Campus Sousa | 2012 |
| Agro-Indústria | Especialização | EAD | Estado da Paraíba | Campus Sousa | 2012 |
| Agro-Indústria | Especialização | EAD | Estado da Paraíba | Campus Sousa | 2011 |
| | | | | | |

3.1.6 - Programação de aumento de vagas para cursos reconhecidos

TABELA XI – PROGRAMAÇÃO DE EXPANSÃO DE VAGAS EM CURSOS RECONHECIDOS

| Nome do curso | Habilitação | Modalidade | Turno(s) Funcionamento | Nº de vagas autorizadas | Nº de vagas a solicitar | Ano previsto para a solicitação |
|--------------------|-------------|------------|------------------------|-------------------------|-------------------------|---------------------------------|
| Campus João Pessoa | | | | | | |
| CST em | Graduação | Presencial | Noturno | 80 | 40 | 2012 |

| | | | | | | |
|-------------------------------|--------------------------------------|------------|------------|-----|----|------|
| Construção de Edifícios | Tecnológica | | | | | |
| CST em Design de Interiores | Graduação Tecnológica | Presencial | Matutino | 60 | 30 | 2012 |
| CST em Geoprocessamento | Graduação Tecnológica | Presencial | Matutino | 50 | 30 | 2011 |
| CST em Negócios Imobiliários | Graduação Tecnológica | Presencial | Noturno | 60 | 40 | 2013 |
| CST em Redes de Computadores | Graduação Tecnológica | Presencial | Matutino | 80 | 40 | 2012 |
| CST em Telecomunicações | Graduação Tecnológica | Presencial | Noturno | 70 | 40 | 2013 |
| CST em Gestão Ambiental | Graduação Tecnológica | Presencial | Matutino | 60 | 30 | 2011 |
| Química | Licenciatura | Presencial | Vespertino | 60 | 30 | 2011 |
| Bacharelado em Administração | Graduação Tecnológica | Presencial | Integral | 80 | 40 | 2014 |
| Engenharia Elétrica | Bacharelado | Presencial | Integral | 160 | 40 | 2014 |
| Automação Industrial | Graduação Tecnológica | Presencial | Matutino | 60 | 30 | 2014 |
| Eng. Elétrica | Bacharelado Hab. Em Eletrônica | Presencial | Integral | 80 | 30 | 2012 |
| Eng. Elétrica | Bacharelado Hab. Em Telecomunicações | Presencial | Integral | 80 | 30 | 2012 |
| Sistemas para Internet | Graduação Tecnológica | Presencial | Vespertino | 80 | 40 | 2013 |
| Campus Cabedelo | | | | | | |
| CST em Design Gráfico | Graduação Tecnológica | Presencial | Noturno | 80 | 40 | 2011 |
| Campus Campina Grande | | | | | | |
| CST em Telemática | Graduação Tecnológica | Presencial | Noturno | 80 | 40 | 2011 |
| Campus Patos | | | | | | |
| Segurança do Trabalho | Graduação Tecnológica | Presencial | Noturno | 80 | | 2012 |
| Campus Princesa Isabel | | | | | | |
| Gestão Ambiental | Graduação Tecnológica | Presencial | Noturno | 80 | | 2012 |
| Campus Picuí | | | | | | |
| Agroecologia | Graduação Tecnológica | Presencial | Noturno | 80 | | 2012 |
| Campus Monteiro | | | | | | |
| Construção de Edifícios | Graduação Tecnológica | Presencial | Noturno | 80 | | 2012 |
| Campus Monteiro | | | | | | |

| Campus Cajazeiras | | | | | | |
|---------------------------------------|-----------------------|------------|----------|----|----|------|
| Automação Industrial | Tecnológico | | Integral | 40 | 30 | 2010 |
| Análise e Desenvolvimento de Sistemas | Tecnológico | | Integral | 40 | 30 | 2010 |
| Campus Sousa | | | | | | |
| Agroecologia | Graduação Tecnológica | Presencial | Integral | 60 | 30 | 2012 |
| Alimentos | Graduação Tecnológica | Presencial | Integral | 60 | 30 | 2012 |
| Medicina Veterinária | Bacharelado | Presencial | Integral | 60 | 30 | 2013 |
| Química | Licenciatura | Presencial | Noturno | 60 | 30 | 2013 |

3.2 - Desenvolvimento do Programa de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação

3.2.1 – Pós-graduação

A Política de Pós-Graduação no Instituto tem como referenciais os seguintes objetivos e estratégias:

TABELA XII – POLÍTICA DE PÓS-GRADUAÇÃO

| OBJETIVOS | ESTRATÉGIAS | ANO |
|--|--|------------------|
| <p>I - Ampliar o número de cursos de pós-graduação <i>lato sensu</i> no <i>Campus</i> João Pessoa.</p> | <p>Estratégia 1 – Elaborar projetos em consonância com a demanda apresentada pela comunidade externa e com os recursos físicos e humanos existentes na Instituição.</p> <p>Ação 1 – Criar mecanismos de sondagem junto à comunidade externa que reflitam as demandas existentes, no que diz respeito a cursos de pós-graduação <i>lato sensu</i>;</p> <p>Ação 2 – Estimular a criação de cursos de pós-graduação <i>lato sensu</i> de caráter interdisciplinar.</p> | <p>2011/2014</p> |
| <p>II - Implantar cursos de pós-graduação <i>lato sensu</i> nos <i>Campi</i> de Campina</p> | <p>Estratégia 1 – Elaborar projetos em consonância com a demanda apresentada pelas respectivas comunidades externas e com os recursos</p> | <p>2012/2014</p> |

| | | |
|--|---|------------------|
| <p>Grande, Sousa e Cajazeiras.</p> | <p>físicos e humanos existentes em cada <i>Campus</i>.</p> <ul style="list-style-type: none"> ○ Ação 1 – Criar mecanismos de sondagem junto às comunidades externas que reflitam as respectivas demandas existentes, no que diz respeito a cursos de pós-graduação <i>lato sensu</i>; ○ Ação 2 – Estimular a criação de cursos de pós-graduação <i>lato sensu</i> de caráter interdisciplinar. | |
| <p>III - Implantar dois cursos <i>stricto sensu</i> no <i>Campus</i> João Pessoa.</p> | <p>Estratégia 1 – Elaborar projetos em consonância com a demanda apresentada pela comunidade externa e com os recursos físicos e humanos existentes na Instituição.</p> <p>Ação 1 – Criar mecanismos de sondagem junto à comunidade externa que reflitam as demandas existentes, no que diz respeito a cursos de pós-graduação <i>stricto sensu</i>;</p> <p>Ação 2 – Estimular a criação de cursos de pós-graduação <i>stricto sensu</i> de caráter multidisciplinar</p> | <p>2014</p> |
| <p>IV - Objetivo 4 – Integrar as atividades de graduação e pós-graduação.</p> | <p>Estratégia 1 – Elevar a qualificação científica e tecnológica docente.</p> <p>Ação 1 – Promover programas de atualização pedagógica continuada;</p> <p>Ação 2 – Criar mecanismos de indução ao envolvimento dos docentes, das</p> | <p>2010/2014</p> |

| | | |
|--|---|--|
| | <p>Coordenações/Áreas e demais setores do IFPB em atividades de graduação.</p> <p>Ação 3 – Criar mecanismos de indução ao envolvimento dos docentes, das Coordenações/Áreas e demais setores do IFPB em atividades de pós-graduação.</p> <p>Ação 4 – Incentivar a titulação;</p> <p>Ação 5 – Acompanhar o desempenho dos docentes afastados para qualificação.</p> | |
|--|---|--|

A expansão dos Cursos de Pós-Graduação ocorrerá conforme a Tabela abaixo:

TABELA XIII – PROGRAMAÇÃO DE EXPANSÃO DA PÓS-GRADUAÇÃO

| METAS DE EXPANSÃO DA PÓS-GRADUAÇÃO | | | | | | | | |
|------------------------------------|------------------|----------------|------|------|------|------|------|------|
| INDICADORES | | | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 |
| <i>Lato sensu</i> | Número de cursos | Especialização | 3 | 3 | 5 | 6 | 6 | 6 |
| <i>Stricto sensu</i> | | Mestrado | | 1 | 1 | 2 | 2 | 2 |
| <i>Lato sensu</i> | Matrículas | Especialização | 135 | 135 | 225 | 250 | 250 | 250 |
| <i>Stricto sensu</i> | | Mestrado | | 15 | 15 | 30 | 30 | 30 |

Para atingir as metas propostas para 2014, pretende-se:

- ✓ Incentivar a criação de novos cursos de pós-graduação *lato sensu* no *Campus* João Pessoa;
- ✓ Incentivar a criação de cursos de pós-graduação *lato sensu* nos *Campi* Campina Grande, Sousa e Cajazeiras.
- ✓ Criar editais de fomento institucional específicos de apoio às pós-graduações, com o objetivo de melhorar a infra-estrutura das Coordenações/Áreas, proporcionando-lhes condições adequadas de funcionamento;
- ✓ Fortalecer as pós-graduações *lato sensu* com o intuito de que as mesmas se transformem em linhas de pesquisa dos cursos *stricto sensu*;
- ✓ Incentivar a adoção de uma política de contratações que privilegie a qualificação e a produtividade científica e induzir,

3.2.2 – Pesquisa

O desenvolvimento da Política de Pesquisa na Instituição tem como referência os seguintes objetivos e estratégias:

TABELA XIV – POLÍTICAS DE PESQUISA

| OBJETIVOS | ESTRATÉGIAS | ANO |
|--|---|------------------|
| <p>I - Objetivo – Intensificar e aprimorar a produção de pesquisa</p> | <p>Estratégia 1 – Estimular a pesquisa científica e tecnológica (básica e aplicada).</p> <p>Ação 1 – Fortalecer o papel dos Núcleos e Grupos de Pesquisa na política de pesquisa em parceria com a Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-graduação;</p> <p>Ação 2 – Identificar continuamente as competências em pesquisa no IFPB;</p> <p>Ação 3 – Criar e fortalecer redes de pesquisa no IFPB;</p> <p>Ação 4 – Consolidar, fortalecer e ampliar Núcleos e Grupos de Pesquisa emergentes e/ou interdisciplinares;</p> <p>Ação 5 – Promover, de forma sistemática, editais de pesquisa no IFPB, com o intuito de propiciar maior fomento aos pesquisadores;</p> <p>Ação 6 – Avaliar continuamente a qualidade de pesquisa no IFPB;</p> <p>Ação 7 – Proporcionar cenário adequado à pesquisa, de modo que os pesquisadores possam ter condições plenas para o desempenho do seu trabalho;</p> | <p>2011/2014</p> |

| | | |
|---|---|------------------|
| | <p>Ação 8 – Estimular as pesquisas científicas e tecnológicas inovadoras, sugerindo linhas prioritárias capazes de agregar valores e conhecimentos de interesse da comunidade externa, levando em consideração as demandas sociais.</p> <p>Estratégia 2 – Ampliar e consolidar a projeção nacional e internacional da pesquisa no IFPB.</p> <p>Ação 1 – Estimular seminários de pesquisa interdisciplinares e interinstitucionais;</p> <p>Ação 2 – Estimular e articular a participação de pesquisadores nos programas dos órgãos de fomento e em assessorias externas;</p> <p>Ação 3 – Estimular a participação em programas de pós-doutorado, visitas de intercâmbios científico e tecnológico e convênios;</p> <p>Ação 4 – Criar e fortalecer programa de apoio aos docentes recém doutores;</p> <p>Ação 5 – Criar uma editora para incrementar a produção do IFPB.</p> | |
| <p>II - Priorizar o desenvolvimento de programas e projetos de pesquisa integrados aos interesses sociais.</p> | <p>Estratégia 1 – Incentivar programas e projetos que possam efetivamente contribuir para a proposição, o desenvolvimento e a avaliação de políticas públicas.</p> <p>Ação 1 – Apoiar a execução de programas e projetos articulados com fóruns de representação da sociedade civil;</p> <p>Ação 2 – Promover a integração de projetos visando melhor gestão de suas</p> | <p>2012/2014</p> |

| | | |
|--|---|--|
| | <p>atividades e ampliação de sua repercussão social;</p> <p>Ação 3 – Estabelecer os indicadores institucionais para orientação na avaliação dos programas e projetos;</p> <p>Ação 4 – Incentivar programas e projetos de desenvolvimento tecnológico.</p> | |
|--|---|--|

A política de pesquisa tem por objetivo apoiar pesquisadores e os cursos de pós-graduação, devendo ser concretizada principalmente através de editais de fomento específicos que busquem:

Aumentar o número de publicações e a qualidade da pesquisa;

Fortalecer grupos e redes de pesquisa;

Incentivar a elaboração de projetos;

- ✓ Estimular o pesquisador a aumentar sua produção científica com qualidade;
- ✓ Estimular pesquisadores produtivos a engajar discentes de graduação no processo de investigação científica, oferecendo bolsas de IC para complementar aquelas fomentadas pelo CNPq;
- ✓ Investir na qualificação dos servidores docentes e técnico-administrativos.

As metas propostas para a pesquisa são:

- ✓ Aumentar o volume de recursos destinados aos editais de fomento às bolsas de pesquisador e de iniciação científica;
- ✓ Aumentar o volume de publicações em periódicos classificados pela Capes;
- ✓ Aumentar o volume de projetos submetidos a editais oriundos de órgãos de fomento.

TABELA XV – PROGRAMAÇÃO DE EXPANSÃO DA PESQUISA

| METAS DE EXPANSÃO DA PESQUISA | | | | | | | |
|-------------------------------|----------------------------|------|------|------|------|------|------|
| Indicadores | | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 |
| Grupos de Pesquisa | Número de GP | 28 | 35 | 40 | 45 | 50 | 55 |
| Bolsas Pesquisador | Número de bolsas pesquisa. | 10 | 10 | 15 | 15 | 20 | 20 |
| Bolsas | Número de | 30 | 40 | 40 | 45 | 45 | 50 |

| | | | | | | | |
|----------------------------|----------------------------|----|----|----|----|----|----|
| Iniciação C. | bolsas IC | | | | | | |
| Bolsas Iniciação C. (CNPq) | Número de bolsas IC (CNPq) | 13 | 20 | 20 | 20 | 20 | 25 |
| Patentes | Número de patentes | | | 01 | 02 | 03 | 04 |

Para alcançar as metas, pretende-se:

- ✓ Manter os editais de fomento à pesquisa já existentes (Bolsa Pesquisador e Bolsas de Iniciação Científica), aumentando a quantidade e/ou os valores das bolsas a cada ano;
- ✓ Manter base de dados atualizada;
- ✓ Estruturar as instalações físicas de laboratórios e de ambientes utilizados pelos Grupos de Pesquisa;
- ✓ Difundir mecanismos de proteção da propriedade intelectual e transferência de tecnologia para a sociedade;
- ✓ Fortalecer a proteção da propriedade intelectual;
- ✓ Aumentar o número de solicitação de patentes;
- ✓ Apoiar a formação de empresas incubadas com potencial de inovação;
- ✓ Captar recursos junto às agências de fomento, através da elaboração de projetos, para as atividades de PD & I.

3.2.3 – Inovação

A política de Inovação Tecnológica prevê a institucionalização do Núcleo de Inovação Tecnológica que tem como objetivos:

- ✓ Desenvolver a cultura de inovação e empreendedorismo no IFPB e na comunidade;
- ✓ Agregar valor à produção do conhecimento científico e tecnológico;
- ✓ Apoiar e estimular a transferência de tecnologia;
- ✓ Estabelecer parcerias para captação de recursos;
- ✓ Apoiar o fortalecimento do processo de desenvolvimento tecnológico do país em acordo com as políticas públicas.
- ✓ Disseminar a cultura de inovação e empreendedorismo no IFPB;

- ✓ Implantar a política de proteção à propriedade intelectual, auxiliando no depósito, licenciamento e comercialização de resultados de pesquisas de cunho inovador (produtos e tecnologias);
- ✓ Prestar serviços relacionados à capacitação e estímulo à inovação tecnológica;
- ✓ Buscar parcerias com setores empresariais, governamentais e não governamentais, para implantar projetos cooperativos de desenvolvimento científico tecnológico e transferências de tecnologias;
- ✓ Implantar programas, projetos e infraestrutura de empreendedorismo e inovação (Hotel de Projetos, Escritório de Patentes, Empresas Júnior, Incubadoras de Base Tecnológica e Programa de Serviços Tecnológicos).
- ✓ Estimular o desenvolvimento de projetos de patentes.
- ✓ Promover, de forma sistemática, editais de inovação no IFPB, com o intuito de propiciar maior fomento aos inventores.

3.3 - PLANO DE DESENVOLVIMENTO DA EXTENSÃO

3.3.1 – Dimensões da Extensão

A Extensão do IFPB desenvolverá as atividades de acordo com as Dimensões da Extensão estabelecidas pelo FORPROEXT (Fórum de Dirigentes de Extensão da Rede de Educação Profissional e Tecnológica).

- 1- Projetos Tecnológicos: Desenvolvimento de atividades de investigação científica, técnica e tecnológica em parceria com instituições públicas ou privadas que tenham interface de aplicação.
- 2- Serviços Tecnológicos: Oferta de serviços de consultoria, assessoria, e outros serviços de cunho técnico e tecnológico, para o mundo produtivo.
- 3- Eventos: Realização de ações de interesse técnico, social, científico, esportivo, artístico e cultural favorecendo a participação da comunidade externa e/ou interna.

- 4- Projetos Sociais: Projetos que agregam um conjunto de ações, técnicas e metodologias transformadoras, desenvolvidas e/ou aplicadas na interação com a população e apropriadas por ela, que representam soluções para inclusão social, geração de oportunidades e melhoria das condições de vida.
- 5- Cursos de Extensão: Ação pedagógica de caráter teórico e prático de oferta não regular, que objetiva a capacitação de cidadãos.
- 6- Projetos Culturais Artísticos e Esportivos: Compreende ações de apoio e promoção de eventos de caráter cultural, cívico, artístico e desportivo.
- 7- Visitas Técnicas e Gerenciais: Interação das áreas educacionais da instituição com o mundo do trabalho.
- 8- Empreendedorismo: Compreende o apoio técnico educacional com vistas a formação empreendedora, bem como o desenvolvimento de serviços e produtos tecnológicos.
- 9- Acompanhamento de egressos: Constitui-se no conjunto de ações implementadas que visam acompanhar o desenvolvimento profissional do egresso, na perspectiva de identificar cenários junto ao mundo do trabalho e retroalimentar o processo de ensino, pesquisa e extensão.

3.3.2 – Metas da Extensão

TABELA XVI - Programação das atividades de Extensão no IFPB

| Ações/Ano | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 |
|--|------|------|------|------|------|
| Criar o Comitê de Extensão | x | | | | |
| Instituir normas para as atividades de extensão | x | x | | | |
| Implementar ações de Extensão no novos Campi | x | x | x | x | x |
| Institucionalizar a participação da Extensão no processo de integralização curricular | x | x | x | x | x |
| Associar os programas de Extensão às disciplinas dos cursos regulares do IFPB | x | x | x | x | x |
| Definir anualmente recursos na matriz orçamentária para atendimento das ações de Extensão | | x | x | x | x |
| Regulamentar a relação da Fundação de Apoio com o IFPB, considerando que parte das ações de Extensão são desenvolvidas com a participação da | x | | | | |

| | | | | | |
|-----------|--|--|--|--|--|
| Fundação. | | | | | |
|-----------|--|--|--|--|--|

TABELA XVII – Metas das atividades de Extensão

| Ações/Ano | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 |
|--|------|------|------|------|------|
| Ampliar o número de bolsas de extensão | x | x | x | x | X |
| Viabilizar a participação de docentes, técnicos administrativos e discentes em atividades de Extensão. | x | x | x | x | X |
| Divulgar nos Campi do IFPB os editais e chamadas públicas de órgãos de fomento relativas às atividades de Extensão | x | x | x | x | x |
| Ampliar os programas e projetos de Extensão tecnológica e comunitária | x | x | x | x | x |
| Fortalecer a interlocução dos núcleos temáticos entre os Campi do IFPB, assim como com outras instituições | x | x | x | x | x |
| Realizar reuniões com Comitê de Extensão | x | x | x | x | x |
| Promover Fórum Anual de Extensão, envolvendo todos os Campi. | | x | x | x | x |

TABELA XVIII – Mecanismos de acompanhamento, avaliação e controle das atividades de Extensão no IFPB

| Ações/Ano | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 |
|--|------|------|------|------|------|
| Criar e manter atualizado o Banco de Dados da Pró-Reitoria de Extensão do IFPB com todas as informações referentes às atividades de Extensão | x | x | x | x | x |
| Criar mecanismos e instrumentos para acompanhar e avaliar as políticas de Extensão no IFPB, através de índices e/ou indicadores de gestão | x | x | x | x | x |
| Realizar reuniões de acompanhamento das atividades de Extensão nos Campi | x | x | x | x | x |
| Avaliar as ações da Extensão no IFPB de forma sistematizada e periódica. | x | x | x | x | x |

TABELA XIX – Integração entre o IFPB e a sociedade

| Ações/Ano | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 |
|--|------|------|------|------|------|
| Celebrar convênios e acordos de cooperação com | x | x | x | x | x |

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| instituições públicas e privadas | | | | | |
| Apoiar a formação e o desenvolvimento de empreendimentos solidários em comunidades com vulnerabilidade social e econômica | x | x | x | x | x |
| Apoiar a inovação e o empreendedorismo através da oferta de projetos e serviços tecnológicos | x | x | x | x | x |
| Ofertar cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC), atendendo às demandas sociais | x | x | x | x | x |
| Apoiar eventos e projetos culturais, artísticos, esportivos, científicos e tecnológicos. | x | x | x | x | x |

TABELA XX – Divulgação e a socialização das atividades de Extensão

| Ações/Ano | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 |
|---|------|------|------|------|------|
| Promover a socialização de experiências positivas entre os Campi | x | x | x | x | x |
| Publicar, através de impressos, as atividades de Extensão desenvolvidas pelo IFPB | x | x | x | x | x |
| Consolidar o Blog da Extensão como espaço de informação da Extensão e de interação dos extensionistas | x | x | x | x | x |
| Criar um link para uma Página da Extensão no Portal do IFPB | x | x | x | x | x |
| Realizar eventos com a temática Extensão | x | x | x | x | x |

TABELA XXI – Acompanhamento de egresso.

| Ações | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 |
|---|------|------|------|------|------|
| Criar um cadastro de egressos a partir dos concluintes dos cursos do IFPB | x | x | | | |
| Promover eventos com egressos que possam promover a retroalimentação do Ensino, da Pesquisa e da Extensão | | x | | x | |
| Criar e implementar o Portal do Egresso com link no Portal do IFPB, que possa ampliar e auto alimentar as informações sobre os egressos | x | x | x | x | x |
| Instituir na Extensão um setor de acompanhamento sistemático do egresso | | x | | | |

3.4 - PLANO PARA ATENDIMENTO ÀS DIRETRIZES PEDAGÓGICAS, ESTABELECENDO OS CRITÉRIOS GERAIS PARA A DEFINIÇÃO DE:

3.4.1 - Perfil de egresso

O conceito de educação é variado, amplo, ou até mesmo múltiplo. Depende das concepções pedagógicas adotadas, de enfoques diversos, de decisões políticas, enfim, é um fenômeno complexo. Pode-se, contudo, defini-lo como o processo de formação do homem em suas mais variadas formas de atuação na sociedade: enquanto ser profissional, ser humano, cidadão. Uma educação mais ampla, mesmo que diretamente voltada para um fim, como é a do IFPB – a formação técnico/tecnológica profissional – deve ser pautada em objetivos mais amplos que não os da visão tecnicista, considerada atualmente ultrapassada.

Por muito tempo, a formação técnica esteve dissociada da formação geral do ser humano. O conhecimento técnico-profissional era tido como auto-suficiente dentro da profissão e independente do conhecimento humanístico – ou outro aparentemente distante. Isto era perfeitamente aceitável, dado que são distintas as exigências aos profissionais de cada época. Hoje, as exigências da educação técnica/tecnológica são outras. A nossa Lei de Diretrizes e Bases da Educação preconiza a qualificação para o trabalho, mas, além disso, o pleno desenvolvimento do educando e o preparo para o exercício da cidadania. Estes são preceitos gerais para toda e qualquer forma de educação.

O IFPB tem como meta formar cidadãos na sua mais plena concepção: uma formação técnico-profissional bastante sólida, com os conhecimentos científicos e tecnológicos mais atuais nas áreas de oferta de seus cursos, que possa vir a dar retorno à sociedade, mas sem descuidar da educação humanística, da cultura geral, aliás, uma exigência internacional – segundo o parecer nº17/97 do CNE/CEB. A formação de pessoas autônomas, solidárias e criativas no seu fazer profissional advém da confluência das várias áreas do conhecimento humano. Neste início de século, o mercado de trabalho tem exigido cada vez mais qualificação do trabalhador, aliada a uma flexibilidade permanente, no sentido de facilitar a adaptação às novas situações, propiciadas pelo advento, em velocidade

cada vez mais acelerada, de novas tecnologias. O IFPB se propõe a formar profissionais com características cada vez mais polivalentes.

O aluno formado pela instituição deve ter presente em suas concepções a promoção do bem à sociedade. Deve visar à transformação dos conhecimentos adquiridos em bens e serviços, atentando para as tendências do setor produtivo e do desenvolvimento tecnológico no qual está inserido; deve disseminar a aplicação da ciência e tecnologia, interagindo com elas, de forma a questioná-la, entendendo o seu funcionamento, não apenas reproduzi-la.

O mercado de trabalho atual pede profissionais capazes de solucionar problemas diversos, profissionais com espírito investigativo, inseridos plenamente na sociedade do conhecimento, que exige o aprendizado permanente e que saiba estabelecer boas relações interpessoais. Quer-se formar um profissional autônomo em sua aprendizagem, investigador da realidade com independência e propositivo de soluções inovadoras, coerentes com os conhecimentos científicos e tecnológicos mais atuais. Mais importante do que simplesmente reproduzir o fazer técnico é pensá-lo, entendê-lo nos processos produtivos que lhes deram origem. O egresso do IFPB deve responder às exigências da contemporaneidade e ser, enfim, um agente transformador da realidade.

3.4.2 - Seleção de conteúdos

O processo de seleção e organização dos conteúdos de ensino é uma ação de natureza pedagógica e, sobretudo, política, pois é fruto de escolhas e “silenciamentos”, resultados de conflitos e lutas de poder, que vão além dos muros das instituições educacionais, é parte essencial da construção do currículo, com incumbência de concretizar um projeto de sociedade, por meio da formação de cidadãos e que espelha o posicionamento político da instituição.

Faz-se necessário que os educadores desenvolvam a consciência de que não existe conhecimento neutro, do ponto de vista político, e que consciente ou inconscientemente, por meio das escolhas ou omissões que se faça, reforça-se uma classe ou outra.

É indispensável, ainda, que os educadores conheçam as possibilidades e limitações dos conteúdos com os quais trabalharão, no sentido de saberem quais

potencialidades dos aprendizes poderão ser ou não desenvolvidas a partir de determinados saberes.

Os conteúdos deverão ter sentido para a vida de estudantes concretos, pertencentes a determinado grupo social e considerar seus projetos de vida como um dos pontos de referência para as atividades educativas.

Considerando que esta temática não se encerra aqui, mas que se faz necessário sugerir alguns critérios gerais orientadores do processo de escolha e organização de conteúdos, entende-se que os educadores deverão escolher e organizar conteúdos que:

1. Estejam de acordo com as finalidades atribuídas à modalidade de ensino para a qual se destina a atividade educativa;
2. Orientados pelo diálogo constante com o contexto social, histórico, cultural, político e com as condições intelectuais/maturacionais dos envolvidos no processo de ensinar e aprender;
3. Acompanhem e questionem criticamente as transformações sócio-culturais da sociedade contemporânea;
4. Impulsionem a democratização do conhecimento crítico;
5. Estejam em sintonia com as perspectivas profissional, social e pessoal ao alunado, assim como, com os problemas e desafios da comunidade, da cidade, do país e do mundo;
6. Sejam atualizados e de acordo com os interesses/necessidades vitais de quem aprende;
7. Abranjam procedimentos, valores, normas, atitudes, fatos e conceitos necessários ao crescimento pessoal, social e profissional dos alunos;
8. Proporcionem ao alunado o entendimento e a possibilidade de transformação da sua realidade e do contexto maior no qual a realidade específica se insere;
9. Ofereçam elementos para que os alunos examinem, de forma crítica, as certezas recebidas e a descoberta dos preconceitos velados que os permeiam;
10. Considerem o perfil dos cursos e o tempo que dispõem para as aulas;

11. Possam responder às problemáticas contundentes vividas pela nossa sociedade;
12. Explicitem a concepção de ser humano e sociedade que se deseja formar;
13. Proporcionem aprofundamento progressivo ao longo do curso;
14. Sejam potencialmente significativos;
15. Contribuam para a construção de uma sociedade mais igualitária e justa;
16. Concebam os estudantes como seres integrais, socialmente competentes, capazes de atuarem sobre a realidade, com participação ativa na história da sociedade da qual fazem parte e na construção de sua própria história;
17. Ofereçam a possibilidade de relacionar teoria e prática;
18. Possibilitem a incorporação da dimensão intelectual ao trabalho;
19. Favoreçam à construção da autonomia intelectual e moral;
20. Mobilizem raciocínios, experimentações, soluções de problemas e outras competências superiores;
21. Consolidem e aprofundem conhecimentos de níveis e modalidades anteriores;
22. Ampliem capacidades, potencialidades e sentidos humanos;
23. Proporcionem formação ética e pensamento crítico;
24. Favoreçam aos estudantes a compreensão de si mesmos, dos outros, do meio em que vivem e de outros conhecimentos necessários para a vida e relacionamento em sociedade;
25. Promovam ou legitimem a inclusão social e política dos grupos discriminados.

3.4.3 - Princípios metodológicos

Observa-se que as práticas pedagógicas são influenciadas fortemente por projetos, que têm concepções de ser humano, de sociedade e de mundo bem definidos, sustentados por aparelhos ideológicos bem articulados, que não têm como finalidade a universalização do conhecimento crítico, no sentido do desvelamento das contradições existentes, daí a necessidade de serem articulados esforços coletivos no intuito de redirecionamentos que considerem metodologias dialéticas combinadas com processo vivo de reflexão e socialização de

conhecimentos capazes de interferir na solução dos cruciais problemas existentes na escola.

A prática pedagógica deve estar ancorada no contexto sócio-histórico-cultural dos aprendizes, tendo como horizonte a superação de consciências ingênuas e a busca de consciências críticas, capazes de refletirem sobre a cultura em seu sentido amplo, assumindo as incertezas de um projeto original, pluralista e transgressor das concepções pedagógicas conservadoras, que relacione cultura formal e informal.

É sabido que a educação não é alavanca da transformação social, mas que sem esta não haverá nenhum tipo de desenvolvimento. Daí a importância de ser assumida, pelos educadores, a função social no processo de evolução da sociedade, a partir do contexto da instituição escolar em que se atua, selecionando e reconstruindo metodologias e conhecimentos que colaborem com a compreensão e desvelamento dos determinantes da vida social, cultural e produtiva.

Outro enfoque da prática pedagógica deverá ser a utilização de metodologias dialógicas, inter-transdisciplinares, alicerçadas em conhecimentos científicos que deverão estar relacionados às condições histórico-sócio-culturais dos estudantes, o que requer planejamentos sistemáticos e coletivos, que contemplem todos os envolvidos no processo educacional da instituição.

Faz-se importante lembrar também que para se viabilizar uma prática pedagógica coerente, os recursos didáticos deverão ser diversificados; a avaliação processual e formativa, o que supõe atividades pedagógicas diferenciadas, amparadas em aprendizagens significativas, que consigam atender à diversidade de níveis de estrutura cognitiva, resultada das diferentes condições de vida e de motivações dos estudantes.

Para consolidar o vínculo do alunado com a instituição faz-se necessário diagnosticar a sua verdadeira identidade como ponto de partida para a produção de sentidos, fundamentados no respeito, reconhecimento e acolhimento das multiculturas existentes no país, admitindo a complexa dialética dessa apropriação que deverá estar embasada em princípios éticos e humanos comprometidos com a formação de sujeitos emancipados por meio do conhecimento, que darão respaldo a uma sociedade fundada na igualdade política, econômica e social, numa perspectiva democrática e de justiça social.

3.4.4 - Processo de Avaliação

A avaliação da aprendizagem, elemento de extrema importância do processo educativo, tem se revelado um dos grandes problemas do desenvolvimento das práticas pedagógicas, nos diversos níveis e modalidades de ensino. Esta vem exigindo reflexões sobre a importância de se discutir a valorização de práticas avaliativas diversificadas, que acompanhem o estudante em seus avanços e dificuldades e forneçam indicadores para o aprimoramento do trabalho pedagógico, na perspectiva de inclusão e emancipação.

A avaliação é um processo de reflexão coletivo e não apenas a verificação de um resultado parcial de momentos de aprendizagem. A avaliação do processo ensino/aprendizagem não pode limitar-se a extensão quantitativa daquilo que é adquirido pelo estudante no processo, em detrimento da verificação de qualidade do que é ensinado e aprendido, nem também a vertente punitiva. Por isso, a avaliação buscará do aluno o desenvolvimento nas suas várias dimensões, ou seja, domínio cognitivo, afetivo e psicomotor, capacidades motoras, a conduta, os conhecimentos e a capacidade intelectual do estudante.

A discussão de idéias sobre diferentes concepções de avaliação e da necessidade de práticas avaliativas podem estar inseridas numa proposta que vá além da aferição da apreensão do conteúdo simplesmente transmitido, visando-se à construção do objeto principal que é o desenvolvimento do estudante jovem ou adulto como ser social. Tal idéia coaduna com a afirmação de Luckesi (2002) sobre a prática de uma avaliação escolar, a serviço de uma pedagogia que entenda e esteja preocupada com a educação como mecanismo de mudança da sociedade, no caminho da emancipação humana.

Nesse sentido, definem-se como Princípios dos Processos Avaliativos:

a) Avaliação diagnóstica e formativa

Diagnóstica, constituindo-se num momento dialético do processo, ou seja, “senso” do estágio em que se está e sua distância em relação à perspectiva que está colocada a ser atingida. *Formativa* em que os sujeitos envolvidos situam seus fazeres, aperfeiçoam suas ações e reconstróem suas práticas.

- b) Ênfase à qualidade e ao processo de aprendizagem, não limitando o olhar de quem avalia simplesmente aos conteúdos objetivamente mensuráveis.
- c) Avaliação como instrumento de tomada de decisões.
- d) Avaliação enquanto compromisso com ações que possam desencadear mudanças.

A opção do IFPB pela Avaliação Diagnóstica e Formativa a ser utilizada nas práticas pedagógicas decorre do entendimento de que os processos avaliativos devem ser coerentes com o Projeto Pedagógico Institucional dinâmico e participativo, que busca a promoção de mudanças. Evidencia-se que a avaliação formativa possibilita identificar os avanços e as dificuldades que forem se manifestando ao longo do processo de ensino e aprendizagem, ainda em tempo de tomar providências. Sua função é informar sempre o que está acontecendo. Essa informação deve ser avaliativa, possibilitando novas decisões sempre que necessárias.

A partir desse enfoque, pode-se entender o papel dos atores do processo educativo, em especial do professor do IFPB que centralizará sua ação pedagógica no sentido de prover ambientes e ferramentas que ajudem os alunos a interpretar as múltiplas perspectivas de análise do mundo real e do seu próprio mundo.

Dessa forma, todos os esforços devem estar voltados para a construção de uma metodologia de avaliação da aprendizagem que supere a fragmentação e a compartimentalização do conteúdo. A avaliação não pode restringir-se a aprovação ou reprovação dos estudantes, pois dessa forma perde a razão de existir, convertendo-se num catalogador de rendimentos, ao invés de servir para pensar meios de trabalhar as deficiências dos estudantes com dificuldades.

Finalmente, é preciso compreender que uma nova prática avaliativa não depende apenas de novas técnicas, novos procedimentos ou novos instrumentos, mas principalmente de uma nova forma de olhar, pensar e agir o fenômeno educativo, a aprendizagem e a avaliação.

3.4.5 - Atividade prática profissional, complementares e de estágios

Os cursos do IFPB compreendem atividades práticas, atividades complementares e Estágio Curricular, todos previstos nos respectivos PPCs.

O Estágio Curricular no IFPB, obrigatório para todos os cursos de nível técnico e de graduação, quando previsto no PPC, visam à complementação do processo ensino- aprendizagem e tem como objetivos:

- I - facilitar a futura inserção do estudante no mundo de trabalho;
- II - promover a articulação do IFPB com o mundo do trabalho;
- III - facilitar a adaptação social e psicológica do estudante à futura atividade profissional.

O IFPB possui, em cada um de seus Campi, um setor dedicado à administração dos estágios e das ofertas de empregos, denominado Departamento de Estágios, com a responsabilidade de prospectar e firmar parcerias com empresas e instituições concedentes de oportunidades de estágio/emprego.

Atividades Complementares

As Atividades Complementares, previstas nos PPCs da graduação, possuem regulamentação própria e são componentes curriculares que objetivam enriquecer o processo de ensino-aprendizagem privilegiando o desenvolvimento de:

- atividades de complementação da formação social, humana e cultural envolvendo, entre outros: atividades esportivas; cursos de língua estrangeira; práticas artísticas e culturais; organização de exposições; e seminários de caráter artístico ou cultural;
- atividades de cunho comunitário e de interesse coletivo envolvendo, entre outros: participação em Diretórios e Centros Acadêmicos; participação em trabalho
- voluntário; ações comunitárias e ações beneficentes; engajamento como docente
- não remunerado em cursos preparatórios e de reforço escolar; participação em projetos de extensão, não remunerados, de interesse social;
- atividades de iniciação científica, tecnológica e de formação profissional envolvendo, entre outros: participação em cursos e palestras; participação em congressos e seminários técnico-científicos; participação em projetos de

- iniciação científica e tecnológica; publicações em revistas técnicas; participação em visitas técnicas; e
- estágio não obrigatório na área do curso.

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)

O TCC é um componente curricular obrigatório para os cursos de graduação e possui regulamentação própria.

Os objetivos do TCC são:

- desenvolver a capacidade de aplicação dos conceitos e teorias adquiridas durante o curso de forma integrada por meio da execução de um projeto de pesquisa e desenvolvimento;
- desenvolver a capacidade de planejamento e de disciplina para resolver problemas no âmbito das diversas áreas de formação;
- estimular o espírito empreendedor por meio da execução de projetos que levem ao desenvolvimento de produtos;
- intensificar a extensão universitária por intermédio da resolução de problemas existentes nos diversos setores da sociedade;
- estimular a interdisciplinaridade; e
- estimular a inovação tecnológica e estimular a construção do conhecimento coletivo.

Programa de Empreendedorismo

A partir de 2009, o IFPB implantou o Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT) que desenvolve atividades que vão desde a disponibilização de mecanismos de proteção da propriedade intelectual até a estruturação de meios para o fomento ao empreendedorismo e a inovação.

O IFPB já desenvolve programas de iniciação ao empreendedorismo associado a Unidade Acadêmica de Gestão de Negócios, com os seguintes objetivos:

- estreitar o relacionamento com órgãos de fomento de empreendedorismo no País, como a ação envolvendo MEC-SETEC-MCT-SEBRAE para lançamento do edital para hotéis de projetos;

- b. fomentar o empreendedorismo visando o desenvolvimento regional e à transferência de tecnologia;
- c. articular os ativos institucionais para que as Incubadoras dos Campi criem, nos próximos anos, empresas inovadoras de base tecnológica;
- d. intensificar a discussão do desenvolvimento de Parques Tecnológicos;
- e. proceder levantamento de dados de Incubadoras, buscando identificar os seguintes parâmetros:
 - I - quantidade de empreendedores;
 - II - quantidade de empresas incubadas;
 - III - quantidade de graduados de Incubadoras Tecnológicas, por ano desde a implantação;
 - IV - recursos de fomento captados;
 - V- período médio de permanência;
 - VI - tempo médio de sobrevivência no mercado; e
- f. desenvolver, até 2011, a partir dos dados levantados, indicadores que permitam a criação Empresas Júnior fomentadoras de pequenos negócios.

3.4.6 - Inovações consideradas significativas, especialmente quanto à flexibilidade dos componentes curriculares

Objetivando combater os efeitos desintegradores do enfoque unicamente disciplinar, fragmentado, e antidemocrático de hierarquização dos conteúdos, o IFPB, atendendo à sua política de ações afirmativas de inclusão, tem como desafio a implementação de uma estrutura curricular flexível em substituição ao modelo de grade, com vistas a possibilitar aos alunos a ampliação dos seus horizontes de conhecimento e da aquisição de uma visão crítica que lhes permitam extrapolar a aptidão específica de seu campo de atuação profissional.

Esta flexibilização tem como princípio a interdisciplinaridade, a visão de ensino centrada na criatividade e a indissociabilidade entre ensino pesquisa e extensão.

A estrutura curricular dos cursos poderá se desenvolver a partir de projetos de extensão ou de projetos integradores que possam ser realizados ao longo do desenvolvimento do currículo.

Estes projetos poderão se realizar através de temas propostos pelos professores e alunos com vistas ao alcance de um produto final relacionado com os conteúdos curriculares e em articulação com diversas disciplinas, ou seja, contemplando a interdisciplinaridade.

Dessa forma, a metodologia de um trabalho com projetos integradores possibilitará a análise de um fato, de uma abordagem ou de uma situação sob diferentes óticas disciplinares. A integração exigirá um tempo para o diálogo, invariavelmente necessário entre educadores, conteúdos e disciplinas, bem como para as atividades integradas.

A vivência dessa implementação metodológica pressupõe capacitação contínua e em serviço que desperte idéias e práticas interdisciplinares e envolvimento com os novos paradigmas educacionais. Dessa forma, os professores precisam de fundamentos, de um olhar aguçado, crítico e científico somados a sua capacidade técnica e a implementação por parte da instituição de infra-estruturas que favoreçam a interdisciplinaridade e a contextualização.

Uma escola inclusiva não pode orientar-se pelo paradigma da uniformidade curricular, o que exige alterações profundas ao nível da organização e gestão da formação de profissionais para a flexibilização do currículo, de modo a torná-lo adaptável àqueles que dele necessitem.

3.4.7 - Oportunidades diferenciadas de integralização dos cursos

Os cursos de graduação são estruturados de modo a oferecer caminhos formativos diferenciados, possibilitando ao aluno escolher as disciplinas que melhor se coadunam com suas áreas de interesse, permitindo uma formação mais focada, sem nunca perder o foco na qualidade do ensino.

Na integralização dos cursos de graduação poderão ser consideradas as cargas horárias desenvolvidas em outros cursos do IFPB, desde que esteja previsto no correspondente PPC.

As atividades realizadas nos programas de pós-graduação stricto sensu e as atividades de pesquisa poderão ser computadas para integralização dos cursos de graduação, respeitada a legislação interna. As estratégias para integração com a pós-graduação e com as atividades de pesquisa deverão estar explicitadas nos PPCs.

O aluno que julgar possuir seguro conhecimento em disciplinas do curso poderá ter abreviada a duração do mesmo, mediante a solicitação e execução de exame de suficiência na disciplina requerida, a ser aplicado por banca examinadora, de acordo com regulamentação interna.

Para o aluno transferido de outra Instituição de Ensino Superior (IES) pode-se realizar o aproveitamento de estudos e a convalidação de disciplinas já concluídas com aprovação em outros cursos, de acordo com regulamentação interna. Neste processo cabe ao coordenador de curso a análise do conteúdo programático e a carga horária das disciplinas.

3.4.8 - Avanços Tecnológicos

As novas tecnologias se fazem cada vez mais presentes na modernidade, atuando em todos os setores da sociedade, seja público ou privado. A literatura atual faz-nos refletir sobre as contribuições e implicações que estas tecnologias, vistas como uma nova cultura nos traz. Não são poucos os estudos sobre este assunto que move, desde o universo industrial até o acadêmico. Gramsci (1987, p.13-14) pondera sobre esta questão:

Criar uma nova cultura não significa apenas fazer individualmente descobertas originais: significa também e, sobretudo, difundir criticamente verdades já descobertas, socializá-las por assim dizer, transformá-las, portanto, em bases de ações vitais, um elemento de coordenação e de ordem intelectual e moral.

Com base no exposto, a interferência da tecnologia na vida do ser humano é incontestável, tanto positiva quanto negativamente. Assim sendo, não basta utilizar as tecnologias, necessário se faz recriá-las, assumir a produção e a

condução tecnológica de modo a refletir sobre a sua ação na vida das sociedades atuais.

Deve-se então, parar e refletir sobre qual espaço o ser humano ocupa no pensar e utilizar as tecnologias? Como são tratados o ser humano e o meio ambiente dentro das pesquisas tecnológicas? Qual a contribuição que as instituições educacionais, nas quais se encontram as chamadas “mentes pensantes”, estão dando para a formação integral e integradora de homens e, em potencial, cidadãos promotores do futuro, pois sabe-se que o caminhar da sociedade pautado no desenvolvimento tecnológico não questionado, desprovido de reflexões, somente acentua a exclusão e contribui ainda mais para a desigualdade social.

Neste sentido abraçar o progresso tecnológico é substantivo no campo educacional ou o IFPB pode se furtar deste avanço? Acredita-se que não, visto que, o berço da disseminação das novas tecnologias deve ser as instituições educacionais o que se traduz nas palavras de Matos (2002), quando afirma que “na verdade não podemos dar-nos ao devaneio de suspender o curso do rio tecnológico em que quotidianamente nos banhamos ou de saltar do leito para, observarmos, olímpicamente, das suas margens”.

É por esta linha de pensamento que o Instituto Federal da Paraíba acredita que fazer uso das ferramentas que a tecnologia, constantemente, aponta com compromisso e seriedade só trará benefícios, identificando acertos na adoção dos fatores tecnológicos já presentes na sua trajetória educativa e propondo algumas linhas a serem perseguidas no prazo deste plano institucional, a saber:

- a) Promoção de fóruns sobre As Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC), com o objetivo de discussão de novos contextos de ensino–aprendizagem e da identidade profissional dos trabalhadores em Educação.
- b) Criação de home page para viabilizar contatos exclusivos e permanentes com alunos egressos e regularmente matriculados no Instituto.
- c) Promoção de encontros anuais com os alunos egressos, com vistas ao intercâmbio entre o Instituto e as empresas, ampliando relações mediadoras e fluidas com o mundo do trabalho.

- d) Integração com Prefeituras para firmar parcerias com o objetivo de preparar jovens para o exercício da profissão, criando oportunidade de trabalho e renda, utilizando da tecnologia existente no Instituto.
- e) Estabelecer outras parcerias com Universidades e Parques Tecnológicos a fim de crescimento conjunto.
- f) Criação e ou resgate de fóruns de ensino utilizando entre outros, os temas transversais.
- g) Criação de espaços que possibilitem estabelecer metodologias que viabilizem a ação pedagógica inter e transdisciplinar dos saberes com realização de atividades em ambientes de formação para além dos espaços convencionais.
- h) Viabilização de comparabilidade/intercâmbio e integração interinstitucional e integração das comunidades docentes e discente de diferentes níveis e modalidades de ensino.
- i) Implantação de processos de ensino a distância, nos demais campi para atividades de formação, treinamento, pesquisas e de relatos acadêmicos, além de gerar produtos de comunicação para uso em educação.
- j) Estabelecimento de políticas de oferta de cursos articulados com a demanda da sociedade de acordo com as tecnologias viáveis para cada campus.
- k) Atualização e/ ou fortalecimento de ações pedagógicas e de outras tecnologias possíveis direcionadas ao ensino de Jovens e Adultos atuante em cada campus.
- l) Promover, sempre que oportuno e/ou necessário, a atualização tecnológica de máquinas e equipamentos didáticos.

4 CORPO DOCENTE

4.1 - REQUISITOS DA TITULAÇÃO

O exercício da docência no Instituto Federal da Paraíba é permitido à profissional com formação mínima de graduação. Os requisitos para admissão são exigidos na publicação do Edital Público para concurso de admissão ao quadro, sendo importante também a comprovação de experiência profissional, que fortalece o currículo do candidato para efeito de pontuação e classificação.

4.2 - EXPERIÊNCIA NO MAGISTÉRIO SUPERIOR E EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL NÃO ACADÊMICA

O corpo docente do Instituto Federal da Paraíba é constituído de profissionais que possuem experiência no ensino superior e que desenvolveram experiência profissional na área que lecionam, seja atuando em empresas ou como profissional liberal. Estes requisitos são considerados quando da seleção e influenciam na avaliação e na aprovação do docente

4.3 - OS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO E CONTRATAÇÃO

Os docentes são selecionados através de chamada em Edital Público e prestam exames de provas e/ou de títulos, quando concorrem ao cargo efetivo. Para a admissão como professores substitutos se submetem a um processo seletivo simplificado, composto de seleção curricular e aula.

4.4 - POLÍTICAS DE QUALIFICAÇÃO, PLANO DE CARREIRA E REGIME DE TRABALHO

Com a edição da Lei nº 11.782/2008 os docentes ganharam uma nova estrutura de carreira sendo denominados de Professor da Carreira do Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico.

O plano de carreira e o regime de trabalho são regidos pela Lei nº 11.784, de 22 de setembro de 2008, pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990 e pela Constituição Federal, além da legislação vigente atreladas a essas Leis e a LDB, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

O Instituto Federal da Paraíba tem uma política de qualificação e capacitação que contempla o estímulo a participação em Seminários e

Congressos, além da oferta de cursos de pós-graduação para os docentes e técnicos administrativos seja através da participação em programas das Universidades como também dos programas interministeriais como é o caso do Minter e do Dinter.

A Política de Capacitação de Docentes e Técnicos Administrativos no âmbito Institucional, foi instituída através da Portaria nº 148/2001 – GD de 22/05/2001, que criou o Comitê Gestor de Formação e Capacitação, disciplinando e regulamentando a implementação do Plano de Capacitação, bem como regulamentando as condições de afastamento com este fim.

O Comitê Gestor de Formação e Capacitação tem as seguintes competências:

- ✓ Elaborar o plano de capacitação geral da instituição;
- ✓ Avaliar processos de solicitação de docentes e/ou técnico administrativos para afastamento e/ou prorrogação de afastamento;
- ✓ Propor à Direção Geral a liberação e/ou prorrogação de afastamento de docentes e/ou técnico-administrativos;
- ✓ Acompanhar os relatórios periódicos, trimestrais ou semestrais, dos servidores afastados, avaliando a continuidade da capacitação;
- ✓ Zelar pelo cumprimento das obrigações previstas.

O Plano de capacitação do IFPB considera os seguintes níveis de qualificação profissional:

- Pós-Graduação *stricto sensu*: mestrado, doutorado e pós-doutorado.
- Pós-Graduação *lato sensu*: aperfeiçoamento e especialização.
- Graduação;
- Capacitação profissional: cursos que favoreçam o aperfeiçoamento profissional;
- Atividades de curta duração: cursos de atualização e participação em congressos, seminários, conclaves, simpósios, encontros e similares.

4.5 - PROCEDIMENTOS PARA SUBSTITUIÇÃO EVENTUAL DOS PROFESSORES DO QUADRO

A substituição eventual para suprir o afastamento de um professor do Quadro para fins de capacitação é feito com professores do próprio Quadro Efetivo ou através da contratação de professores substitutos que tem remuneração de acordo com os limites da Lei nº 8.745/93 em seu art. 7º, a Lei nº 10.667/2003 e a Orientação Normativa nº 02/2009 do MEC.

4.6 - CRONOGRAMA DE EXPANSÃO DO CORPO DOCENTE, CONSIDERANDO O PERÍODO DE VIGÊNCIA DO PDI

TABELA XXII – EXPANSÃO DO CORPO DOCENTE

| Titulação | Regime de trabalho T - 20 | Ano I 2010 | Ano II 2011 | Ano III 2012 | Ano IV 2013 | Ano V 2014 |
|------------------------------|------------------------------|---------------|----------------|-----------------|----------------|---------------|
| Campus João Pessoa | | | | | | |
| Ensino Médio | | | | | | |
| Graduação | | | | | | |
| Aperfeiçoamento | | | | | | |
| Especialização | | 03 | | | | |
| Mestrado | | 03 | | | | |
| Doutorado | | 01 | | | | |
| Pós-Doctor | | | | | | |
| Totais | | 07 | | | | |
| Campus Campina Grande | | | | | | |
| Ensino Médio | | | | | | |
| Graduação | | | | | | |
| Especialização | | | | | | |
| Mestrado | | 02 | | | | |
| Doutorado | | | | | | |
| Totais | | 02 | | | | |

| Titulação | Regime de trabalho T - 40 | Ano I 2010 | Ano II 2011 | Ano III 2012 | Ano IV 2013 | Ano V 2014 |
|-----------------|------------------------------|---------------|----------------|-----------------|----------------|---------------|
| Reitoria | | | | | | |
| Ensino Médio | | | | | | |
| Graduação | | 01 | | | | |

| | | | | | | |
|------------------------|--|----|--|--|--|--|
| Aperfeiçoamento | | | | | | |
| Especialização | | | | | | |
| Mestrado | | | | | | |
| Doutorado | | | | | | |
| Pós-Doutorado | | | | | | |
| Totais | | 01 | | | | |
| Campus João Pessoa | | | | | | |
| Ensino Médio | | | | | | |
| Graduação | | 04 | | | | |
| Especialização | | 14 | | | | |
| Mestrado | | 22 | | | | |
| Doutorado | | 05 | | | | |
| Totais | | 45 | | | | |
| Campus Cabedelo | | | | | | |
| Ensino Médio | | | | | | |
| Graduação | | 02 | | | | |
| Especialização | | 02 | | | | |
| Mestrado | | 01 | | | | |
| Doutor | | 01 | | | | |
| Totais | | 06 | | | | |
| Campus Campina Grande | | | | | | |
| Ensino Médio | | | | | | |
| Graduação | | 03 | | | | |
| Especialização | | 02 | | | | |
| Mestrado | | 04 | | | | |
| Doutorado | | | | | | |
| Totais | | 09 | | | | |
| Campus Patos | | | | | | |
| Ensino Médio | | | | | | |
| Graduação | | 01 | | | | |
| Especialização | | 01 | | | | |
| Mestrado | | 01 | | | | |
| Doutorado | | | | | | |
| Totais | | 03 | | | | |
| Campus Picuí | | | | | | |
| Ensino Médio | | | | | | |
| Graduação | | 01 | | | | |
| Especialização | | 02 | | | | |
| Mestrado | | 02 | | | | |
| Doutorado | | | | | | |
| Totais | | 05 | | | | |
| Campus Princesa Isabel | | | | | | |
| Ensino Médio | | | | | | |
| Graduação | | 01 | | | | |
| Especialização | | | | | | |

| | | | | | | |
|--------------------------|--|----|---|---|---|---|
| Mestrado | | 01 | | | | |
| Doutorado | | | | | | |
| Totais | | 02 | | | | |
| Campus Monteiro | | | | | | |
| Ensino Médio | | | | | | |
| Graduação | | | | | | |
| Especialização | | | | | | |
| Mestrado | | 01 | | | | |
| Doutorado | | | | | | |
| Totais | | 01 | | | | |
| Campus Cajazeiras | | | | | | |
| Ensino Médio | | | | | | |
| Graduação | | 10 | | | | |
| Especialização | | | | | | |
| Mestrado | | | 6 | 6 | 6 | 5 |
| Doutorado | | | 3 | 3 | 3 | 3 |
| Totais | | 10 | | | | |
| Campus Sousa | | | | | | |
| Ensino Médio | | | | | | |
| Graduação | | 15 | | | | |
| Aperfeiçoamento | | | | | | |
| Especialização | | 01 | | | | |
| Mestrado | | 01 | | | | |
| Doutorado | | | | | | |
| Totais | | 17 | | | | |

| Titulação | Regime de trabalho Dedicação Exclusiva | Ano I | Ano II | Ano III | Ano IV | Ano V |
|-----------------|---|-------|--------|---------|--------|-------|
| | | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 |
| Reitoria | | | | | | |
| Ensino Médio | | 01 | | | | |
| Graduação | | | | | | |

| | | | | | | |
|-----------------------|--|-----|----|----|----|----|
| Aperfeiçoamento | | | | | | |
| Especialização | | 07 | | | | |
| Mestrado | | 07 | | | | |
| Doutorado | | 06 | | | | |
| Pós-Doutorado | | | | | | |
| Totais | | 21 | | | | |
| Campus João Pessoa | | | | | | |
| Ensino Médio | | 04 | | | | |
| Graduação | | 10 | | | | |
| Aperfeiçoamento | | 04 | | | | |
| Especialização | | 56 | | | | |
| Mestrado | | 94 | 20 | 20 | 20 | 20 |
| Doutorado | | 40 | 10 | 10 | 10 | 10 |
| Pós-Doctor | | | | | | |
| Totais | | 208 | 30 | 30 | 30 | 30 |
| Campus Cabedelo | | | | | | |
| Ensino Médio | | | | | | |
| Graduação | | | | | | |
| Especialização | | 01 | 05 | 05 | 05 | 05 |
| Mestrado | | 05 | 06 | 06 | 06 | 06 |
| Doutorado | | 01 | 02 | 02 | 02 | 02 |
| Totais | | 06 | 13 | 13 | 13 | 13 |
| Campus Campina Grande | | | | | | |
| Ensino Médio | | | | | | |
| Graduação | | 02 | | | | |
| Especialização | | 03 | 02 | 02 | 02 | 02 |

| | | | | | | |
|-------------------------------|--|----|----|----|----|----|
| Mestrado | | 19 | 10 | 10 | 10 | 10 |
| Doutorado | | 05 | 03 | 03 | 03 | 03 |
| Totais | | 29 | 15 | 15 | 15 | 15 |
| Campus Patos | | | | | | |
| Ensino Médio | | | | | | |
| Graduação | | | | | | |
| Especialização | | 01 | 05 | 05 | 05 | 05 |
| Mestrado | | 02 | 08 | 08 | 05 | 05 |
| Doutorado | | | 02 | 02 | 02 | 02 |
| Totais | | 03 | 15 | 15 | 12 | 12 |
| Campus Picuí | | | | | | |
| Ensino Médio | | | | | | |
| Graduação | | | | | | |
| Especialização | | 01 | 05 | 05 | 05 | 05 |
| Mestrado | | 01 | 08 | 08 | 05 | 05 |
| Doutorado | | | 02 | 02 | 02 | 02 |
| Totais | | 02 | 15 | 15 | 12 | 12 |
| Campus Princesa Isabel | | | | | | |
| Ensino Médio | | | | | | |
| Graduação | | | | | | |
| Especialização | | | 05 | 05 | 05 | 05 |
| Mestrado | | 01 | 08 | 08 | 05 | 05 |
| Doutorado | | | 02 | 02 | 02 | 02 |
| Totais | | 01 | 15 | 15 | 12 | 12 |
| Campus Monteiro | | | | | | |
| Ensino Médio | | | | | | |
| Graduação | | | | | | |

| | | | | | | |
|--------------------------|--|----|----|----|----|----|
| Especialização | | | 05 | 05 | 05 | 05 |
| Mestrado | | 01 | 08 | 08 | 05 | 05 |
| Doutorado | | | 02 | 02 | 02 | 02 |
| Totais | | 01 | 15 | 15 | 12 | 12 |
| Campus Cajazeiras | | | | | | |
| Ensino Médio | | | | | | |
| Graduação | | 05 | | | | |
| Especialização | | 19 | 02 | 02 | 02 | 02 |
| Mestrado | | 07 | 10 | 10 | 10 | 10 |
| Doutorado | | | 03 | 03 | 03 | 03 |
| Totais | | 31 | 15 | 15 | 15 | 15 |
| Campus Sousa | | | | | | |
| Ensino Médio | | | | | | |
| Graduação | | 08 | | | | |
| Aperfeiçoamento | | 01 | | | | |
| Especialização | | 14 | 02 | 02 | 02 | 02 |
| Mestrado | | 09 | 08 | 08 | 08 | 08 |
| Doutorado | | 04 | 03 | 03 | 03 | 03 |
| Totais | | 36 | 13 | 13 | 13 | 13 |

5 CORPO TÉCNICO/ADMINISTRATIVO

5.1 - OS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO E CONTRATAÇÃO

A seleção do corpo Técnico-administrativo do IFB se dá através de concurso público de provas. O contrato dos Técnicos Administrativos em Educação é regido pela Lei no. 11.091/2005, que reestruturou o antigo PUCRCE.

5.2 - POLÍTICAS DE QUALIFICAÇÃO, PLANO DE CARREIRA E REGIME DE TRABALHO

A carreira de técnico-administrativo é regida pela Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005 (PCCTAE), pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990 e pela Constituição Federal, além da legislação vigente atreladas a essas Leis e a LDB, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

O Instituto Federal da Paraíba tem uma política de qualificação e capacitação para os técnicos administrativos, contempla a oferta de cursos de qualificação e atualização, além de propiciar oportunidades em cursos de pós-graduação através de parcerias com Universidades. Além disto, a implantação do CIS é uma realidade no Instituto que fortalece o processo de qualificação e capacitação do servidor. O Regime de Trabalho dos Técnicos Administrativos é de 40 horas semanais.

5.3 - CRONOGRAMA DE EXPANSÃO DO CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO, CONSIDERANDO O PERÍODO DE VIGÊNCIA DO PDI

TABELA XXIII – EXPANSÃO DO CORPO TÉCNICO ADMINISTRATIVO

| Titulação | Regime de trabalho T - 20 | Ano I 2010 | Ano II 2011 | Ano III 2012 | Ano IV 2013 | Ano V 2014 |
|--------------------------|------------------------------|---------------|----------------|-----------------|----------------|---------------|
| Campus Cajazeiras | | | | | | |
| Ensino Médio | | | | | | |
| Graduação | | 01 | | | | |
| Especialização | | | | | | |
| Mestrado | | | | | | |
| Doutorado | | | | | | |
| Totais | | 01 | | | | |
| Campus Sousa | | | | | | |
| Ensino Médio | | | | | | |

| | | | | | | |
|--------------------|------------------------------|---------------|----------------|-----------------|----------------|---------------|
| Graduação | | 01 | | | | |
| Aperfeiçoamento | | | | | | |
| Especialização | | | | | | |
| Mestrado | | | | | | |
| Doutorado | | | | | | |
| Totais | | 01 | | | | |
| Titulação | Regime de trabalho T - 25 | Ano I 2010 | Ano II 2011 | Ano III 2012 | Ano IV 2013 | Ano V 2014 |
| Reitoria | | | | | | |
| Ensino Médio | | | | | | |
| Graduação | | 01 | | | | |
| Aperfeiçoamento | | | | | | |
| Especialização | | | | | | |
| Mestrado | | 01 | | | | |
| Doutorado | | | | | | |
| Pós-Doutorado | | | | | | |
| Totais | | 02 | | | | |
| Titulação | Regime de trabalho T - 30 | Ano I 2010 | Ano II 2011 | Ano III 2012 | Ano IV 2013 | Ano V 2014 |
| Campus João Pessoa | | | | | | |
| Ensino Médio | | | | | | |
| Graduação | | 02 | | | | |
| Especialização | | 01 | | | | |
| Mestrado | | 01 | | | | |
| Doutorado | | | | | | |
| Totais | | 04 | | | | |

| Campus Sousa | | | | | | |
|---------------------|----------------------------|---------------|----------------|-----------------|----------------|---------------|
| Ensino Médio | | 01 | | | | |
| Graduação | | 01 | | | | |
| Aperfeiçoamento | | | | | | |
| Especialização | | | | | | |
| Mestrado | | | | | | |
| Doutorado | | | | | | |
| Totais | | 02 | | | | |
| Titulação | Regime de trabalho T-40 | Ano I 2010 | Ano II 2011 | Ano III 2012 | Ano IV 2013 | Ano V 2014 |
| Reitoria | | | | | | |
| Ensino Fundamental | | 01 | | | | |
| Ensino Médio | | 19 | 10 | 10 | 10 | 10 |
| Graduação | | 48 | 10 | 10 | 05 | 05 |
| Aperfeiçoamento | | 02 | | | | |
| Especialização | | 29 | | | | |
| Mestrado | | 02 | | | | |
| Doutorado | | | | | | |
| Pós-Doutorado | | | | | | |
| Totais | | 101 | 20 | 20 | 15 | 15 |
| Campus João Pessoa | | | | | | |
| Alfabetizado | | 1 | | | | |
| Fundamental Incomp. | | 3 | | | | |
| Fundamental | | 5 | | | | |
| Ensino Médio | | 41 | 15 | 15 | 15 | 15 |
| Graduação | | 32 | 10 | 10 | 10 | 10 |

| | | | | | | |
|------------------------------|--|-----|----|----|----|----|
| Aperfeiçoamento | | | | | | |
| Especialização | | 35 | | | | |
| Mestrado | | 04 | | | | |
| Doutorado | | | | | | |
| Pós-Doctor | | | | | | |
| Totais | | 121 | 25 | 25 | 25 | 25 |
| Campus Cabedelo | | | | | | |
| Ensino Médio | | 02 | 10 | 10 | 10 | 05 |
| Graduação | | 01 | 05 | 05 | 05 | 05 |
| Especialização | | | | | | |
| Mestrado | | | | | | |
| Doutorado | | | | | | |
| Totais | | 03 | 15 | 15 | 15 | 15 |
| Campus Campina Grande | | | | | | |
| Ensino Fundamental | | 01 | | | | |
| Ensino Médio | | 08 | 08 | 08 | 08 | 08 |
| Graduação | | 10 | 05 | 05 | 05 | 05 |
| Especialização | | 05 | | | | |
| Mestrado | | | | | | |
| Doutorado | | | | | | |
| Totais | | 24 | 13 | 13 | 13 | 13 |
| Campus Patos | | | | | | |
| Ensino Médio | | 01 | 10 | 10 | 10 | 05 |
| Graduação | | | 05 | 05 | 05 | 05 |
| Especialização | | | | | | |
| Mestrado | | | | | | |

| | | | | | | |
|-------------------------------|--|----|----|----|----|----|
| Doutorado | | | | | | |
| Totais | | 01 | 15 | 15 | 15 | 15 |
| Campus Picuí | | | | | | |
| Ensino Médio | | 01 | 10 | 10 | 10 | 05 |
| Graduação | | 01 | 05 | 05 | 05 | 05 |
| Especialização | | | | | | |
| Mestrado | | | | | | |
| Doutorado | | | | | | |
| Totais | | 02 | 15 | 15 | 15 | 15 |
| Campus Princesa Isabel | | | | | | |
| Ensino Médio | | | 10 | 10 | 10 | 05 |
| Graduação | | 01 | 05 | 05 | 05 | 05 |
| Especialização | | | | | | |
| Mestrado | | | | | | |
| Doutorado | | | | | | |
| Totais | | 01 | 15 | 15 | 15 | 15 |
| Campus Monteiro | | | | | | |
| Ensino Médio | | | 10 | 10 | 10 | 05 |
| Graduação | | 01 | 05 | 05 | 05 | 05 |
| Especialização | | 01 | | | | |
| Mestrado | | | | | | |
| Doutorado | | | | | | |
| Totais | | 02 | 15 | 15 | 15 | 15 |
| Campus Cajazeiras | | | | | | |
| Fundamental Incomp. | | 01 | | | | |
| Fundamental | | 02 | | | | |

| | | | | | | |
|---------------------|--|----|----|----|----|----|
| Ensino Médio | | 26 | 03 | 03 | 03 | 03 |
| Graduação | | 20 | 03 | 03 | 03 | 03 |
| Especialização | | 13 | | | | |
| Mestrado | | 02 | | | | |
| Doutorado | | | | | | |
| Totais | | 64 | 06 | 06 | 06 | 06 |
| Campus Sousa | | | | | | |
| Fundamental Incomp. | | 06 | | | | |
| Fundamental | | 05 | | | | |
| Ensino Médio | | 27 | 03 | 03 | 03 | 03 |
| Graduação | | 47 | 03 | 03 | 03 | 03 |
| Aperfeiçoamento | | | | | | |
| Especialização | | 02 | | | | |
| Mestrado | | | | | | |
| Doutorado | | | | | | |
| Totais | | 87 | 06 | 06 | 06 | 06 |

6 CORPO DISCENTE

6.1 - FORMAS DE ACESSO

Com o objetivo de diversificar as formas democráticas de ingresso no Ensino Público Federal o IFPB estabelece especificamente requisitos para cada nível ou modalidade de ensino:

- **EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO**

O ingresso na Educação Profissional Técnica de Nível Médio, dar-se-á por intermédio de teste de seleção de natureza pública, transferência de instituições

similares ou qualquer outra forma que o IFPB venha a adotar, podendo inclusive ser através de convênios com outras instituições ou sistemas de ensino.

- **EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS**

Os alunos oriundos do Ensino Fundamental Noturno na modalidade da Educação de Jovens e Adultos – EJA , da Rede Municipal de Ensino da Prefeitura de João Pessoa, ingressarão através do atendimento aos critérios estabelecidos no Termo de Convênio IFPB/PMJP consubstanciados em Edital específico O IFPB poderá oferecer vagas para a comunidade contudo, sem que haja concorrência com os candidatos acima referidos.

- **ENSINO SUPERIOR:**

O ingresso nos Cursos Superiores de Tecnologia, de Licenciatura e de Bacharelado dar-se-á exclusivamente através do ENEM, tendo como requisito a conclusão do Ensino Médio ou equivalente. Em atenção à legislação em vigor, também são ofertadas vagas remanescentes ou de desistentes para transferência escolar voluntária, para alunos de outras instituições de ensino superior que cumpram os requisitos legais para transferência, ou ainda para Graduados através de processo seletivo específico.

6.2 - PROGRAMAS DE APOIO PEDAGÓGICO E FINANCEIRO

Visando ao estabelecimento de uma política que assegure a permanência dos alunos na Instituição, principalmente aqueles com dificuldades de aprendizagem e/ou com problemas financeiros, O Instituto mantém um programa de Bolsas de Trabalho, com natureza assistencial, que contempla os mais carentes e um outro programa de Monitoria que contempla alunos que possuam habilidades específicas. Mantém ainda um programa de Bolsas de Extensão e de Pesquisa.

No aspecto pedagógico o Instituto trabalha com os Conselhos de Classe e os Núcleos de Recuperação da Aprendizagem, que tem como objetivo acompanhar o processo de ensino-aprendizagem atendendo principalmente os alunos com dificuldades de permanência na Instituição.

6.3 - ESTÍMULO À PERMANÊNCIA (PROGRAMA DE NIVELAMENTO, ATENDIMENTO PSICO-PEDAGÓGICO):

Reduzir o desperdício escolar se constitui um grande desafio institucional considerando a diversidade da oferta de ensino e as dificuldades de natureza social e econômica. No intuito de minimizar o processo de evasão e retenção o IFPB desenvolve programas de natureza assistencial, estimulando a permanência do aluno no convívio escolar. Os principais são:

- I – Programas de apoio a permanência na Instituição;
- II – Programas de natureza pedagógica para minimizar o processo de evasão e reprovação escolar, e
- III – Programa de Bolsas, atendendo a política de Ensino, Pesquisa e Extensão.
- IV – Programa de educação inclusiva, e
- V – Programa de atualização para o mundo do trabalho

Para tanto o Instituto conta com uma equipe multidisciplinar qualificada de pedagogos, técnicos educacionais, psicólogos e assistentes sociais, além de infraestrutura adequada com Gabinete Médico Odontológico, Restaurante Estudantil, Biblioteca, Núcleos de Aprendizagem e Laboratórios. Há que se destacar ainda, a formação dos Conselhos Escolares e o desenvolvimento de atividades esportivas e culturais.

O Instituto há de perseguir a meta de reduzir o desperdício escolar implantando e aperfeiçoando nos próximos anos programas existentes, como:

- I – Programa de auxílio transporte;
- II – Programa de material didático e uniforme escolar;
- III – Programa de alimentação;
- IV – Programa de Bolsa Permanência, e
- V – Programa de Residência Estudantil

6.4 - ORGANIZAÇÃO ESTUDANTIL (ESPAÇO PARA PARTICIPAÇÃO E CONVIVÊNCIA ESTUDANTIL)

Os alunos do Instituto Federal da Paraíba estão contemplados com ampla participação na Gestão através da constituição dos Centros Acadêmicos dos

Cursos, do Grêmio Técnico Estudantil e do Diretório Central dos Estudantes. Além destes órgãos de representação estudantil, de livre constituição, os alunos ainda se fazem representar no Conselho Superior do Instituto, no Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, no Colegiado dos Cursos, e no Conselho Diretor de cada Campus, onde exercem livremente sua cidadania contribuindo com sua postura crítica para a inserção de idéias que traduzam avanços para a administração e o ensino na Instituição.

6.5 - ACOMPANHAMENTO DOS EGRESSOS

O acompanhamento de egressos é um mecanismo de singular importância para a retroalimentação do currículo escolar e também para que o Instituto possa avaliar o desempenho de seus alunos e o seu próprio desempenho.

Neste sentido o Instituto Federal da Paraíba mantém um cadastro atualizado das empresas parceiras e dos alunos que concluem os cursos e ingressam no mundo de trabalho, possibilitando o acompanhamento, embora que de forma ainda incipiente, dos seus egressos. Promove também bianualmente o Encontro de Egressos.

7 ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

7.1 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

A Gestão do Instituto Federal da Paraíba está organizada administrativamente através da seguinte estrutura:

I. COLEGIADOS

- a) Conselho Superior;
- b) Colégio de Dirigentes; e
- c) Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão;

II. REITORIA

- a) Gabinete;
- b) Pró-Reitorias:

- i) Pró-Reitoria de Ensino;
 - ii) Pró-Reitoria de Extensão;
 - iii) Pró-Reitoria de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação;
 - iv) Pró-Reitoria de Administração e Planejamento; e
 - v) Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional e Interiorização.
- c) Diretorias Sistêmicas;
 - d) Procuradoria Federal;
 - e) Auditoria Interna, e
 - f) Ouvidoria

III - CAMPI, que para fins da legislação educacional, são considerados sedes.

7.1.1 - DA REITORIA

A Reitoria será exercida por um Reitor, escolhido em processo eletivo pelos servidores do quadro ativo permanente (docentes e técnico-administrativos) e pelos estudantes regularmente matriculados, nomeado na forma da legislação vigente, para um mandato de 04 (quatro) anos, contado da data da posse, sendo permitida uma recondução.

A nomeação do Reitor deverá levar em consideração a indicação feita pela comunidade escolar, mediante processo eletivo, nos termos da legislação vigente.

O Reitor será nomeado pelo Presidente da República, para mandato de 4 (quatro) anos, permitida uma recondução, após processo de consulta à comunidade escolar do Instituto Federal da Paraíba, atribuindo-se o peso de 1/3 (um terço) para a manifestação do corpo docente, de 1/3 (um terço) para a manifestação dos servidores técnico-administrativos e de 1/3 (um terço) para a manifestação do corpo discente.

Poderão candidatar-se ao cargo de Reitor os docentes pertencentes ao Quadro de Pessoal Ativo Permanente de qualquer dos campi que integram o Instituto Federal da Paraíba, desde que possuam o mínimo de 5 (cinco) anos de efetivo exercício em instituição federal de educação profissional e tecnológica e que atendam a, pelo menos, um dos seguintes requisitos:

- I - possuir o título de doutor; ou

II - estar posicionado nas Classes DIV ou DV da Carreira do Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, ou na Classe de Professor Associado da Carreira do Magistério Superior.

Ao Reitor compete representar o Instituto Federal da Paraíba, em juízo ou fora dele, bem como administrar, gerir, coordenar e superintender as atividades da Instituição.

Nos impedimentos e nas ausências eventuais do Reitor, a Reitoria será exercida pelo seu substituto legal designado na forma da legislação pertinente.

A vacância do cargo de Reitor decorrerá de:

- I. exoneração em virtude de processo disciplinar;
- II. demissão, nos termos da Lei nº. 8.112, de 11 de dezembro de 1990;
- III. posse em outro cargo inacumulável;
- IV. renúncia;
- V. aposentadoria;
- VI. término do mandato, ou
- VII. falecimento.

Nos casos de vacância previstos nos incisos deste artigo, assumirá a Reitoria o seu substituto legal, com a incumbência de promover, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, o processo de consulta à comunidade para eleição do novo Reitor.

A Reitoria é o órgão executivo do Instituto Federal da Paraíba, cabendo-lhe a administração, a coordenação e a supervisão de todas as atividades da autarquia.

Os Diretores-Gerais dos Campi respondem solidariamente com o Reitor por seus atos de gestão, no limite da delegação.

7.1.2 – DA SECRETARIA

A Secretaria é um órgão de apoio aos serviços da Reitoria, sendo responsável pela organização e controle das demandas do Reitor,

7.1.3 - DO GABINETE

O Gabinete é um órgão ligado diretamente ao Reitor, dirigido por um Chefe por ele nomeado, sendo responsável por organizar, assistir, coordenar, fomentar e

articular a ação política e administrativa da Reitoria. Tem como principais competências e atribuições:

A organização administrativa do Gabinete conta com os seguintes órgãos de apoio:

- I – Coordenação de Cerimonial e Eventos
- II – Coordenação de Comunicação Social

7.1.4 - DAS DIRETORIAS SISTÊMICAS

As diretorias sistêmicas, dirigidas por Diretores nomeados pelo Reitor, são órgãos responsáveis por planejar, coordenar, executar e avaliar os projetos e atividades na sua área de atuação. As Diretorias Sistêmicas estão subordinadas às Pró-reitorias onde estão instaladas

7.1.5 - DA AUDITORIA INTERNA

A Auditoria Interna é o órgão de controle responsável por fortalecer e assessorar a gestão, bem como racionalizar as ações do Instituto Federal da Paraíba e prestar apoio, dentro de suas especificidades no âmbito da Instituição, aos Órgãos do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal e ao Tribunal de Contas da União, respeitada a legislação pertinente.

7.1.6 Da Procuradoria Federal

A Procuradoria Federal é órgão de execução da Procuradoria Geral Federal responsável pela representação judicial e extrajudicial e pelas atividades de consultoria e assessoramento jurídicos, a apuração da liquidez e certeza dos créditos de qualquer natureza, inerentes às suas atividades, inscrevendo-os em dívida ativa, para fins de cobrança amigável ou judicial, observada a legislação pertinente.

7.1.7 Da Ouvidoria

A Ouvidoria é um órgão de assessoria à Reitoria para intermediar a relação entre a Administração, os servidores e público externo, garantindo o acesso a

informação, através do estabelecimento de um canal permanente de comunicação e de encaminhamento das questões inerentes a administração pública.

7.1.8 - Do Departamento de Pesquisa Institucional

O Departamento de Pesquisa Institucional é responsável pela coordenação dos trabalhos de coleta, processamento e disseminação de dados e informações educacionais no âmbito do IFPB articulando-se com as várias instâncias do Instituto e os trabalhos de elaboração de indicadores de gestão acadêmica

7.1.9 – Da Comissão Permanente do Pessoal Docente

A Comissão Permanente do Pessoal Docente (CPPD) é o órgão responsável pela análise dos processos de progressão funcional dos docentes e tem sua atuação regulada pelo 94.664/87 e legislação complementar.

7.1.10 – Da Comissão Interna de Supervisão do PCCTAE

A Comissão Interna de Supervisão do Plano de Cargo e Carreira do Técnico Administrativo em Educação, o órgão responsável pelo acompanhamento de sua implantação, cabendo-lhe a fiscalização e avaliação no âmbito do IFPB.

7.1.11- Da Comissão Permanente de Concursos Públicos

A Comissão Permanente de Concursos Públicos (COMPEC), é o órgão responsável pela organização dos Concursos Públicos realizados pela Instituição, cabendo-lhe a responsabilidade pela elaboração e aplicação dos instrumentos de avaliação e a divulgação dos resultados.

7.1.12 - DAS PRÓ-REITORIAS

As Pró-Reitorias são dirigidas por Pró-Reitores nomeados pelo Reitor, sendo órgãos executivos que planejam, superintendem, coordenam, fomentam e acompanham as atividades referentes às dimensões:

- I - Ensino;
- II - Administração e Planejamento;
- III - Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação;
- IV – Extensão, e

V - Desenvolvimento Institucional e Interiorização.

7.1.12.1 - DA PRÓ-REITORIA DE ENSINO

A Pró-Reitoria de ensino tem em sua organização administrativa os seguintes órgãos:

- I – Diretoria de Educação Profissional;
- II – Diretoria de Educação Superior;
- III – Diretoria de Educação à Distância e Programas Especiais;
- IV – Diretoria de Articulação Pedagógica Assuntos Estudantis;
- V – Departamento de Assuntos Estudantis;
- VII – Assistente da Pró-Reitoria;
- VIII – Secretaria da Pró-Reitoria;
- IX – Departamento de Registros Acadêmicos, Certificações e Diplomação;
- X – Coordenação de Educação à Distância;
- XI - Coordenação do Núcleo de Aprendizagem Virtual;
- XII – Coordenação de Projetos Especiais;
- XIII – Coordenação de Currículos;
- XIV – Coordenação de Legislação Educacional;
- XV – Coordenação de Educação Especial;
- XVI – Coordenação de Assistência Social ao Estudante; e
- XVII – Coordenação de Bibliotecas

7.1.12.2 - DA PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO.

A Pró-Reitoria de Administração e Planejamento tem a seguinte estrutura administrativa:

- I – Assistente da Pró-Reitoria;
- II – Secretaria da Pró-Reitoria;
- III – Diretoria de Gestão de Pessoas ;
- IV – Coordenação de Apoio à Gestão de Pessoas;
- V – Coordenação de Análise de Processos;

VI - Departamento de Cadastro, Acompanhamento e Produção da Folha de Pagamento de Pessoal;

VII – Coordenação de Cadastro;

VIII – Coordenação de Aposentadoria e Pensões;

IX – Coordenação de Produção da Folha de Pagamento;

X – Departamento de Desenvolvimento de Pessoas;

XI - Coordenação de Capacitação e Qualificação de Pessoas;

XII - Coordenação de Dimensionamento e Avaliação de Desempenho;

XIII – Coordenação de Assistência ao Servidor;

XIV – Diretoria de Administração;

XV – Departamento de Orçamento, Contabilidade e Finanças;

XVI – Coordenação de Execução Orçamentária;

XVII – Coordenação de Execução Financeira;

XVIII – Coordenação de Contratos, Convênios e Prestação de Contas;

XIX – Departamento de Administração de Materiais e Recursos Patrimoniais;

XX – Coordenação de Almoxarifado e Patrimônio;

XXI – Coordenação de Compras e Licitação;

XXII – Departamento de Comunicação, Manutenção e Logística;

XXIII – Coordenação de Protocolo;

XXIV – Coordenação de Memória e Arquivo;

7.1.12.3 - DA PRÓ- REITORIA DE PESQUISA, INOVAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO

A Pró-Reitoria de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação está organizada administrativamente pelos seguintes órgãos:

I – Assistente da Pró-Reitoria;

II – Secretaria da Pró-Reitoria;

III - Diretoria de Pesquisa;

IV – Diretoria de Pós-Graduação;

V – Coordenação do Núcleo de Inovação Tecnológica;

VI – Coordenação de Bolsas de Pesquisa e Iniciação Científica;

VII – Coordenação do Núcleo de Pesquisa e Pós-Graduação;

- VIII – Coordenação de Pós-Graduação Lato-Sensu;
- IX – Coordenação de Pós-Graduação Strito-Sensu;
- X – Comitê de Ética em Pesquisa; e
- XI – Conselho Editorial.

7.1.12.4 - DA PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO

A Pró-Reitoria de Extensão está organizada administrativamente com os seguintes órgãos:

- I – Assistente da Pró-Reitoria;
- II – Secretaria da Pró-Reitoria;
- III – Diretoria de Gestão das Atividades de Extensão;
- IV – Diretoria de Extensão Tecnológica e Assuntos Comunitários;
- V – Coordenação Administrativa do Núcleo de Extensão e Educação Profissional - NEEP;
- VI – Coordenação de Supervisão e Avaliação das Atividades de Extensão;
- VII - Coordenação de Registro e Gerenciamento de Projetos;
- VIII - Coordenação de Assuntos Comunitários, e
- IX - Coordenação de Extensão Tecnológica.

7.1.12.5 - DA PRÓ-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL E INTERIORIZAÇÃO

A Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional e Interiorização está organizada administrativamente com os seguintes órgãos:

- I – Assistente da Pró-Reitoria;
- II – Secretaria da Pró-Reitoria;
- III – Diretoria de Tecnologia da Informação
- IV – Diretoria de Gerenciamento e Fiscalização de Obras
- V – Diretoria de Planejamento Institucional e Interiorização
- VI – Coordenação de Obras
- VII – Coordenação de Projetos de Arquitetura
- VIII – Coordenação de Normas e Procedimentos Administrativos

IX –Coordenação de Avaliação e Projetos Institucionais

X – Coordenação de Infra-estrutura e Manutenção de Redes

XI –Coordenação de Gerenciamento e Desenvolvimento de Sistemas

7.1.13 - Dos Campi

Os Campi do Instituto Federal da Paraíba são administrados por Diretores-Gerais e têm seu funcionamento estabelecido pelo Regimento Geral.

Os Diretores-Gerais são escolhidos e nomeados de acordo com o que determina o art. 13 da Lei nº. 11.892/2008, para mandato de 04 (quatro) anos, contado da data da posse, sendo permitida uma recondução.

O Diretor-Geral do campus poderá propor à Reitoria a criação de núcleos avançados em municípios situados na micro-região do Estado da Paraíba, onde se situa ou do pólo da rede, após consulta ao respectivo Conselho Diretor.

Cada campus terá um Conselho Diretor, como seu órgão máximo, de caráter consultivo e deliberativo, presidido pelo Diretor-Geral.

O campus terá um Regimento Interno elaborado de acordo com as suas especificidades, aprovado pelo seu Conselho Diretor e submetido à apreciação e deliberação do Conselho Superior do Instituto Federal da Paraíba.

A organização geral dos Campi do Instituto Federal da Paraíba compreende:

- I - Conselho Diretor;
- II - Diretoria Geral;
- III - Diretorias;
- IV – Departamentos administrativos e acadêmicos;
- V - Coordenações acadêmicas e administrativas;
- VI - Assessoria Jurídica;
- VII – Ouvidoria;e
- VIII – Auditoria Interna

O Conselho Diretor do Campus tem a seguinte composição:

- I – o Diretor-Geral do Campus, como Presidente;

- II – dois representantes dos docentes;
- III - dois representantes dos técnicos administrativos
- IV - dois representantes dos discentes;
- V – um representante da área técnico-pedagógica;
- VI - um representante da administração acadêmica pertencente ao segmento docente;
- VII - um representante da administração pertencente ao segmento dos técnico administrativos;
- VIII – um representante das Coordenações dos Cursos; e
- IX – dois representantes da sociedade civil, e
- X – Um representante de pais de alunos

Os representantes referentes aos Incisos II, III e IV serão indicados em processo eletivo, a partir de consulta aos respectivos segmentos .

Todos os membros do Conselho Diretor serão designados pelo Reitor para um mandato de dois anos, com direito a recondução por mais um mandato.

7.2 ORGANOGRAMA INSTITUCIONAL E ACADÊMICO

Vide Anexo I a VI

7.3 - ÓRGÃOS COLEGIADOS: ATRIBUIÇÕES, COMPETÊNCIAS E COMPOSIÇÃO

7.3.1 - Do Conselho Superior

O Conselho Superior, de caráter consultivo e deliberativo, é o órgão máximo do Instituto Federal da Paraíba, tendo a seguinte composição:

- I. o Reitor, como presidente;
- II. uma representação de cada Campus, destinada ao corpo docente, eleita por seus pares, na forma regimental;
- III. uma representação de cada Campus, destinada ao corpo discente, eleita por seus pares, na forma regimental;
- IV. uma representação de cada Campus, destinada ao corpo técnico-administrativos, eleita por seus pares, na forma regimental;

- V. 02 (dois) representantes dos egressos, indicados por entidades representativas;
- VI. 06 (seis) representantes da sociedade civil, sendo 02 (dois) indicados por entidades patronais, 02 (dois) indicados por entidades dos trabalhadores, 02 (dois) representantes do setor público e/ou empresas estatais, indicados pelas entidades e nomeados pelo Reitor;
- VII. 01 (um) representante do Ministério da Educação, indicado pelo respectivo Ministério e nomeado pelo Reitor; e
- VIII. uma representação dos diretores-gerais de cada C campus.

Os membros do Conselho Superior (titulares e suplentes), de que tratam os incisos II, III, IV, V e VIII, serão designados por ato do Reitor.

Os mandatos serão de 02 (dois) anos, permitida uma recondução para o período imediatamente subsequente, excetuando-se os membros natos, de que tratam os incisos I, VII e VIII.

Ocorrendo o afastamento definitivo de qualquer dos membros do Conselho Superior, assumirá o respectivo suplente para a complementação do mandato originalmente estabelecido.

O Conselho Superior reunir-se-á, ordinariamente, a cada dois meses e, extraordinariamente, quando convocado por seu Presidente ou por 1/3 (um terço) de seus membros ou, ainda pela comunidade, através de requerimento com uma representação mínima de 20%, em pelo menos 05 (cinco) Campi.

O Conselho Superior terá o apoio de uma secretaria e um órgão de assessoramento técnico, na forma do seu regimento interno.

O Conselho Superior tomará suas decisões com base em pareceres emitidos por relatores por ele designados.

São competências do Conselho Superior:

- I. aprovar as diretrizes para atuação do Instituto Federal da Paraíba e zelar pela execução de sua política educacional;
- II. aprovar as normas e coordenar o processo de consulta à comunidade escolar para escolha do Reitor do Instituto Federal da Paraíba e dos

Diretores-Gerais dos Campi, em consonância com o estabelecido nos arts. 12 e 13 da Lei nº 11.892/2008;

- III. aprovar o plano de desenvolvimento institucional e de ação;
- IV. apreciar e recomendar a proposta orçamentária anual;
- V. aprovar regulamentos internos e normas disciplinares;
- VI. aprovar normas relativas à acreditação e à certificação de competências profissionais, nos termos da legislação vigente;
- VII. autorizar o Reitor a conferir títulos de mérito acadêmico;
- VIII. apreciar as contas do exercício financeiro e o relatório de gestão anual, emitindo parecer conclusivo sobre a propriedade e regularidade dos registros;
- IX. deliberar sobre taxas, emolumentos e contribuições por prestação de serviços em geral, a serem cobrados pelo Instituto Federal da Paraíba;
- X. autorizar a criação e extinção de cursos no âmbito do Instituto Federal da Paraíba, bem como o registro de diplomas;
- XI. aprovar a estrutura administrativa e o Regimento Geral do Instituto Federal da Paraíba, observados os parâmetros definidos pelo Governo Federal e legislação específica;
- XII. Deliberar sobre a política de capacitação a ser estabelecida a cada ano para os servidores docentes e técnico-administrativos de todo o Instituto Federal da Paraíba, de tal forma que seja incrementado o incentivo ao constante processo de aperfeiçoamento e capacitação do seu quadro de servidores; e
- XII. deliberar sobre questões submetidas a sua apreciação.

O Conselho Superior dividir-se-á em Câmaras Especializadas, havendo obrigatoriamente as de Orçamento e Finanças; de Ensino; de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação; de Extensão; de Legislação e Normas; e de Assistência Estudantil.

O regimento interno do Conselho Superior disporá sobre a ordem dos trabalhos e sobre a composição e funcionamento das diversas câmaras.

7.3.2 - DO COLÉGIO DE DIRIGENTES

O Colégio de Dirigentes, de caráter consultivo, é o órgão de apoio ao processo decisório da Reitoria, possuindo a seguinte composição:

- I o Reitor, como presidente;
- II os Pró-Reitores; e
- III os Diretores-Gerais dos *Campi*.

O Colégio de Dirigentes reunir-se-á, ordinariamente, a cada dois meses e, extraordinariamente, quando convocado por seu Presidente ou por 2/3 (dois terços) de seus membros.

Na falta ou impedimento do titular assumirá seu substituto legal.

O Colégio de Dirigentes terá o apoio de uma secretaria e de um órgão de assessoramento técnico.

São competências do Colégio de Dirigentes:

- I. apreciar e recomendar a distribuição interna de recursos;
- II. apreciar e recomendar as normas para celebração de acordos, convênios e contratos, bem como para elaboração de cartas de intenção ou de documentos equivalentes;
- III. apresentar a criação e alteração de funções e órgãos administrativos da estrutura organizacional do Instituto Federal da Paraíba;
- IV. apreciar e recomendar o calendário de referência anual;
- V. apreciar e recomendar normas de aperfeiçoamento da gestão; e
- VI. apreciar os assuntos de interesse da administração do Instituto Federal a ele submetidos.

7.3.3 - DO CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

O Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE) é um órgão colegiado, normativo, consultivo e deliberativo em matéria de Ensino, Pesquisa e Extensão, com a seguinte composição:

- I. Pró-Reitor de Ensino;
- II. Pró-Reitor de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação;
- III. Pró-Reitor de Extensão;

- IV. um representante das Diretorias de Ensino dos Campi, eleito pelos seus pares;
- V. um representante dos Departamentos ou Coordenações de Pesquisa e Extensão dos Campi, eleito por seus pares;
- VI. um representantes dos docentes dos programas de pós-graduação, eleito por seus pares;
- VII. dois representantes dos docentes dos cursos da Instituição, com exercício de atividades em sala de aula, eleitos por seus pares;
- VIII. um representante da equipe pedagógica, indicado por seus pares;
- IX. um representante discente indicado pelas entidades estudantis;
- X. um docente representante dos programas de pesquisa, eleito por seus pares;
- XI. um docente representante dos programas de extensão, eleito por seus pares;
- XII. um discente representante dos programas de pesquisa, eleito por seus pares;
- XIII. um discente representante de programas de extensão, eleito por seus pares; e
- XIV. um representante da Fundação de Apoio da Instituição.

Juntamente com os conselheiros representantes, serão eleitos ou indicados suplentes que completarão o mandato, em caso de impedimento definitivo do titular representante.

O mandato dos conselheiros representantes e respectivos suplentes será de 2 (dois) anos permitida, a recondução consecutiva por mais 2 (dois) anos.

O mandato dos demais conselheiros deverá coincidir com o exercício do cargo no Instituto Federal da Paraíba.

O CEPE é composto pelas Câmaras de Ensino, de Pesquisa, de Inovação e de Pós-Graduação e de Extensão, cujas competências serão definidas em seu Regulamento Interno.

São competências e atribuições do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão :

- I. elaborar, aprovar e alterar seu Regimento Interno, submetendo-o à apreciação do Conselho Superior;
- II. apreciar medidas que visem à expansão e ao aperfeiçoamento do ensino, da pesquisa e da extensão;
- III. apreciar as políticas de formação e de aperfeiçoamento dos servidores;
- IV. emitir pareceres sobre assuntos de ensino, pesquisa e extensão, que lhes sejam submetidos pelo Reitor, Pró-Reitores e Diretores Gerais do IFPB;
- V. recomendar ao Conselho Superior a criação e/ou extinção de cursos da educação básica e profissional, graduação e pós-graduação no IFPB;
- VI. apreciar e submeter ao Conselho Superior as diretrizes para o ensino, a pesquisa e a extensão, no IFPB;
- VII. apreciar e submeter ao Conselho Superior estudos sobre elaboração e reformulação de currículos dos cursos da educação básica e profissional, graduação e pós-graduação no IFPB;
- VIII. apreciar e emitir pareceres sobre os Projetos Pedagógicos de Cursos (PPC) do IFPB;
- IX. apreciar e encaminhar ao Conselho Superior estudos sobre a implantação e reformulação de programas de bolsas de pesquisa e de extensão;
- X. apreciar e emitir pareceres, quando solicitados, sobre contratos, acordos e convênios institucionais referentes ao ensino, à pesquisa, à inovação e à extensão, observada a legislação específica;
- XI. apreciar e emitir pareceres sobre propostas relativas a taxas, contribuições e emolumentos a serem cobrados pelos Cursos da Instituição;
- XII. apreciar e emitir pareceres referente a reconhecimento de títulos e diplomas de pós-graduação obtidos em outras instituições, observada a legislação em vigor;
- XIII. emitir parecer, quando solicitado, sobre a participação do IFPB em programas de cooperação com entidades nacionais e internacionais;
- XIV. apreciar e encaminhar ao Conselho Superior os critérios para participação de servidores e alunos em atividades relacionadas a projetos de ensino, pesquisa ou extensão, para efeito de concessão de bolsas ou liberação para participação, observando a legislação pertinente;

- XV. apreciar e emitir parecer prévio ao Conselho Superior sobre o Plano de Desenvolvimento Institucional, bem como sobre seus respectivos documentos complementares, assim como suas alterações;
- XVI. apreciar formas de acompanhamento e de avaliação dos cursos;
- XVII. apreciar e encaminhar ao Conselho Superior proposta dos Regulamentos do Ensino Básico e da Educação Profissional, do Ensino de Graduação e de Pós-Graduação;
- XVIII. apreciar e submeter ao Conselho Superior a criação de câmaras e/ou comissões, permanentes ou temporárias, para estudos de assuntos específicos;
- XIX. julgar recursos das decisões proferidas por Câmaras de Ensino, Pesquisa e Extensão sistêmicas ou no âmbito dos Campi;
- XX - emitir parecer sobre normas relativas à acreditação e à certificação de competências profissionais, nos termos da legislação vigente;
- XXI – elaborar regulamento estabelecendo os critérios para seleção de pessoal discente em todas as modalidades de ensino e encaminhar ao Conselho Superior para aprovação; e
- XXII – encaminhar ao Conselho Superior proposta de valores remuneratórios das Bolsas de ensino, pesquisa e extensão, para programas da instituição.

7.4 ÓRGÃOS DE APOIO ÀS ATIVIDADES ACADÊMICAS

Os órgãos de apoio às atividades acadêmicas têm sua estrutura, competências e atribuições definidas no Regimento Geral do Instituto. Os principais são: As Diretorias de Educação Profissional, de Ensino Superior e de Articulação Pedagógica, a Coordenação de Cadastro, Registro e Controle Acadêmico, todos instalados na Reitoria. As Diretorias e os Departamentos de Ensino, as Coordenações de Unidades Acadêmicas e de Cursos, e/ou áreas, as Coordenações Pedagógicas e de Apoio ao Estudante, todos instalados nos Campi que compõem o Instituto.

7.5 AUTONOMIA DA IES EM RELAÇÃO À MANTENEDORA

A autonomia do **Instituto Federal da Paraíba** está definida nos termos da Lei nº. 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que vincula o Instituto ao Ministério da Educação, atribuindo natureza jurídica de autarquia, sendo detentor

de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar e, para efeito da incidência das disposições que regem a regulação, avaliação e supervisão da instituição e dos cursos de educação superior, o Instituto Federal da Paraíba é equiparado às universidades federais, com administração de forma descentralizada, por meio de gestão delegada, em consonância com os termos do art. 9º da Lei nº. 11.892/2008, conforme disposto no Regimento Geral.

7.6 RELAÇÕES E PARCERIAS COM A COMUNIDADE, INSTITUIÇÕES E EMPRESAS

O organograma do IFPB dispõe de instâncias e órgãos deliberativos encarregados de promover a política de interface com os setores produtivos da sociedade paraibana e brasileira, de modo a traçar a radiografia atualizada do comportamento do mundo do trabalho e avaliar a dinâmica da realidade econômica, em seu constante processo de evolução e mutabilidade.

Tais componentes são indispensáveis para se definir o perfil, as habilidades e competências dos futuros trabalhadores a serem aproveitados no competitivo mundo do trabalho. A modelagem dos cursos se dá a partir da auscultação dessas variáveis, que são primordiais para o desenho da matriz curricular dos cursos profissionais ofertados à sociedade, e constituem a essência substantiva para a atualização das abordagens temáticas e aprimoramento das bases programáticas, assim como para a concepção de novos cursos.

Neste sentido o IFPB tem estreitado relações com o mundo empresarial, buscando estabelecer parcerias que proporcione a troca de experiências tecnológicas e oportunize aos seus alunos uma visão prática do mundo do trabalho, permitindo a sua inserção em atividades profissionais e a retroalimentação curricular.

As principais parcerias estabelecidas são as seguintes:

TABELA XXIV - TERMOS DE ACORDO / ANO 2008

| ENTIDADE | Nr. | PERÍODO |
|---|------------|-------------------------|
| AGEMTE - Assessoria de Grupo Especializado Multidisciplinar Tecnologia e Extensão | 011/2008 | 07/01/2009 à 07/01/2014 |
| Prefeitura Municipal de Duas Estradas | 010/2008 | 17/12/2008 à 17/12/2013 |
| Paróquia Nossa Senhora da Conceição | 009/2008 | 14/11/2008 à 14/11/2013 |

| | | |
|--|----------|-------------------------|
| Cooperativa dos Armadores de Pesca e Agricultura do Estado da Paraíba | 008/2008 | 03/11/2008 à 03/11/2013 |
| Ordem dos Advogados do Brasil | 007/2008 | 13/10/2008 à 13/10/2013 |
| Corpo de Bombeiros Militar do Estado da Paraíba | 006/2008 | 13/10/2008 à 13/10/2013 |
| Birô de Atenção Solidária e Ecológica | 005/2008 | 03/06/2008 à 03/06/2013 |
| Prefeitura Municipal do Conde | 004/2008 | 03/06/2008 à 03/06/2013 |
| Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária do Estado da Paraíba | 001/2008 | 27/03/2008 à 27/03/2013 |
| Associação dos Pequenos Produtores do Alto Sertão Paraibano | 002/2008 | 22/04/2008 à 22/04/2013 |

TABELA XXV - TERMOS DE ACORDO / ANO 2007

| ENTIDADE | Nr. | PERÍODO |
|--|----------|-------------------------|
| Bentonisa - Betonita do Nordeste S/A | 029/2007 | 11/02/2008 à 11/02/2013 |
| Companhia Docas da Paraíba - DOCAS/PB | 028/2007 | 20/12/2007 à 20/12/2012 |
| Central Nordeste de Negócios LTDA | 027/2007 | 01/10/2007 à 01/10/2012 |
| Fundação de Defesa dos Direitos Humanos Margarida Maria Alves | 026/2007 | 01/10/2007 à 01/10/2012 |
| Rumos Construções Ambientais LTDA | 025/2007 | 01/10/2007 à 01/10/2012 |
| Delegacia Regional do Trabalho na Paraíba - DRT/PB | 024/2007 | 05/09/2007 à 05/09/2012 |
| Agência Executiva de Gestão das Águas do Estado da Paraíba - AESA | 023/2007 | 2007 à 2012 |
| Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - Administração Pessoal da Paraíba - SENAR/PB | 022/2007 | 2007 à 2012 |
| Organização Sociedade Civil de Interesse Público Costa do Sol | 021/2007 | 2007 à 2012 |

TABELA XXVI - TERMOS DE ACORDO / ANO 2006

| ENTIDADE | Nr. | PERÍODO |
|---|----------|-------------|
| Fundação Pedro Soares Nutto para o Desenvolvimento Comunitário de Caaporã | 010/2006 | 2006 à 2011 |
| IDEIAS - Instituto de Desenvolvimento Integrado de Associativismo Sustentável | 009/2006 | 2006 à 2011 |
| Igreja Ação Evangélica - Brasil | 008/2006 | 2006 à 2011 |
| Prefeitura Municipal de São Miguel de Taipu - PB | 007/2006 | 2006 à 2011 |
| ASTRAPA - Associação das Travestis da Paraíba | 005/2006 | 2006 à 2011 |
| Prefeitura Municipal de Serra Branca - PB | 004/2006 | 2006 à 2011 |
| Centro Espírita Luz e Vida | 003/2006 | 2006 à 2011 |
| Prefeitura Municipal de Cabedelo - PB | 003/2006 | 2006 à 2011 |
| Organização de Mulheres Negras/PB | 002/2006 | 2006 à 2011 |

TABELA XXVII - TERMOS DE ACORDO / ANO 2005

| ENTIDADE | Nr. | PERÍODO |
|--|----------|-------------|
| Prefeitura Municipal de João Pessoa - PB | 033/2005 | 2005 à 2009 |
| Agência de Desenvolvimento Solidário - ADS/CUT | 011/2005 | 2005 à 2010 |
| Prefeitura Municipal de Cajazeiras - PB | | 2005 à 2010 |
| Instituto São José/Hospital Padre Zé | 021/2005 | 2005 à 2010 |

| | | |
|---|----------|-------------|
| Fundação de Educação Tecnológica e Cultural da Paraíba – FUNETEC | 014/2005 | 2005 à 2009 |
| Prefeitura Municipal de Marcação - PB | 013/2005 | 2005 à 2010 |
| Sindicato dos Corretores de Imóveis do Estado da Paraíba - SINDIMÓVEIS-PB | 010/2005 | 2005 à 2010 |
| Prefeitura Municipal de Cabedelo | 009/2005 | 2005 à 2010 |
| ICAPE - Instituto de Capacitação ao Primeiro Emprego | 007/2005 | 2005 à 2010 |
| Polícia Militar do Estado da Paraíba | 006/2005 | 2005 à 2010 |
| Fundação de Educação Tecnológica e Cultural da Paraíba –FUNETEC | 002/2005 | 2005 à 2010 |
| Fundação de Educação Tecnológica e Cultural da Paraíba –FUNETEC | 001/2005 | 2005 à 2010 |

TABELA XXVIII - TERMOS DE ACORDO / ANO 2004

| ENTIDADE | Nr. | PERÍODO |
|--|----------|-------------|
| Prefeitura Municipal de Pedra Lavrada - PB | | 2004 à 2009 |
| Comando do 1º Agrupamento de Engenharia de Construção | 018/2004 | 2004 à 2009 |
| Fundação de Educação Tecnológica e Cultural da Paraíba – FUNETEC | 16/2004 | 2004 à 2009 |
| Fundação de Educação Tecnológica e Cultural da Paraíba - FUNETEC | 13/2004 | 2004 à 2009 |
| Congregação Holística da Paraíba | 12/2004 | 2004 à 2009 |
| Associação Acácia Pingo D'Ouro | 11/2004 | 2004 à 2009 |
| Fundação de Educação Tecnológica e Cultural da Paraíba – FUNETEC | 008/2004 | 2004 à 2009 |
| Federação das Associações de Municípios da Paraíba - FAMUP | | 2004 à 2009 |
| Fundação de Educação Tecnológica e Cultural da Paraíba – FUNETEC | 006/2004 | 2004 à 2009 |
| Fundação de Educação Tecnológica e Cultural da Paraíba – FUNETEC | 005/2004 | 2004 à 2009 |
| Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Radiodifusão e Televisão do Estado da Paraíba - STERT/PB | | 2004 à 2009 |
| Secretaria Estadual de Educação e Cultura da Paraíba e Secretaria Municipal de Educação e Cultura de João Pessoa | 001/2004 | 2006 à 2009 |
| Escola Agrotécnica Federal de Sousa - EAFS-PB | | 2004 à 2009 |

8 AUTO-AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

A avaliação institucional é uma ação pedagógica, com abordagem democrática, participativa, sistemática, processual e científica, tendo em vista o processo de autoconhecimento da instituição, destacando seus pontos fortes e detectando suas dificuldades e problemas, oportunizando a tomada de decisão.

Neste processo serão considerados o ambiente externo, partindo do contexto no setor educacional, as tendências, os riscos e as oportunidades para a Instituição e para o ambiente interno, incluindo a análise de todas as estruturas da oferta e da demanda. O resultado da avaliação no IFPB balizará a determinação dos rumos institucionais de médio prazo.

O processo de Avaliação Institucional do IFPB é coordenado pela Comissão Própria de Avaliação, observando a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394, de 20/12/1996), nas Diretrizes Curriculares Nacionais de cada curso e na Lei Federal n.º 10.861, de 14 de abril de 2004, que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES.

Os procedimentos e processos utilizados na avaliação institucional privilegiam as abordagens qualitativas e quantitativas, contribuindo com a análise e divulgação dos resultados e buscando um sistema integrado de informações acadêmicas e administrativas.

8.1 METODOLOGIA, DIMENSÕES E INSTRUMENTOS A SEREM UTILIZADOS NO PROCESSO DE AUTO-AVALIAÇÃO

As diretrizes para implantação da Auto Avaliação Institucional no âmbito do IFPB foram elaboradas visando os seguintes objetivos:

- Promover o desenvolvimento de uma cultura de avaliação no IFPB;
- Implantar um processo contínuo de avaliação institucional;
- Planejar e redirecionar as ações da Instituição a partir da avaliação institucional;
- Garantir a qualidade no desenvolvimento do ensino, pesquisa e extensão;
- Construir um planejamento institucional norteado pela gestão democrática e autônoma;
- Consolidar o compromisso social da Instituição;
- Consolidar o compromisso científico-cultural do IFPB
- Manutenção de bancos de dados da instituição, abrangendo informações relativas à avaliação das atividades de ensino, pesquisa e extensão;
- Apoio à integração dos sistemas de informação de cada curso e/ ou setor;
- Criação de mecanismos para a divulgação dos resultados obtidos nas avaliações;

- Utilização das tecnologias e recursos institucionais para o desenvolvimento das atividades.

O projeto de avaliação interna do IFPB considera as dimensões consideradas na Lei Federal n.º 10.861, de 14 de abril de 2004, que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES:

- I. A missão e o plano de desenvolvimento institucional;
- II. A política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão e as respectivas formas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, as bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades;
- III. A responsabilidade social da instituição, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural;
- IV. A comunicação com a sociedade;
- V. As políticas de pessoal, as carreiras do corpo docente e do corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho;
- VI. Organização e gestão da instituição, especialmente o funcionamento e representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação com a mantenedora, e a participação dos segmentos da comunidade universitária nos processos decisórios;
- VII. Infraestrutura física, especialmente a de ensino e de pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação;
- VIII. Planejamento e avaliação, especialmente os processos, resultados e eficácia da auto-avaliação institucional;
- IX. Políticas de atendimento aos estudantes;
- X. Sustentabilidade financeira, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da educação superior.

AVALIAÇÃO EXTERNA

Compreende os mecanismos de avaliação de responsabilidade do INEP e outros órgãos, como previstos na Lei n.º 10.861, de 14 de abril de 2004. Tais mecanismos compreendem:

- Avaliação das Instituições de Ensino Superior – AVALIES, de responsabilidade do INEP e realizado quando do processo de credenciamento da instituição como IES;
- Avaliação dos Cursos de Graduação – ACG, de responsabilidade do INEP e realizado no processo de reconhecimento ou renovação de reconhecimento dos diversos cursos de graduação da instituição;
- Avaliação de Desempenho dos Estudantes – ENADE, conforme o Art. 5º da Lei n.º 10.861;
- Avaliações da CAPES para credenciamento ou renovação de credenciamento de cursos de pós-graduação mantido pelo IFPB;
- Cadastro Nacional de Docentes;
- Censo da Educação Superior;
- Exame Nacional do Ensino Médio;
- Demais sistemas de acompanhamento e supervisão da educação.

PROCEDIMENTO METODOLÓGICO

O processo de auto-avaliação será coordenado pela Comissão Própria de Avaliação - CPA, que é um órgão de Assessoramento da Reitoria, contando com subcomissões em cada campus do instituto. A CPA tem a função de planejar, organizar, refletir e cuidar do interesse de toda a comunidade pelo processo; com a participação e envolvimento de toda a comunidade acadêmica; com o apoio dos gestores do IFPB e com a disponibilização de informações e dados confiáveis.

A avaliação institucional proposta adotará uma metodologia participativa, buscando trazer para o âmbito das discussões as opiniões de toda comunidade acadêmica, de forma aberta e cooperativa, e se dará globalmente a cada dois anos.

Para tal a Comissão Própria de Avaliação, órgão responsável pela coordenação da avaliação, será composta por representantes da comunidade

externa, do corpo técnico-administrativo, por alunos e professores e ainda, por representantes das seções sindicais dos docentes e técnicos- administrativos.

As técnicas utilizadas poderão ser seminários, painéis de discussão, reuniões técnicas e sessões de trabalho, dentre outras. Para problemas complexos poderão ser adotados métodos que preservem a identidade dos participantes.

A avaliação abrirá espaço para sugestões e avaliações espontâneas em todos os instrumentos de avaliação interna.

As seguintes etapas foram identificadas para o processo de implantação da Auto Avaliação Institucional no IFPB:

- Instalação da CPA e formação de equipe operacional em cada campus;
- Aprovação do novo regulamento da CPA definição de atribuições da equipe operacional;
- Continuação das atividades de sensibilização (encontros, seminários, etc.);
- Definição de comissões setoriais (escolha de responsáveis);
- Aprovação do roteiro do projeto de avaliação;
- Aprovação do projeto final de avaliação;
- Construção dos instrumentos de avaliação a serem utilizados;
- Treinamento da equipe operacional e das comissões setoriais;
- Execução;
- Acompanhamento;
- Coleta das informações;
- Elaboração dos relatórios parciais;
- Relatório final;
 - Novo ciclo.

8.2 FORMAS DE PARTICIPAÇÃO DE COMUNIDADE ACADÊMICA, TÉCNICA E ADMINISTRATIVA, INCLUINDO A ATUAÇÃO DA COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO – CPA, EM CONFORMIDADE COM O SISTEMA NACIONAL DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR – SINAES

A implantação do processo de Auto Avaliação Institucional no âmbito do IFPB é um marco que estabelece uma nova fronteira da instituição.

Entendendo como a busca de melhoria nos processos educacionais desenvolvidos pela instituição, e o conseqüente reflexo na sociedade, a avaliação se coloca como um instrumento auxiliar da administração escolar, visando contribuir com elementos essenciais na tomada de decisão. Neste sentido, é imperativo a participação da comunidade interna e externa, no sentido de contribuir com o engrandecimento institucional e a consolidação do IFPB como Instituição de Ensino Superior.

Para coleta das informações serão utilizados formulários de avaliação específicos para cada dimensão considerada, além da análise dos documentos relacionados como indicadores para dimensão. Os formulários serão disponibilizados via eletrônica para os professores e alunos, utilizando o sistema de controle acadêmico, gerando um banco de dados das informações. Os dados obtidos pela aplicação dos diversos formulários serão cruzados com as informações produzidas a partir dos documentos analisados, de forma a produzir uma melhor leitura do processo acadêmico da instituição.

A Auto-Avaliação Institucional é um processo contínuo, definido por ciclos periódicos, onde as dimensões serão avaliadas na sua amplitude e de forma deslocada no tempo, de forma a construir uma memória do desempenho institucional, oportunizando a melhoria das atividades acadêmicas.

Como finalização de cada fase do processo de avaliação, a CPA deve promover um balanço crítico, através de seminários e reuniões com a comunidade, visando a análise das estratégias utilizadas, das dificuldades e dos avanços que apresentaram durante o processo, e forma a planejar ações futuras.

8.3 FORMAS DE UTILIZAÇÃO DOS RESULTADOS DAS AVALIAÇÕES

O processo de auto-avaliação interna proporciona o autoconhecimento que, em si, já representa grande valor e oportunidade para a instituição, e se caracteriza como um balizador da avaliação externa, de responsabilidade do INEP.

A Avaliação Institucional proporciona análises e resultados durante praticamente todas as suas etapas, convergindo para o momento de consolidação

dos resultados no relatório final, de responsabilidade da CPA. Com a elaboração dos relatórios parciais e final da avaliação interna, será possível a elaboração de propostas de políticas institucionais e, ainda, redefinição da atuação ou da missão institucional.

Dentre as ações que podem ser redefinidas a partir do resultado do processo de auto-avaliação interna podemos destacar:

- Redefinição da oferta de cursos e/ou vagas na instituição;
- Alterações na proposta pedagógica dos diversos cursos;
- Política de capacitação de pessoal docente e técnico-administrativo;
- Política de atendimento ao discente;
- Contratação de pessoal para atender deficiências identificadas;
- Orientações nas definições orçamentárias;
- Políticas de comunicação institucional interna e externa;
- Reorientação da atuação dos grupos de pesquisa;
- Redistribuição de pessoal e otimização de recursos humanos.

9 INFRA-ESTRUTURA FÍSICA E INSTALAÇÕES ACADÊMICAS

9.1 INFRA-ESTRUTURA FÍSICA

TABELA XXIX – INFRAESTRUTURA FÍSICA

| Discriminação | Quantidade | Área | 2010 | | 2011 | | 2012 | | 2013 | | 2014 | |
|--|------------|--------|-------|-------|-------|------|-------|-------|-------|------|-------|------|
| | | | Quant | Área | Quant | Área | Quant | Área | Quant | Área | Quant | Área |
| Campus João Pessoa | | | | | | | | | | | | |
| Área de lazer | | | 01 | 100 | | | | | | | | |
| Auditório | 03 | 451 | 02 | 24 | 01 | 90 | 01 | 2.000 | | | | |
| Banheiros | 22 | 288 | | | 05 | 115 | 04 | 55 | | | | |
| Bateria de Sanitários | 02 | 99 | 01 | 400 | | | 02 | 99 | | | | |
| Biblioteca | 01 | 400 | 01 | 15 | 01 | 22 | | | | | | |
| Instal. Administrativas | | 11.065 | 18 | 1.130 | 04 | 74 | | | | | | |
| Laboratórios | 62 | 4.227 | 07 | 350 | 14 | 733 | | | 10 | 550 | | |
| Salas de aula | 42 | 2.465 | 04 | 200 | 08 | 554 | 32 | 2.000 | | | | |
| Salas de Coordenação | 18 | 999 | 22 | 620 | | | | | | | | |
| Salas de Docentes | 07 | 262 | 07 | 375 | 02 | 50 | | | | | | |
| Outros(passarelas, guarita, caixa d'água, sub-estação, depósito, circulação) | | | | | 01/4 | | 02 | 867 | | | | |

| Campus Campina Grande | | | | | | | | | | | | |
|--|----|-----|----|-----|----|------|----|------|----|-----|----|-------|
| Área de lazer | 01 | 324 | | | | | | | | | | |
| Auditório | 01 | 324 | | | | | | | | | | |
| Banheiros | | | | | | | | | | | | |
| Bateria de Sanitários | 02 | 119 | | | 02 | 120 | | | | | | |
| Biblioteca | 01 | 314 | | | | | | | | | | |
| Instal. Administrativas | 05 | 300 | 01 | 75 | 01 | 1200 | | | | | | |
| Laboratórios | 07 | 421 | 10 | 950 | 04 | 280 | | | | | | |
| Salas de aula | 07 | 421 | 06 | 360 | 06 | 360 | | | | | | |
| Salas de Coordenação | | | | | | | | | | | | |
| Salas de Docentes | | | 01 | 75 | | | | | | | | |
| Área Esportiva – Piscina | | | | | | | | | 01 | 400 | | |
| Área Esportiva – Ginásio de Esportes | | | | | | | 01 | 2000 | | | | |
| Área Esportiva – Campo de Futebol | | | | | | | | | | | 01 | 14000 |
| Outros(passarelas, guarita, caixa d'água, sub-estação, depósito, circulação) | 10 | 700 | 01 | 215 | | | | | | | | |
| Campus Patos | | | | | | | | | | | | |
| Área de lazer | | | | | | | | | | | | |
| Auditório | | | 01 | 500 | | | | | | | | |
| Banheiros | 06 | 42 | | | | | | | | | | |
| Bateria de Sanitários | | | | | 02 | 120 | | | | | | |
| Biblioteca | | | 01 | 400 | | | | | | | | |
| Instal. Administrativas | 07 | 140 | | | 01 | 1200 | | | | | | |

| | | | | | | | | | | | | |
|--|----|------|--|--|--------|-----|----|------|----|-----|----|-------|
| Laboratórios | 13 | 845 | | | 06 | 420 | | | | | | |
| Salas de aula | 15 | 807 | | | 04/249 | | | | | | | |
| Salas de Coordenação | 03 | 46 | | | | | | | | | | |
| Área Esportiva – Piscina | | | | | | | | | 01 | 400 | | |
| Área Esportiva – Ginásio de Esportes | | | | | | | 1 | 2000 | | | | |
| Área Esportiva – Campo de Futebol | | | | | | | | | | | 01 | 14000 |
| Salas de Docentes | 03 | 95 | | | | | | | | | | |
| Outros(passarelas, guarita, caixa d'água, sub-estação, depósito, circulação) | | | | | | | | | | | | |
| Campus Picuí | | | | | | | | | | | | |
| Área de lazer | 01 | 898 | | | | | | | | | | |
| Auditório | | | | | 01 | 500 | | | | | | |
| Banheiros | 21 | 239 | | | | | | | | | | |
| Bateria de Sanitários | | | | | | | 01 | 60 | | | | |
| Biblioteca | | | | | 01 | 400 | | | | | | |
| Instal. Administrativas | 36 | 1210 | | | | | | | | | | |
| Laboratórios | 28 | 1792 | | | | | 06 | 420 | | | | |
| Salas de aula | 11 | 704 | | | | | 06 | 360 | | | | |
| Salas de Coordenação | 08 | 298 | | | | | | | | | | |
| Salas de Docentes | 04 | 75 | | | | | | | | | | |
| Área Esportiva – Piscina | | | | | | | | | 01 | 400 | | |
| Área Esportiva – Ginásio de Esportes | | | | | | | 01 | 2000 | | | | |
| Área Esportiva – Campo de Futebol | | | | | | | | | | | 01 | 14000 |
| Outros(passarelas, guarita, caixa d'água, sub-estação, depósito, circulação) | | 78 | | | | | | | | | | |

| Campus Monteiro | | | | | | | | | | | | |
|--|----|------|----|-----|----|-----|--|----|------|-----|----|-------|
| Área de lazer | | | | | | | | | | | | |
| Auditório | | | | | 01 | 600 | | | | | | |
| Banheiros | 18 | 220 | | | | | | | | | | |
| Bateria de Sanitários | | | 01 | 60 | | | | | | | | |
| Biblioteca | | | | | 01 | 400 | | | | | | |
| Instal. Administrativas | 01 | 1570 | | | | | | | | | | |
| Laboratórios | 08 | 560 | 06 | 560 | | | | | | | | |
| Salas de aula | 08 | 560 | 06 | 240 | | | | | | | | |
| Salas de Coordenação | 06 | 120 | | | | | | | | | | |
| Salas de Docentes | 03 | 120 | | | | | | | | | | |
| Área Esportiva – Piscina | | | | | | | | | 01 | 400 | | |
| Área Esportiva – Ginásio de Esportes | | | | | | | | 01 | 2000 | | | |
| Área Esportiva – Campo de Futebol | | | | | | | | | | | 01 | 14000 |
| Outros(passarelas, guarita, caixa d'água, sub-estação, depósito, circulação) | | 150 | | | | | | | | | | |
| Campus Princesa Isabel | | | | | | | | | | | | |
| Área de lazer | | | | | | | | | | | | |
| Auditório | | | | | 01 | 500 | | | | | | |
| Banheiros | 15 | 190 | | | | | | | | | | |
| Bateria de Sanitários | | | 01 | 60 | | | | | | | | |
| Biblioteca | | | | | 01 | 400 | | | | | | |
| Instal. Administrativas | 37 | 1700 | | | | | | | | | | |
| Laboratórios | 16 | 997 | 06 | 420 | | | | | | | | |
| Salas de aula | 10 | 623 | 06 | 360 | | | | | | | | |

| | | | | | | | | | | | | |
|--|----|-------|----|-----|--|----|------|----|-----|----|-------|--|
| Salas de Coordenação | 02 | 60 | | | | | | | | | | |
| Salas de Docentes | 02 | 63 | | | | | | | | | | |
| Área Esportiva – Piscina | | | | | | | | 01 | 400 | | | |
| Área Esportiva – Ginásio de Esportes | | | | | | 01 | 2000 | | | | | |
| Área Esportiva – Campo de Futebol | | | | | | | | | | 01 | 14000 | |
| Outros(passarelas, guarita, caixa d'água, sub-estação, depósito, circulação) | | | | | | | | | | | | |
| Campus Cajazeiras | | | | | | | | | | | | |
| Área de lazer | 01 | 501 | | | | | | | | | | |
| Auditório | 01 | 201 | 01 | 108 | | | | | | | | |
| Banheiros | 04 | 546 | | | | | | | | | | |
| Bateria de Sanitários | 02 | 130 | | | | | | | | | | |
| Biblioteca | 01 | 2.568 | | | | | | | | | | |
| Instal. Administrativas | 20 | 2.243 | | | | | | | | | | |
| Laboratórios | 18 | 1700 | | | | | | | | | | |
| Salas de aula | 11 | 1600 | 06 | 320 | | | | | | | | |
| Salas de Coordenação | 09 | 1.176 | 02 | 80 | | | | | | | | |
| Salas de Docentes | 01 | 132 | | | | | | | | | | |
| Área Esportiva – Piscina | 01 | 400 | | | | | | | | | | |
| Área Esportiva – Ginásio de Esportes | 01 | 2000 | | | | | | | | | | |
| Área Esportiva – Campo de Futebol | 01 | 10000 | | | | | | | | | | |
| Outros(passarelas, guarita, caixa d'água, sub-estação, depósito, circulação) | 14 | 3.090 | 01 | 145 | | | | | | | | |
| Campus Sousa | | | | | | | | | | | | |
| Área de lazer | | | | | | | | | | | | |

Plano de Desenvolvimento Institucional do IFPB 2010-2014

| | | | | | | | | | | | | | |
|--|----|--|--|--|--|--|----|------|----|-----|----|-------|--|
| Auditório | 03 | | | | | | | | | | | | |
| Banheiros | | | | | | | | | | | | | |
| Bateria de Sanitários | | | | | | | | | | | | | |
| Biblioteca | 01 | | | | | | | | | | | | |
| Instal. Administrativas | 59 | | | | | | | | | | | | |
| Laboratórios | 14 | | | | | | | | | | | | |
| Salas de aula | 20 | | | | | | | | | | | | |
| Salas de Coordenação | 06 | | | | | | | | | | | | |
| Salas de Docentes | 04 | | | | | | | | | | | | |
| Área Esportiva – Piscina | | | | | | | | | 01 | 400 | | | |
| Área Esportiva – Ginásio de Esportes | | | | | | | 01 | 2000 | | | | | |
| Área Esportiva – Campo de Futebol | | | | | | | | | | | 01 | 14000 | |
| Outros(passarelas, guarita, caixa d'água, sub-estação, depósito, circulação) | | | | | | | | | | | | | |

9.2 INFRA-ESTRUTURA ACADÊMICA

9.2.1 Laboratórios de Informática

TABELA XXX – INFRAESTRUTURA ACADÊMICA

| Equipamento | Especificação * | Quantidade | Ano I | Ano II | Ano III | Ano IV | Ano V |
|--|-----------------|------------|-------|--------|---------|--------|-------|
| Campus João Pessoa | | | | | | | |
| Computadores | | 209 | 200 | 200 | 100 | 100 | 100 |
| Impressoras | | 67 | 20 | 20 | 10 | 05 | 05 |
| Projetores | | 06 | 10 | 10 | 05 | 05 | 05 |
| Retroprojetores | | 15 | 10 | 10 | 05 | 05 | 05 |
| Televisores | | 30 | 10 | 10 | 05 | 05 | 05 |
| Outros | | | | | | | |
| <p>1 - Micro-computador - Processador AMD Athlon 64 X2 3800+ (processamento 32/64-bit, 2.0GHz, 2x512KB L2 cache, barramento do tipo HyperTransport de 2000MHz, soquete AM2). 1 GB (2x 512 MB) de memória DDR-2 533Mhz, dual channel memory; HD SATA-300 80GB com Smart III, Floppy disk, COMBO CDR-W/ DVD de 48x32x48x/16x; Controladora de vídeo com 128MB de memória compartilhada com o sistema Chip TPM 1.2 integrado. Monitor LCD de 17". Software de Gerenciamento. Com sistema Sistema Operacional instalado. Inclui mouse ótico e teclado.</p> <p>2- Impressora laser monocromatica xerox 3428dn</p> <p>3 - Retroprojeter de transparências, com capacidade luminosa de 1600 lumens, bivoltado, equipado com uma lâmpada 150W/24V , 220 V. 60HZ.</p> <p>4 - Projetor multimídia para sala de aula, com luminosidade mínima de 1700 ANSI Lúmens, resolução SVGA 800x600 e compatível com CGA(640x480) e XGA(1024x768) com entrada para vídeo e computador, com recursos especiais Color Matrix Tm, Gama 3D, SRGB, compatível com vídeo NTSC, PAL, PAL-M, SECAM, com controle remoto. Zoom 1,2X.vResolução máxima 1024,768 pixels, contraste 300:1. Lâmpada de 165W, duração 3000 horas.</p> | | | | | | | |
| Campus Cabedelo | | | | | | | |
| Computadores | | 34 | 50 | 50 | 50 | 50 | 50 |
| Impressoras | | 02 | 05 | 05 | 05 | 05 | 05 |
| Projetores | | | 05 | 02 | 02 | 02 | 02 |
| Retroprojetores | | | 05 | 02 | 02 | 02 | 02 |
| Televisores | | | 05 | 02 | 02 | 02 | 02 |
| Outros | | | | | | | |
| <p>01 - MICROCOMPUTADOR DELL OPTIPLEX GX 280 P4 540/3.00 GHZ 800 MHZ ,TECLADO E MOUSE USB, MONITOR 17" (18).</p> | | | | | | | |

MICROCOMPUTADOR DESKTOP, UND. DE PROC. C/NUCLEO DUPLO, DE NO MINIMO 2,0 GHZ DE PROC., MEMORIA CACHE L2 DE NO MINIMO 1M B E VELOC. DE BARRAMENTO DE NO MINIMO, 1066MHZ, MARCA HP. (04)

MICROCOMPUADOR, PLACA MAE, HD 80GB, MEMORIA 512 MB, GABINETE ATX, GRAVADOR DE DVD, MONITOR DE 17" MOD. W3200DUAL MARCA ZMAX. (05)

COMPUTADOR COM PROCESSADOR 3.0GHZ, CACHE L2 1024KB, GABINETE TORRE, 04 BAIAS, FONTE 500WATTS, MEMORIA RAM DDR2 667 MHZ 1024 MBDISCO RIGIDO SATA 80GB, MONITOR TELA PLANA 17" LCD

COMPUTADOR-ESTACAO DE TRABALHO, PROCESSADOR 1.6 GHZ, MEMORIA RAM 256MB, MEMORIA CACHE 256KB, DISCO RIGIDO 40 GB, DISCO FLEXIVEL 3 1/2~, 1.44MB, PADRAO TECLADO ABNT 2, MARCA ZMA

02 - IMPRESSORA HP JATO DE TINTA, MODELO HP 7260 C/CABIS, RESOLUC AO IMPRESSAO 600X600 DPI, MEMORIA MAXIMA 768 KB, FORMATO P APEL A4, CAPAC. BANDEJA 100 FL, MARCA HP/7260.

IMPRESSORA LASER MONOCROMATICA XEROX 3428DN

06 - MICROCOMPUTADOR PORTATIL NOTEBOOK 1.8 GHZ, 512 MB RAM, COMBO DRIVE, MODEM 56 KBPS, LAN 10/100, WLAN 802.11B/G, MARCA: ACER/TOSHIP/HP

Campus Campina Grande

| | | | | | | | |
|-----------------|--|-----|----|----|----|----|----|
| Computadores | | 160 | 50 | 50 | 50 | 50 | 50 |
| Impressoras | | 12 | 05 | 05 | 05 | 05 | 05 |
| Projetores | | 12 | 02 | 02 | 02 | 02 | 02 |
| Retroprojetores | | 03 | 02 | 02 | 02 | 02 | 02 |
| Televisores | | 02 | 05 | 02 | 02 | 02 | 02 |
| Outros | | | | | | | |

1 - Micro-computador - Processador AMD Athlon 64 X2 3800+ (processamento 32/64-bit, 2.0GHz, 2x512KB L2 cache, barramento do tipo HyperTransport de 2000MHz, soquete AM2). 1 GB (2x 512 MB) de memória DDR-2 533Mhz, dual channel memory; HD SATA-300 80GB com Smart III, Floppy disk, COMBO CDR-W/ DVD de 48x32x48x/16x; Controladora de vídeo com 128MB de memória compartilhada com o sistema Chip TPM 1.2 integrado. Monitor LCD de 17". Software de Gerenciamento. Com sistema Sistema Operacional instalado. Inclui mouse ótico e teclado.

2 - Impressora jato de tinta. Impressão de até 20ppm em preto. Impressão de até 14ppm em cores. Capacidade de renderização de até 1200 dpi renderizado em preto. Até 4800 x 1200 dpi otimizados em cores e 1200 dpi de entrada. Memória integrada. Cabo de conexão lógica entre impressora e computador USB

3 - Retroprojetor de transparências, com capacidade luminosa de 1600 lumens, bivoltado, equipado com uma lâmpada 150W/24V , 220 V. 60HZ.

4 - Projetor multimídia para sala de aula, com luminosidade mínima de 1700 ANSI Lúmens, resolução SVGA 800x600 e compatível com CGA(640x480) e XGA(1024x768) com entrada para vídeo e computador, com recursos especiais Color Matrix Tm, Gama 3D, SRGB, compatível com vídeo NTSC, PAL, PAL-M, SECAM, com controle remoto. Zoom 1,2X.vResolução máxima 1024,768 pixels, contraste 300:1. Lâmpada de 165W, duração 3000 horas.

Campus Patos

| | | | | | | | |
|--------------|--|----|----|----|----|----|----|
| Computadores | | 24 | 50 | 50 | 50 | 50 | 50 |
| Impressoras | | 02 | 05 | 05 | 05 | 05 | 05 |

| | | | | | | | |
|--|--|----|----|----|----|----|----|
| Projetores | | | 05 | 02 | 02 | 02 | 02 |
| Retroprojetores | | | 05 | 02 | 02 | 02 | 02 |
| Televisores | | 03 | 05 | 02 | 02 | 02 | 02 |
| Outros | | | | | | | |
| <p>01 - MICROCOMPUTADOR DESKTOP, UND. DE PROCESSAMENTO C/NUCLEO DUPLO, DE 2,0 GHZ DE PROCESSAMENTO, MEMORIA CACHE L2 DE 1MB.</p> <p>02 - IMPRESSORA JATO DE TINTA, MODELO ARTJET 22, RESOLUCAO IMPRES SAO 600X600 DPI, MEMORIA MAXIMA 768 KB, FORMATO PAPEL A4, CAPACIDADE BANDEJA 100FL, MARCA OLIVETTI.</p> <p>IMPRESSORA LASER MONOCROMATICA XEROX 3428DN</p> <p>05 - TELEVISOR DE 20" COLORIDO, 220 V, CONEXAO VHF, UHF E TV A CABO, REPRODUCAO NTSC/PAL-M, ENTRADA PARA VIDEO-CASSETE, MODELO CTP 6781, MARCA SANYO</p> <p>TELEVISOR STEREO 29", CONSUMO 95 W, COR PRATA, MARCA PANASONIC</p> <p>TELEVISOR GRADIENTE GT 1422</p> | | | | | | | |
| Campus Picuí | | | | | | | |
| Computadores | | | 26 | 50 | 50 | 50 | 50 |
| Impressoras | | | 04 | 05 | 05 | 05 | 05 |
| Projetores | | | 01 | 05 | 02 | 02 | 02 |
| Retroprojetores | | | | 05 | 02 | 02 | 02 |
| Televisores | | | 05 | 05 | 02 | 02 | 02 |
| Outros | | | | | | | |
| <p>01 - MICROCOMPUTADOR DESKTOP, UND. DE PROCESSAMENTO C/NUCLEO DUPLO, DE 2,0 GHZ DE PROCESSAMENTO, MEMORIA CACHE L2 DE 1MB.</p> <p>02 - IMPRESSORA A LASER MONOCROMATICA (SEM REDE), MODELO E120, RE SOLUCAO 1200X1200 DPI, ACOMPANHADA DE 01 ESTABILIZADOR DE TENSAO SMS DE 1000 VA, MARCA LEXMARK.(03)</p> <p>IMPRESSORA LASER MONOCROMATICA XEROX 3428DN (01)</p> <p>03 – Projetor de Imagem</p> <p>05 - TELEVISOR DE 20" COLORIDO, 220 V, CONEXAO VHF, UHF E TV A CABO, REPRODUCAO NTSC/PAL-M, ENTRADA PARA VIDEO-CASSETE, MODELO CTP 6781, MARCA SANYO (04)</p> <p>TELEVISOR DE 27" EM CORES, COM CONTROLE REMOTO, 220 VOLTS, MARCA GRADIENTE (01)</p> | | | | | | | |
| Campus Monteiro | | | | | | | |
| Computadores | | | 24 | 50 | 50 | 50 | 50 |
| Impressoras | | | 01 | 05 | 05 | 05 | 05 |
| Projetores | | | | 05 | 02 | 02 | 02 |
| Retroprojetores | | | | 05 | 02 | 02 | 02 |
| Televisores | | | 01 | 05 | 02 | 02 | 02 |
| Outros | | | | | | | |
| 01 - MICROCOMPUTADOR DESKTOP, UND. DE PROCESSAMENTO | | | | | | | |

| | | | | | | | |
|--|--|-----|----|----|----|----|----|
| C/NUCLEO DUPLO, DE 2,0 GHZ DE PROCESSAMENTO, MEMORIA CACHE L2 DE 1MB. | | | | | | | |
| 02 - IMPRESSORA EPSON FX 2190. | | | | | | | |
| 05 - TELEVISOR 29 POLEGADAS, VOLTAGEM 110/220V, MARCA MAGNAVOX. | | | | | | | |
| Campus Princesa Isabel | | | | | | | |
| Computadores | | 24 | 50 | 50 | 50 | 50 | 50 |
| Impressoras | | | 05 | 05 | 05 | 05 | 05 |
| Projetores | | | 05 | 02 | 02 | 02 | 02 |
| Retroprojetores | | | 05 | 02 | 02 | 02 | 02 |
| Televisores | | 01 | 05 | 02 | 02 | 02 | 02 |
| Outros | | 01 | | | | | |
| 01 - MICROCOMPUTADOR DESKTOP, UND. DE PROCESSAMENTO C/NUCLEO DUPLO, DE 2,0 GHZ DE PROCESSAMENTO, MEMORIA CACHE L2 DE 1MB. | | | | | | | |
| 05 - TELEVISOR DE 20" COLORIDO, 220 V, CONEXAO VHF, UHF E TV A CABO, REPRODUCAO NTSC/PAL-M, ENTRADA PARA VIDEO-CASSETE, MODELO CTP 6781, MARCA SANYO | | | | | | | |
| 06 - NOTEBOOK ACER ASPIRE 4520. | | | | | | | |
| Campus Cajazeiras | | | | | | | |
| Computadores | | 231 | 50 | 50 | 50 | 50 | 50 |
| Impressoras | | 36 | 05 | 05 | 05 | 05 | 05 |
| Projetores | | 07 | 05 | 02 | 02 | 02 | 02 |
| Retroprojetores | | 09 | 05 | 02 | 02 | 02 | 02 |
| Televisores | | 27 | 05 | 02 | 02 | 02 | 02 |
| Outros | | | | | | | |
| 02 - IMPRESSORA LASER MONOCROMATICA (COM REDE) TECNOLOGIA DE IMPRESSAO:PRETO NORMAL 27PPM, QUALIDADE DE RESOLUCAO:1200X1200 DPI, CICLO DE TRABALHO:15000 PAGINAS/MES, 220VAC, 50/60HZ, | | | | | | | |
| Campus Sousa | | | | | | | |
| Computadores | | 50 | 50 | 50 | 50 | 50 | |
| Impressoras | | 05 | 05 | 05 | 05 | 05 | |
| Projetores | | 05 | 02 | 02 | 02 | 02 | |
| Retroprojetores | | 05 | 02 | 02 | 02 | 02 | |
| Televisores | | 05 | 02 | 02 | 02 | 02 | |
| Outros | | | | | | | |

9.2.2 Relação equipamento aluno/curso

A relação equipamento aluno nos laboratórios de informática, via de regra, é de uma máquina para cada aluno .

9.2.3 Inovações tecnológicas significativas

O Instituto Federal da Paraíba tem o desenvolvimento de novas tecnologias como uma de suas principais metas. Para tanto, preocupado em estimular esta área criou o Núcleo de Inovações Tecnológicas que tem basicamente a finalidade de estabelecer uma política que possa contribuir com a pesquisa e criação de inventos bem como o seu registro e patenteamento. Para tanto o órgão vem se estruturando e desenvolvendo parcerias para a consecução dos seus objetivos.

9.2.4 Biblioteca

A Biblioteca Nilo Peçanha tem como responsabilidade apoiar e disseminar todas as formas de conhecimento pertencentes a um contexto global da informação. O acervo da Biblioteca Nilo Peçanha é composto de obras das seguintes áreas do conhecimento: Ciências Exatas e da Terra; Ciências Biológicas ; Engenharia/Tecnologia ; Ciências da Saúde ; Ciências Agrárias ; Ciências Sociais e Aplicadas ; Ciências Humanas; Lingüística, Letras e Artes.

A Biblioteca possui uma área construída de 800 m² dividida em dois pisos. No 1º Piso (400 m²) se localiza a Recepção/Guarda-volumes, a Coordenação, a sala de Processos Técnicos o acervo de Coleções Especiais e Assistência aos Usuários, o setor de Empréstimo, a Biblioteca Virtual, a Sala de multimídia e as Cabines individuais e em grupo; No 2º Piso (400 m²) estão localizados o Salão de Leitura e o Acervo Geral.

Com uma constante preocupação em atender às necessidades básicas e complementares do corpo docente e discente, a Biblioteca presta os seguintes serviços:

- Ambiente favorável ao estudo e à pesquisa;
- livre acesso às estantes do acervo geral, com direito à consulta de todos os documentos registrados na Biblioteca;
- empréstimo domiciliar de documentos do acervo geral, permitido aos servidores e alunos do Instituto Federal da Paraíba;
- empréstimo especial, reservado a documentos considerados especiais para esta Biblioteca;

- elaboração da catalogação na fonte;
- orientação técnica para elaboração e apresentação de trabalhos acadêmicos, com base nas Normas Técnicas de Documentação ABNT;
- comutação bibliográfica – COMUT;
- acesso ao Portal de Periódicos CAPES;
- programas de ação e extensão cultural realizados pela Biblioteca;
- uso da sala de multimídia para apresentação de trabalhos, filmes, documentários e cursos com os equipamentos disponíveis (TV, DVD e computador);
- uso de computadores e outros equipamentos para a realização de pesquisas, digitação de trabalhos, permitido aos servidores e alunos do Instituto Federal da Paraíba.

9.2.4.1- SISTEMA DE CLASSIFICAÇÃO DO ACERVO

A Classificação do material bibliográfico é feita pela CDU (Classificação Decimal Universal) e o AACR-2 para a catalogação.

9.2.4.2 - SISTEMA DE GERENCIAMENTO DA INFORMAÇÃO:

Para o gerenciamento da informação, a Biblioteca possui o sistema denominado de **SISCOBI** – Sistema de Controle Bibliográfico, desenvolvido pelo Departamento de Tecnologia da Informação – DTI – do IFPB - Campus João Pessoa, que tem o objetivo de gerenciar, controlar, registrar, catalogar, classificar e indexar o acervo da biblioteca, viabilizando a entrada e recuperação de informações, facilitando o processo de empréstimo e devolução dos livros.

9.2.4.3 - QUADRO DE PESSOAL

A biblioteca possui uma equipe de funcionários composto de 4 Bibliotecárias, 1 Administrador, 1 Datilógrafo, 1 Professora de Ensino Fundamental e Médio; 1 Agente de Portaria e 5 Assistentes em Administração.

9.2.4.4 - POLÍTICA DE ACESSO

A biblioteca disponibiliza seu acervo para alunos, professores e técnicos administrativos, além de estender seu atendimento para o público em geral, o que o caracteriza como pública. O acesso é livre às estantes, com exceção do setor de Coleções especiais (Periódicos, obras de referência, CD-ROM, e outros.)

Para acesso on-line ao catálogo da biblioteca, o usuário utiliza dois terminais e o site do IFPB, no link biblioteca. O usuário poderá pesquisar o acervo por assunto, autor, título e/ou editora.

Os usuários da biblioteca têm acesso ao **Portal de Periódicos da Capes**, que oferece textos completos de artigos de mais de 12.365 revistas internacionais, nacionais e estrangeiras, e 126 bases de dados com resumos de documentos em todas as áreas do conhecimento. Inclui também uma seleção de importantes fontes de informação acadêmica com acesso gratuito na Internet, que podem ser acessadas no Setor Biblioteca Virtual.

A biblioteca também conta com O **SciFinder Scholar** (CAS *Chemical Abstracts Service*), versão online do *Chemical Abstracts*, que abrange as áreas de: Química Orgânica, Química Inorgânica, Físicoquímica, Química Analítica; Engenharia Química, Processamento de Petróleo, Tintas, Revestimentos; Engenharia Sanitária, Poluição do Ar e da Água, Tratamento de Resíduos; Ciências Ambientais; Farmacologia, Toxicologia; Medicina Experimental; Biologia Celular e Molecular, Genética, Genoma, Proteoma; Bioquímica, Microbiologia, Enzimologia; Alimentos; Física, Química e Engenharia de Materiais, Polímeros, Elastômeros, Ligas, Cerâmica. O acesso é feito no Setor Biblioteca Virtual, onde está instalado o programa específico.

9.2.4.5 - POLÍTICA DE EMPRÉSTIMO

O empréstimo é efetuado mediante a apresentação da carteira de identificação. O empréstimo é pessoal e intransferível e o usuário ficará responsável por todo material registrado em seu nome. O limite de livros por usuário: cinco **(05) unidades**. O prazo máximo de empréstimo para **alunos é de dez (10) dias consecutivos**. O prazo máximo de empréstimo para **servidores: é de trinta (30) dias consecutivos**. O empréstimo pode ser renovado para o mesmo usuário por até três vezes, desde que não esteja reservado para outro usuário; este procedimento se dará mediante a apresentação do material emprestado.

9.2.4.6 Acervo por área do conhecimento

**TABELA XXXI – ACERVO BIBLIOGRÁFICO DO CAMPUS
JOÃO PESSOA**

LIVROS

| Área do conhecimento | Quantidade | Ano I (2010) | Ano II (2011) | Ano III (2012) | Ano IV (2013) | Ano V (2014) |
|------------------------------|------------|--------------|---------------|----------------|---------------|--------------|
| CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA | 2.744 | 250 | 360 | 540 | 820 | 880 |
| CIÊNCIAS BIOLÓGICAS | 533 | 130 | 240 | 350 | 500 | 660 |
| ENGENHARIA/TECNOLOGIA | 5.797 | 611 | 990 | 1300 | 1.700 | 1.900 |
| CIÊNCIAS DA SAÚDE | 540 | 30 | 55 | 80 | 120 | 265 |
| CIÊNCIAS AGRÁRIAS | 1 | 10 | 80 | 140 | 170 | 220 |
| CIÊNCIAS SOCIAIS E APLICADAS | 1.651 | 290 | 435 | 700 | 830 | 1.105 |
| CIÊNCIAS HUMANAS | 4.422 | 210 | 390 | 500 | 730 | 840 |
| LINGUISTICA LETRAS E ARTES | 3.500 | 180 | 350 | 490 | 580 | 780 |
| SUB-TOTAL | 19.189 | 1.711 | 2.900 | 4.100 | 5.450 | 6.650 |
| TOTAL | | 20.900 | 23.800 | 27.900 | 33.350 | 40.000 |
| Área do conhecimento | Quantidade | Ano I (2010) | Ano II (2011) | Ano III (2012) | Ano IV (2013) | Ano V (2014) |
| CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA | 2.744 | 837 | 937 | 937 | 937 | 937 |
| CIÊNCIAS BIOLÓGICAS | 533 | 199 | 199 | 199 | 199 | 199 |
| ENGENHARIA/TECNOLOGIA | 5.797 | 1282 | 1283 | 1282 | 1283 | 1282 |
| CIÊNCIAS DA SAÚDE | 540 | 27 | 227 | 226 | 226 | 227 |
| CIÊNCIAS AGRÁRIAS | 1 | 06 | 206 | 207 | 207 | 207 |
| CIÊNCIAS SOCIAIS E APLICADAS | 1.651 | 660 | 660 | 660 | 660 | 660 |

| | | | | | | |
|----------------------------|--------|-------|-------|-------|-------|-------|
| CIÊNCIAS HUMANAS | 4.422 | 410 | 611 | 610 | 611 | 610 |
| LINGÜÍSTICA LETRAS E ARTES | 3.500 | 546 | 545 | 545 | 545 | 545 |
| SUB-TOTAL | 19.189 | 3967 | 4668 | 4666 | 4668 | 4667 |
| TOTAL | | 23156 | 27824 | 32490 | 37158 | 41825 |

PERIÓDICOS (títulos)

| Área do conhecimento | Quantidade | | Ano I (2010) | | Ano II (2011) | | Ano III (2012) | | Ano IV (2013) | | Ano V (2014) | |
|------------------------------|------------|----------|--------------|----------|---------------|----------|----------------|----------|---------------|----------|--------------|----------|
| | Rev. | Jorn. | Rev. | Jorn. | Rev. | Jorn. | Rev. | Jorn. | Rev. | Jorn. | Rev. | Jorn. |
| CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA | 4 | | 3 | | 4 | | 4 | | 5 | | 6 | |
| CIÊNCIAS BIOLÓGICAS | 4 | | 2 | | 3 | | 3 | | 3 | | 4 | |
| ENGENHARIA/TECNOLOGIA | 71 | | 3 | | 4 | | 5 | | 6 | | 7 | |
| CIÊNCIAS DA SAÚDE | 5 | | 1 | | 2 | | 2 | | 2 | | 3 | |
| CIÊNCIAS AGRÁRIAS | | | 1 | | 2 | | 2 | | 2 | | 3 | |
| CIÊNCIAS SOCIAIS E APLICADAS | 38 | | 3 | | 4 | | 5 | | 5 | | 6 | |
| CIÊNCIAS HUMANAS | 91 | 2 | 3 | 3 | 4 | 3 | 4 | 3 | 4 | 3 | 5 | 3 |
| LINGÜÍSTICA, LETRAS E ARTES | 4 | | 1 | | 2 | | 3 | | 3 | | 4 | |
| TOTAL | 217 | 2 | 17 | 3 | 25 | 3 | 28 | 3 | 30 | 3 | 38 | 3 |

ASSINATURAS ELETRÔNICAS

| Área do conhecimento | Quantidade | Ano I (2010) | Ano II (2011) | Ano III (2012) | Ano IV (2013) | Ano V (2014) |
|------------------------------|------------|--------------|---------------|----------------|---------------|--------------|
| CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA | | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| CIÊNCIAS BIOLÓGICAS | | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| ENGENHARIA/TECNOLOGIA | | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 |
| CIÊNCIAS DA SAÚDE | | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| CIÊNCIAS AGRÁRIAS | | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| CIÊNCIAS SOCIAIS E APLICADAS | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 |
| CIÊNCIAS HUMANAS | | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| LINGÜÍSTICA LETRAS E ARTES | | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| TOTAL | 1 | 11 | 18 | 26 | 34 | 42 |

CD-ROM (exemplares)

| Área do conhecimento | Quantidade | Ano I (2010) | Ano II (2011) | Ano III (2012) | Ano IV (2013) | Ano IV (2014) |
|------------------------------|------------|--------------|---------------|----------------|---------------|---------------|
| CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA | 44 | 15 | 22 | 29 | 35 | 45 |
| CIÊNCIAS BIOLÓGICAS | 6 | 10 | 13 | 19 | 25 | 35 |
| ENGENHARIA/TECNOLOGIA | 277 | 50 | 68 | 80 | 100 | 120 |
| CIÊNCIAS DA SAÚDE | 5 | 2 | 3 | 3 | 3 | 4 |
| CIÊNCIAS AGRÁRIAS | 0 | 2 | 2 | 2 | 4 | 5 |
| CIÊNCIAS SOCIAIS E APLICADAS | 30 | 20 | 38 | 50 | 75 | 85 |
| CIÊNCIAS HUMANAS | 65 | 9 | 13 | 20 | 32 | 38 |
| LINGÜÍSTICA LETRAS E ARTES | 20 | 5 | 9 | 15 | 25 | 32 |
| SUB-TOTAL | 447 | 113 | 168 | 218 | 299 | 369 |
| TOTAL | | 560 | 728 | 946 | 1.245 | 1.614 |

TABELA XXXII – ACERVO BIBLIOGRÁFICO DO CAMPUS CAMPINA GRANDE

| Área do conhecimento | Quantidade | Ano I (2010) | Ano II (2011) | Ano III (2012) | Ano IV (2013) | Ano V (2014) |
|------------------------------|------------|--------------|---------------|----------------|---------------|--------------|
| CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA | 58 | 200 | 200 | 200 | 200 | 200 |
| CIÊNCIAS BIOLÓGICAS | | 200 | 200 | 200 | 200 | 200 |
| ENGENHARIA/TECNOLOGIA | 507 | 200 | 200 | 200 | 200 | 200 |
| CIÊNCIAS DA SAÚDE | | | | | | |
| CIÊNCIAS AGRÁRIAS | | | | | | |
| CIÊNCIAS SOCIAIS E APLICADAS | 71 | 200 | 200 | 200 | 200 | 200 |
| CIÊNCIAS HUMANAS | 148 | 200 | 200 | 200 | 200 | 200 |
| LINGÜÍSTICA LETRAS E ARTES | 342 | 200 | 200 | 200 | 200 | 200 |
| SUB-TOTAL | 1.126 | 1.200 | 1.200 | 1.200 | 1.200 | 1.200 |
| TOTAL | | 2.326 | 3.526 | 4.726 | 5.926 | 7.126 |

TABELA XXXIII – ACERVO BIBLIOGRÁFICO DO CAMPUS DE CAJAZEIRAS

| Área do conhecimento | Quantidade | Ano I (2010) | Ano II (2011) | Ano III (2012) | Ano IV (2013) | Ano V (2014) |
|----------------------------|------------|--------------|---------------|----------------|---------------|--------------|
| CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA | 229 | 200 | 200 | 200 | 200 | 200 |
| CIÊNCIAS BIOLÓGICAS | | 200 | 200 | 200 | 200 | 200 |
| ENGENHARIA/TECNOLOGIA | 1.175 | 200 | 200 | 200 | 200 | 200 |
| CIÊNCIAS DA SAÚDE | | | | | | |
| CIÊNCIAS AGRÁRIAS | | | | | | |

| | | | | | | |
|------------------------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|
| CIÊNCIAS SOCIAIS E APLICADAS | 313 | 200 | 200 | 200 | 200 | 200 |
| CIÊNCIAS HUMANAS | 161 | 200 | 200 | 200 | 200 | 200 |
| LINGUISTICA LETRAS E ARTES | 431 | 200 | 200 | 200 | 200 | 200 |
| SUB-TOTAL | 1.126 | 1.200 | 1.200 | 1.200 | 1.200 | 1.200 |
| TOTAL | 3.435 | 4.569 | 4.769 | 4.969 | 6.169 | 6.369 |

9.2.4.7 - POLÍTICA DE ATUALIZAÇÃO E EXPANSÃO DO ACERVO

O acervo é constituído de acordo com os recursos orçamentários da Instituição, e deverá contemplar os diversos tipos de materiais, independente do suporte físico, servindo de apoio informacional às atividades de ensino, pesquisa e extensão do Instituto Federal da Paraíba.

A renovação permanente do acervo bibliográfico terá o objetivo de atender à demanda de novas obras disponíveis para os cursos a serem implantados, e de atualizar as obras já existentes.

Critérios de Seleção

Para suprir toda e qualquer expectativa de estudantes e professores nas atividades de estudo e pesquisa, realização de trabalhos científicos e consultas bibliográficas, a forma de execução da política de aquisição observará os seguintes critérios de seleção:

- adequação ao currículo acadêmico e às linhas de pesquisa;
- adequação do material aos objetivos e níveis educacionais da instituição;
- autoridade do autor;
- atualidade;
- qualidade técnica;
- quantidade (excesso/escassez) de material sobre o assunto na coleção;
- cobertura/tratamento do assunto;
- custo justificado;
- idioma;
- número de usuários potenciais (alunos por curso);
- conveniência do formato e compatibilização com equipamentos existentes.

Seleção Qualitativa

Com o objetivo de garantir a qualidade do processo de seleção do acervo bibliográfico recomenda-se observar:

- Que as bibliografias básicas das disciplinas sejam atualizadas periodicamente pelos docentes, cabendo às unidades encaminhar as solicitações à biblioteca por e-mail ou em mãos;
- coleta de sugestões de materiais feitas pelo corpo discente, através de “urna de sugestões” existente na biblioteca ou pelo link da biblioteca no fale conosco;
- cursos em implantação e/ou em fase de reconhecimento e reformulações curriculares;
- renovação de assinaturas de periódicos científicos e informativos.

Seleção Quantitativa

a) **Livros** : Serão adquiridos no mínimo 3 títulos das bibliografias básicas de cada disciplina na proporção de 1 (um) exemplar para até 6 (dez) alunos (conforme recomendação do MEC). A solicitação de quantidade maior deverá ser baseada no número de alunos matriculados na disciplina e encaminhada à Coordenação da Biblioteca Nilo Peçanha do Instituto Federal da Paraíba. Para a bibliografia complementar deverá ser adquirido no mínimo 1 exemplar por título de cada disciplina.

b) **Periódicos**: serão adquiridos periódicos de acordo com indicação dos professores de cada curso.

c) **Referência**: As obras de referência como enciclopédias, dicionários gerais e especializados, atlas, guias também merecerão atenção no momento da aquisição.

d) **Multimeios**: Serão adquiridos materiais não convencionais (CD-ROM, DVD,), quando comprovada a necessidade da comunidade acadêmica para o desenvolvimento do ensino, pesquisa e extensão.

e) **TCC**: A biblioteca deverá manter um exemplar impresso, ou em formato eletrônico (PDF), para ser disponibilizado na página da Biblioteca posteriormente.

f) **Teses e Dissertações**: A biblioteca deverá manter um exemplar impresso, ou em formato eletrônico(PDF), para ser disponibilizado na página da Biblioteca posteriormente.

g) **Monografias de Cursos de Especialização:** A biblioteca deverá manter um exemplar impresso, ou em formato eletrônico(PDF) para ser disponibilizado na página da Biblioteca posteriormente .

PRIORIDADES DE AQUISIÇÃO

A Biblioteca estabelece as seguintes prioridades para aquisição de material:

- obras da bibliografia básica e complementar das disciplinas dos cursos de graduação;
- assinatura de periódicos conforme indicação dos docentes;
- obras para cursos em fase de reconhecimento, credenciamento ou implantação.

Horário de funcionamento

A Biblioteca atende todos os servidores lotados no Instituto Federal da Paraíba e os alunos regularmente matriculados, podendo também ser utilizada pelos demais membros da comunidade externa que venham procurar seus serviços com a finalidade de realizar pesquisas. O horário de atendimento aos usuários [e o abaixo estabelecido.

Segunda a Sexta-feira – 7h30 às 22h

Sábados – 8h às 12h

10 ATENDIMENTO ÀS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

10.1 PLANO DE PROMOÇÃO DE ACESSIBILIDADE E ATENDIMENTO PRIORITÁRIO, IMEDIATO E DIFERENCIADO PARA UTILIZAÇÃO, COM SEGURANÇA E AUTONOMIA, TOTAL OU ASSISTIDA, DOS ESPAÇOS, MOBILIÁRIOS E EQUIPAMENTOS URBANOS, DAS EDIFICAÇÕES, DOS SERVIÇOS DE TRANSPORTE, DOS DISPOSITIVOS, SISTEMAS E MEIOS DE COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO, SERVIÇOS DE TRADUTOR E INTÉRPRETE DA LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS – LIBRAS

O IFPB, em observância à legislação específica, consolidará sua política de atendimento às pessoas com deficiência procurando assegurar o pleno direito à

educação para todos e efetivar ações pedagógicas visando à redução das diferenças e a eficácia da aprendizagem. Assim, assume o compromisso formal desta Instituição em todos os seus *campi*:

I - Constituir os Núcleos de Apoio às pessoas com necessidades Especiais - NAPNEs, dotando-os de recursos humanos, materiais e financeiros que viabilizem e dêem sustentação ao processo de educação inclusiva;

II - Contratar profissionais especializados para o desenvolvimento das atividades acadêmicas;

III - Adequar a estrutura arquitetônica, de equipamentos e de procedimentos que favoreça à acessibilidade nos *campi*;

- a) construir rampas com inclinação adequada, barras de apoio, corrimão, piso tátil, elevador, sinalizadores, alargamento de portas e outros;
- b) Adquirir equipamentos específicos para acessibilidade: teclado Braille, computador, impressora Braille, máquina de escrever Braille, lupa eletrônica, amplificador sonoro e outros;
- c) Adquirir material didático específico para acessibilidade: textos escritos, provas, exercícios e similares ampliados conforme a deficiência visual do aluno, livros em áudio e em Braille, software para ampliação de tela, sintetizador de voz e outros;
- c) Adquirir e promover a adaptação de mobiliários e disposição adequada à acessibilidade;
- d) disponibilizar informações em LIBRAS no site da Instituição;
- e) disponibilizar panfletos informativos em Braille.

IV - Promover formação/capacitação aos professores para atuarem nas salas comuns que tenham alunos com necessidades especiais;

V - Estabelecer parcerias com as empresas quanto à inserção dos alunos com deficiência nos estágios curriculares e no mercado de trabalho.

11. DEMONSTRATIVO DE CAPACIDADE E SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA

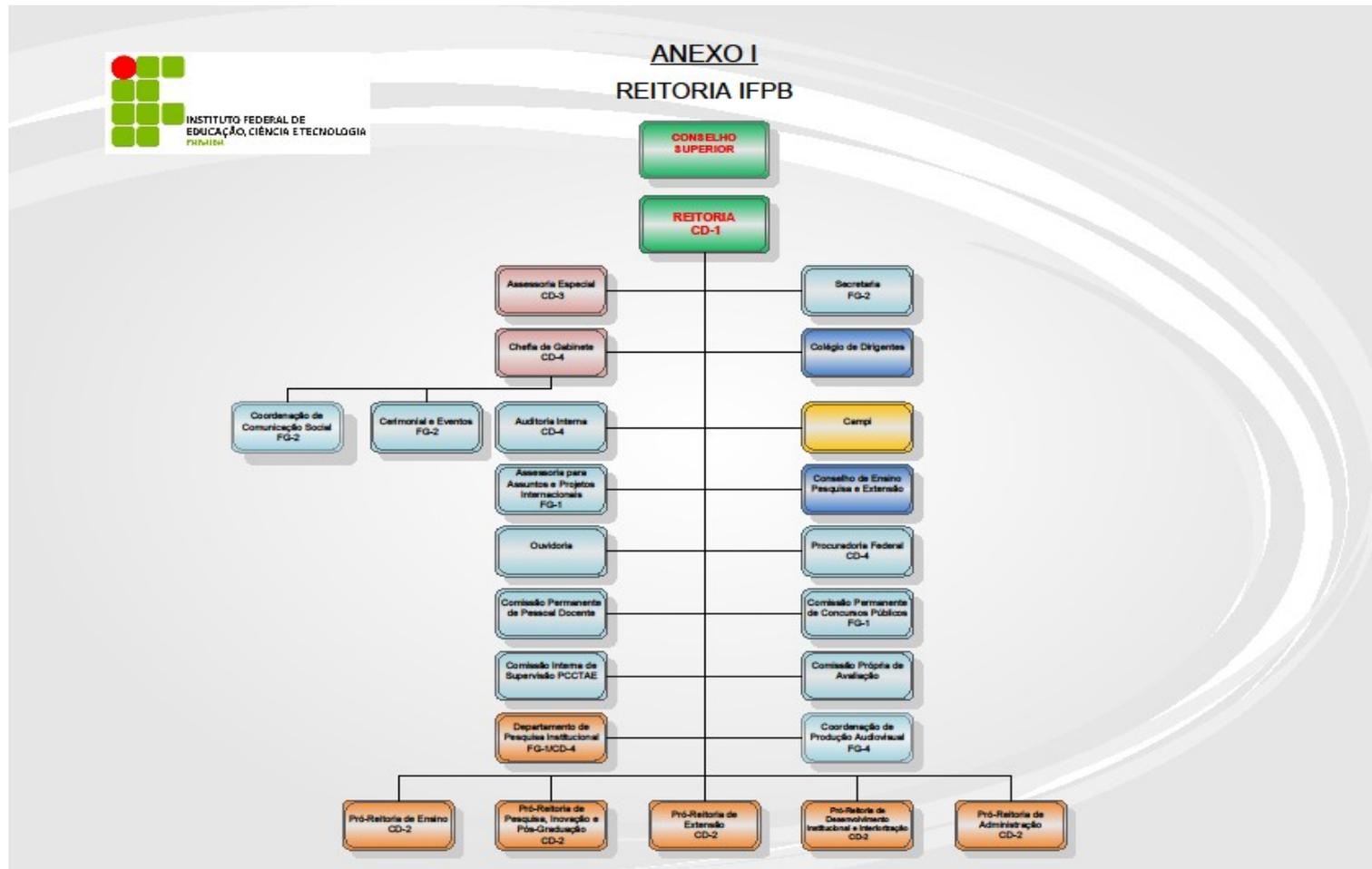
As receitas do IFPB são decorrentes dos Recursos do Tesouro Nacional e de recursos próprios. O quadro abaixo demonstra o orçamento global do IFPB para o exercício de 2010 e a estimativa para o período de execução do PDI, com a discriminação dos elementos de despesa, que dependerão de aprovação de Projeto de Lei Orçamentária.

11.1 PLANEJAMENTO ECONÔMICO-FINANCEIRO

TABELA XXXIV – DEMONSTRATIVO ORÇAMENTÁRIO

| ORÇAMENTO GLOBAL | | | | | |
|--|--------------------|--------------------|--------------------|--------------------|--------------------|
| FONTE : RECURSOS DO TESOIRO E RECURSOS PRÓPRIOS | | | | | |
| Despesas | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 |
| Pessoal | 86.507.937 | 103.809.520 | 124.571.424 | 149.485.708 | 179.382.849 |
| Benefícios | 2.608.323 | 3.129.987 | 3.755.984 | 4.507.180 | 5.408.616 |
| Custeio | 21.019.665 | 25.223.598 | 30.268.317 | 36.321.980 | 43.586.376 |
| Capital | 17.352.466 | 20.822.959 | 24.987.550 | 29.985.060 | 35.982.072 |
| Total | 127.488.391 | 152.986.069 | 183.583.283 | 220.299.939 | 264.359.927 |

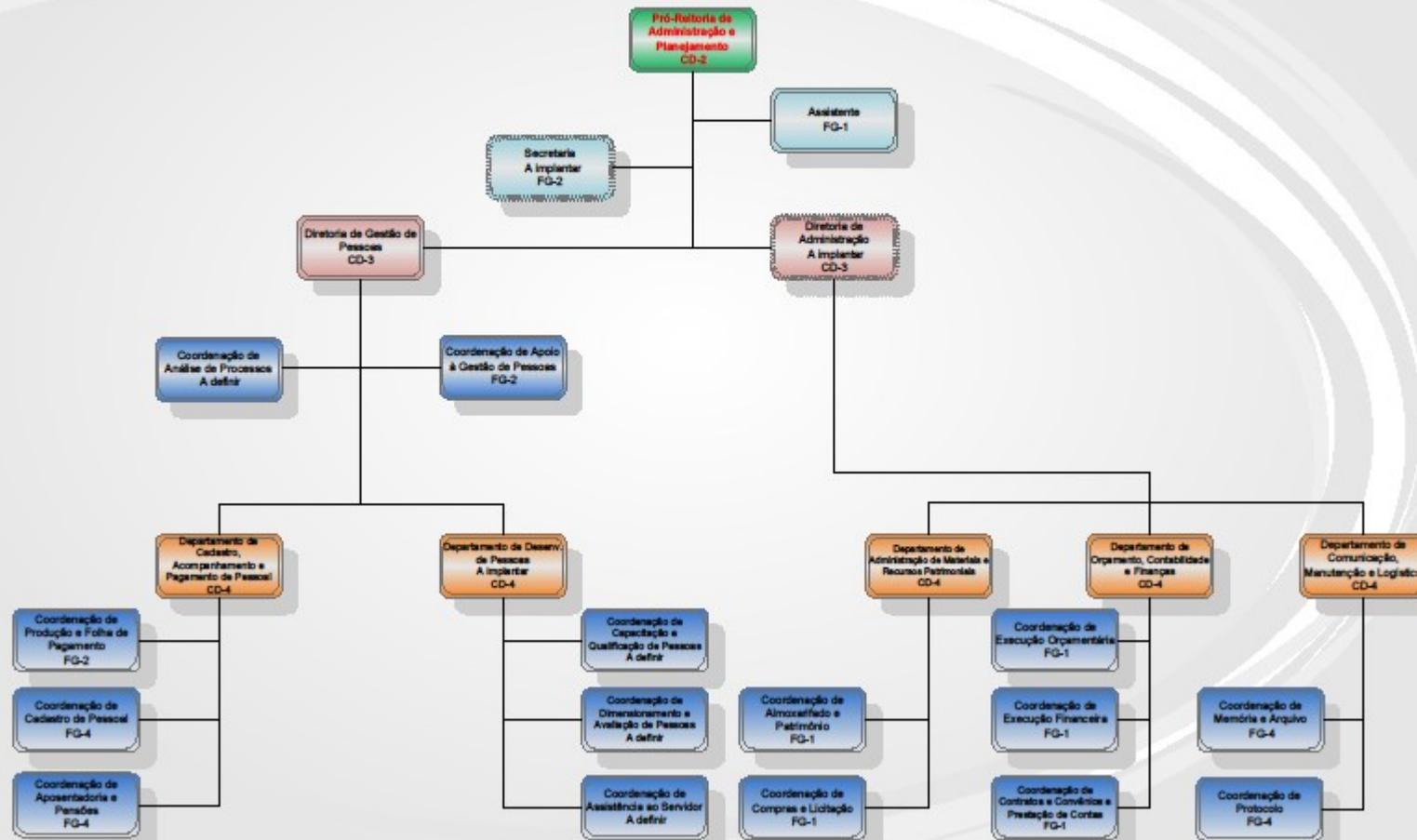
12. Anexos





ANEXO II

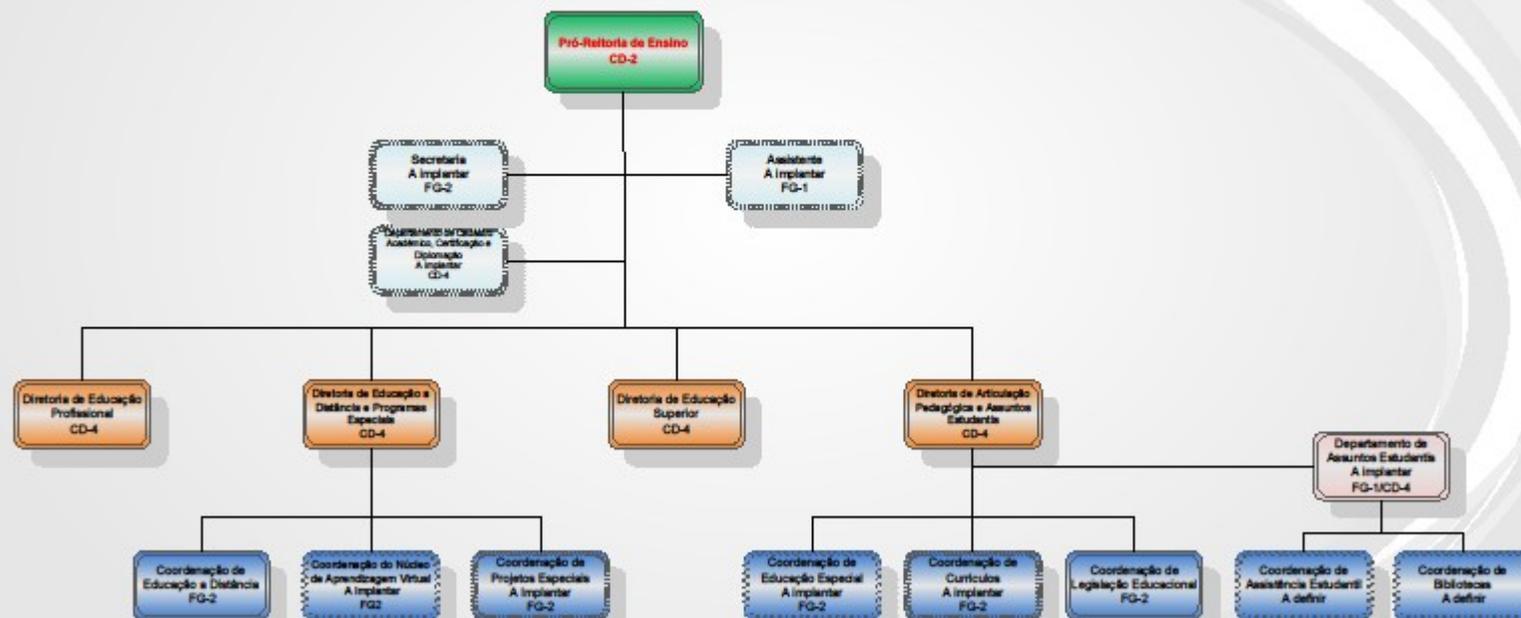
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO





ANEXO III

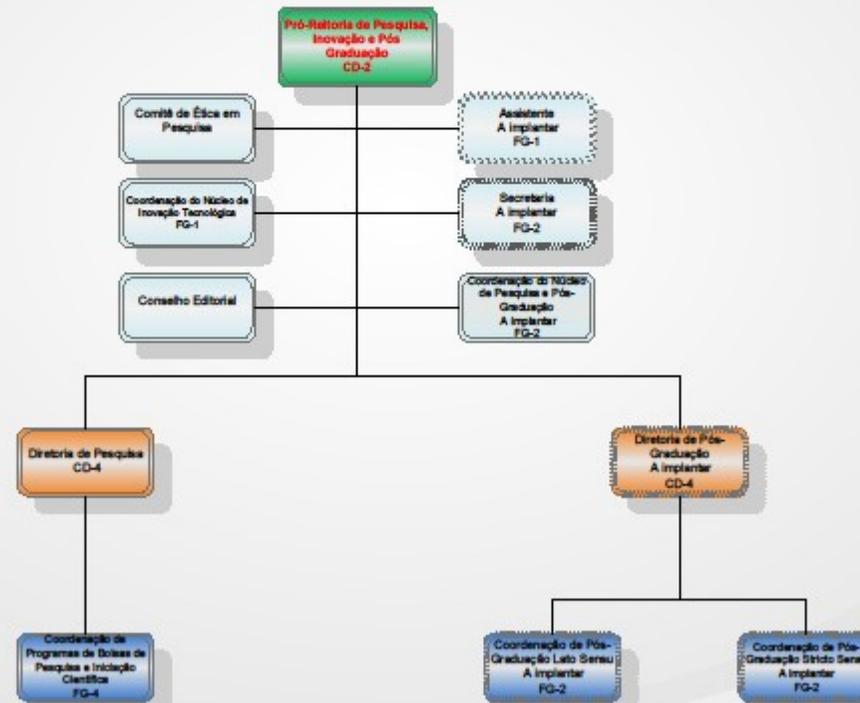
PRÓ-REITORIA DE ENSINO





ANEXO IV

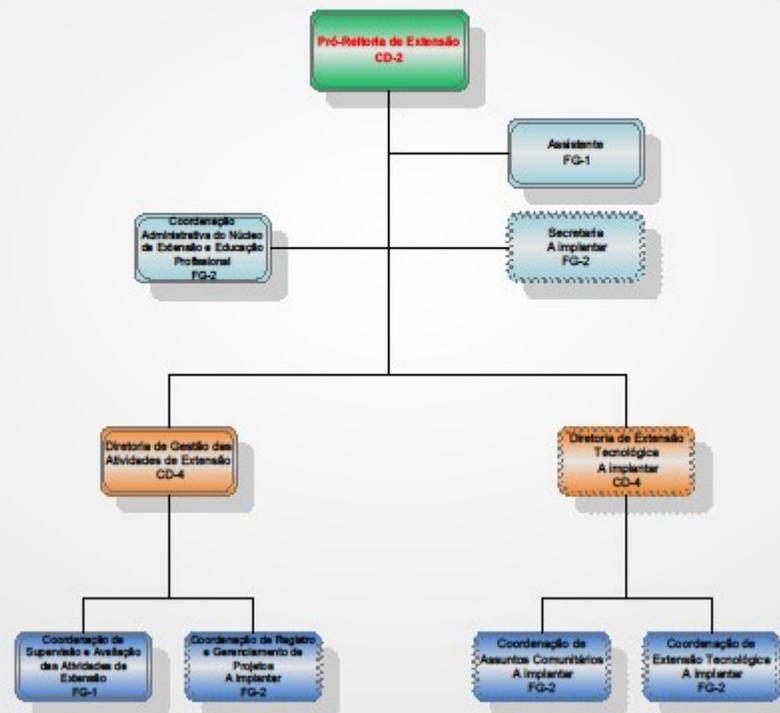
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, INOVAÇÃO E PÓS GRADUAÇÃO





ANEXO V

PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO





ANEXO VI

PRÓ-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL E INTERIORIZAÇÃO

